

## **Colegas delegados,**

Apresentamos neste caderno o Texto Referência, juntamente com todas as emendas apresentadas, para serem debatidos no 17º Congresso do SINPEEM, que neste ano tem como tema “OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ATUAL”.

O Congresso do SINPEEM é o maior espaço de deliberação da nossa categoria. Por isso, em função da complexidade dos assuntos previstos, os delegados devem refletir amplamente sobre os mesmos.

As tomadas de decisões devem ser conscientes e responsáveis, para que possamos buscar cada vez mais a qualidade da educação na rede municipal de ensino.

**DESEJAMOS A TODOS UM ÓTIMO CONGRESSO!**

A DIREÇÃO

**CLAUDIO FONSECA**  
Presidente

*Obs.: os textos e a revisão dos mesmos são de EXCLUSIVA responsabilidade dos autores.*

## CONJUNTURA INTERNACIONAL

**1** – Após dez anos da desintegração da antiga URSS, os Estados Unidos sofreram o primeiro ataque em seu próprio território. O presidente George W. Bush passou a governar ignorando as organizações internacionais, particularmente a Organização das Nações Unidas (ONU), com a visão de que os EUA venceram a Guerra Fria e necessitavam colher os frutos. A idéia dos liberais republicanos de apoiar as suas lideranças nas organizações multilaterais, tal como vinham fazendo os democratas foram completamente abandonadas, dando visão unilateral que contrariou até os aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

**2** – Bush, cercado de assessores de linha-dura e ligados a obscuros lobistas armamentistas, começou a impor sua verdadeira vocação militarista. Inúmeros conflitos mundiais foram sendo agregados dentro de sua agenda, exacerbando toda a sua violência, principalmente na região do Oriente Médio, sua principal vítima.

**3** – Os efeitos da globalização colocaram o liberalismo diante de um impasse. No lugar da paz, seguem anos de confrontos sangrentos. Infundáveis guerras separatistas, conflitos civis e padrões de violência de um novo arquétipo. A globalização, ainda que tenha lançado bases para um virtual crescimento, gerou desemprego estrutural, recessão, retração da produção industrial na maioria dos países, queda dos padrões de vida e concentração de renda.

**4** – A democracia liberal que foi adotada na maioria esmagadora dos países apresenta-se com maior grau despolitização em todo o século. Uma democracia só é real quando a maioria dos cidadãos crê nas instituições e nos processos políticos. Com os descréditos na política, nos quais não há o voto obrigatório, as abstenções e o desprezo pela política partidária batem recordes históricos. Está posta a contradição entre a liberdade de escolha e a exclusão de autopoder de decisão política.

**5** – A ausência e a fragilização do emprego produziram uma nova violenta exclusão social. Milhões de pessoas no mundo simplesmente não têm mais lugar dentro da economia capitalista. Isso traz consequências graves no tocante ao desaparecimento do mercado, quando produz reações desesperadas e perigosas por parte dos alijados do processo produtivo, tal instabilidade nos produz uma espécie de apartheid globalizado.

**6** – Nas grandes cidades a vida pós-moderna, mesmo diante da concentração da população nas áreas urbanas, cria cada vez mais isolamentos sociais em bairros e condomínios protegidos, enquanto os países desenvolvidos se fecham aos imigrantes vindos da periferia, o que gera uma inquietude diante dessa população excedente absoluta. Assim, hoje, a exclusão de grandes contingentes humanos não apenas está gerando instabilidade social, como também criando impasses para economia.

**7** – A revolução científico-tecnológica, longe de se realizar como modernidade, está produzindo uma situação conflitiva, sobretudo com sua tendência de aceleração progressiva das transformações em curso, as quais tem colocado em xeque as estruturas sociais existentes.

**8** – Uma nova ordem mundial no contexto da globalização nos conduz a uma nova luta.

### **9 – DEFENDEMOS:**

**A** – criação de empregos através da redução de jornada de trabalho;

**B** – manutenção dos direitos sociais existentes e a criação de novos, diante da modernidade;

- C** – luta contra o neoliberalismo, porque consiste numa opção equivocada, mesmo pela ótica do capitalismo, além de historicamente suicida, o que tem conduzido a humanidade pelo caminho da violência incontrolada e diante de uma estagnação e recessão sem precedente;
- D** – defesa da soberania dos povos;
- E** – autodeterminação dos povos;
- F** – o estado palestino soberano e independente;
- G** – o fim do bloqueio econômico dos Estados Unidos a Cuba e ao Iraque;
- H** – luta contra a restrição à democracia e à liberdade dos povos;
- I** – que o governo brasileiro suspenda sua participação intervencionista no Haiti, com retorno das tropas brasileiras;
- J** – fim da ingerência dos Estados Unidos e das outras potências nos assuntos dos demais países;
- K** – combate a qualquer forma de totalitarismo.

## CONJUNTURA NACIONAL

**10** – É na política macroeconômica em que se localiza a maior continuidade do governo Lula em relação ao governo FHC. Baseada em três pilares – metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário nas contas públicas –, tem inibido o crescimento econômico e garantido, principalmente aos bancos, os maiores lucros da história do país.

**11** – A falta de ousadia, para alguns, ou o abandono de um projeto estratégico, antes defendido pela esquerda do nosso país, denunciado por outros, vem resultando em conseqüências negativas no plano político e econômico.

**12** – No plano político, o governo se distanciou das bases sociais que elegeram Lula, causando desesperança, desilusão e sentimento de traição. Os escândalos, oferecidos pela relação de compadrio e promiscuidade política e administrativa entre o Executivo e parlamentares de sua base de apoio, resultaram na prática do “mensalão”, dos sanguessugas, quebra de sigilo do jardineiro que denunciou o ministro envolvido em crime administrativo e mais um sem fim de denúncias e crimes.

**13** – Aliado ao método escolhido pelo governo, para adquirir a chamada governabilidade, angariando apoio da maioria parlamentar conservadora, para aprovar reformas contra os interesses e direitos dos trabalhadores públicos e privados como a reforma da Previdência, por exemplo, o governo manteve os fundamentos da política neoliberal.

**14** – Das empresas estratégicas privatizadas de forma irresponsável pelo governo FHC, nada se diz em instalar auditorias e retomada de seus controles para o Estado. A política de superávit primário, defendida com veemência pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, pelo ex-ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e pelo atual ministro, Guido Mantega, a mando do Fundo Monetário Internacional (FMI), permanece intocável, com graves conseqüências para os investimentos e desenvolvimento do país.

**15** – As conseqüências da continuidade da política econômica de FHC são visíveis e negativas.

**16** – Durante 80 anos – de 1900 a 1980 –, o Brasil foi o país que mais cresceu no planeta, com taxas de 5%, com picos de mais de 10% em, pelo menos, seis anos neste período analisado. Entretanto, nos últimos 20 anos, deixou de crescer de forma sustentável.

**17** – Em 1992, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil era de US\$ 390 bilhões e chegou a US\$ 500 bilhões. No mesmo período, o PIB da China saltou de US\$ 280 bilhões para US\$ 1,4 trilhão. Em 2005, com o crescimento econômico e a revisão da metodologia de cálculo do setor de serviços, a economia chinesa deu um salto no PIB, o que transformou o país na quarta economia mundial. Já o Brasil, passou da oitava para a 14ª posição.

**18** – Como consequência desta política econômica, o povo está mais pobre e o desemprego é grande: o Brasil não é o país mais pobre, porque perdemos o primeiro lugar para o africano Serra Leoa. Os bancos batem recordes de lucros fáceis. É esta fundamentação sistêmica que explica a espiral de violência crescente no campo e nos centros urbanos, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, municípios assolados pelas disputas pelo controle do tráfico de drogas e de armas.

**19** – A austeridade aplicada sobre o povo, com cortes sistemáticos no investimento social, o contingenciamento das verbas públicas, somados aos crescentes recursos destinados ao pagamento do sistema de dívidas interna e externa e a relação parasitária e predatória do empresariado nacional e internacional com o estado brasileiro, continuam no governo lula.

**20** – O aumento de impostos tornou-se política permanente de governo, necessário para pagar juros da dívida, já paga várias vezes com o suor e o sacrifício dos brasileiros.

**21** – Há também uma crise política que atinge o governo, seus aliados e expõe a esquerda como um todo. Perdeu o PT a bandeira da ética como patrimônio exclusivo. Com esta perda também se foram muitas esperanças de mudanças estruturais e de comportamento dos políticos e das instituições. Cresceu a base da desconfiança e do ceticismo.

**22** – O povo brasileiro deve lutar pela ruptura do sistema capitalista. Devemos, num primeiro momento, exigir a ruptura do atual modelo econômico e a implementação de medidas radicais de combate ao desemprego, a concentração de renda e espoliação da riqueza nacional.

### **23 – DEFENDEMOS:**

- A** – baixar as taxas de juros reais (Selic) para os mesmos níveis praticados por outros países, como a Venezuela e a Argentina (2,5% ao ano);
- B** – controlar as taxas de juros cobradas pelos bancos, que chegam a mais de 100% ao ano, como também as taxas de serviços;
- C** – mudar a atual política de superavit primário no orçamento da União, que destina vultosos recursos públicos para pagamento de juros e amortização da dívida externa;
- D** – dobrar o valor do salário mínimo, visando distribuir renda.
- E** – recuperar o controle do banco central e sobre a política monetária;
- F** – impedir a autonomia do Banco Central;
- G** – não assinar o acordo da Alca;
- H** – não aceitar as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) que afetam a economia brasileira e os interesses do povo;
- I** – mudar as atuais regras de reajuste das tarifas de serviços públicos (energia elétrica, água, telefone e transporte); revisar e reduzir as atuais;
- J** – paralisar imediatamente as rodadas dos leilões de exploração das áreas de petróleo (áreas azuis);

- K** – mudar a Lei nº 9.478/97 e garantir a nacionalização do petróleo, com exclusividade da exploração pela Petrobras;
- L** – adotar uma política que defenda e economia nacional, combatendo a remessa de dólares para o exterior, em forma de transferências, superfaturamento das transnacionais, lucros, royalties e biopirataria;
- M** – garantir uma ampla reforma agrária, sem indenização do latifúndio improdutivo especulativo;
- N** – política de geração de emprego e distribuição de renda;
- O** – aplicação dos recursos públicos exclusivamente no ensino público gratuito, em todos os níveis e modalidades.

## CONJUNTURA MUNICIPAL

**24** – Eleito José Serra prefeito da cidade de São Paulo e passados 18 meses, dos quais Gilberto Kassab responde pela administração desde 1º de abril de 2006, evidencia-se para todos que, apesar da troca de partidos no Executivo municipal, os projetos de gestão são semelhantes.

**25** – Tanto a agenda tucana como a anterior, petista, disputam um mesmo projeto: a cessão de recursos públicos para a iniciativa privada, claramente neoliberal, e de desregulamentação do público estatal em favorcimento das organizações não-governamentais (ONGs), organizações sociais (OSs) e entidades particulares e que sucateiam os bens de todos.

**26** – A política aplicada na cidade é restritiva de direitos em todas as áreas e se configura na redução das despesas com pessoal, parcerias através de contratos de gestão, terceirizações de serviços, aumentando a insegurança da população e degradação das suas condições de vida, visto que os serviços públicos, dos quais a população mais pobre é a principal usuária, estão precarizados ou inoperantes.

**27** – Além dessas políticas de graves conseqüências para a população, os servidores foram brutalmente penalizados, em 2005, quando José Serra regulamentou os dispositivos da Emenda Constitucional nº 41, do presidente Lula, criando com a fixação da contribuição previdenciária de 11%, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do município de São Paulo, após intensa luta do SINPEEM na Câmara Municipal tentando barrar o projeto.

**28** – Além disso, Serra entregou à Secretaria Municipal de Educação (SME) o projeto político pessoal do então secretário da pasta, José Aristodemo Pinnotti: o “São Paulo é uma escola”, um misto de assistencialismo, com precarização profissional, milhões de reais repassados às ONGs e associações tidas como filantrópicas. Derrotado pela greve dos educadores, de 17 dias, o projeto de lei que o instituía foi retirado da Câmara.

**29** – Entretanto, permanecem as políticas pedagógicas da SME, centradas no conceito ultrapassado de homogeneização das dificuldades de aprendizagem e no direcionamento autoritário com as “cartilhas” para o Ciclo I e, já em curso, também para o Ciclo II.

**30** – O financiamento da educação através de parcerias, a ameaça das organizações sociais se estenderem à educação; a adequação do estatuto da Associação de Pais e Mestres (APMs), a equiparando à condição de associação que pode firmar parcerias e convênios; a assunção da demanda escolar total, em claro processo de submissão à política de municipalização da educação; a proposta de redução dos turnos de funcionamento das escolas, sem a necessária construção de novas unidades escolares, que evitem superlotação de salas e de-

semprego dos profissionais de educação; a adoção de mecanismos de avaliação para concessão de gratificações; a contratação de empresas terceirizadas para manutenção, conservação, limpeza e vigilância, assim como a continuação da política de terceirização da cozinha, em detrimento da realização de concurso para o quadro de apoio; e a ausência de uma política que recupere e valorize os salários dos servidores têm muito em comum com o que é feito pelos tucanos na Secretaria de Estado da Educação de São Paulo.

### **31 – DEFENDEMOS:**

- A** – a continuidade da luta contra a privatização e terceirização dos serviços públicos;
- B** – alteração da Lei Orgânica do Município (LOM) para restabelecer o percentual mínimo de 30% para manutenção e desenvolvimento do ensino;
- C** – a não-inclusão de gastos com programas assistenciais como sendo orçamento da educação;
- D** – o não-pagamento da dívida pública municipal, convertendo este dinheiro em saúde e educação;
- E** – devolução dos valores não-aplicados em manutenção e desenvolvimento do ensino;
- F** – alteração da lei salarial, com ampliação do percentual para despesas com pessoal;
- G** – aplicação de todos os direitos funcionais previstos em lei;
- H** – pagamento dos precatórios alimentícios atrasados.

### **32 – ENCAMINHAMENTO:**

**33** – Organizar lutas unitárias do funcionalismo em defesa de seus direitos e dos serviços públicos.

## **PROGRAMAS E PROJETOS DO GOVERNO MUNICIPAL**

**34** – Após um ano e dez meses de governo, inicialmente com José Serra e agora com Gilberto Kassab, PSDB/PFL, não há uma proposta política para a cidade de São Paulo. Como em outras administrações, a educação é o palco para as pirotecnias e projetos de visualização de aventureiros. Esta é a situação do “Programa São Paulo é uma escola“, da Secretaria Municipal de Educação, apresentado pelo governo municipal.

**35** – Sua principal política social se ancorou na farsa de tentar garantir a permanência por tempo integral do aluno na escola, desenvolvendo atividades educacionais, esportivas e culturais. Entretanto, desde a sua idealização pelo ex-secretário de Educação, José Aristodemo Pinotti (um médico), desconsiderou as condições reais das unidades escolares: escolas com quatro períodos de funcionamento, salas superlotadas, intervalo de apenas 15 minutos entre um e outro período, transporte escolar deficitário, apenas uma quadra esportiva (geralmente descoberta) em cada unidade escolar; merenda insuficiente, desrespeito à opção das famílias, tornando a educação física obrigatória fora do horário regular do aluno; desconsideração e desconhecimento do fluxo de alunos transitando na escola no contraturno, aumento da carga de trabalho burocrático para as escolas que passariam a gerenciar ONGs e oficinas e perda de gestão de espaços da escola como a cozinha terceirizada.

**36** – Tamanho desserviço prestado à educação pública de São Paulo, praticado por José Aristodemo Pinotti e sua equipe esteve calçado na farta distribuição dos recursos públicos, especialmente os 6% da educação inclusiva, à iniciativa privada via organizações não-governamentais (ONGs), mediante assinatura de convênios e parcerias. Crianças, adolescentes e jovens de São Paulo ranqueados entre os últimos do país em exame nacional sobre leitura, escrita e rudimentos da matemática, passaram a receber fundamentos para aulas de tênis, um esporte sabidamente elitizado.

**37** – Em outra frente, aprofundando a política assistencialista da gestão anterior, o governo Serra/Kassab transformou as unidades escolares em um verdadeiro bazar. No início do ano letivo (fevereiro e março de 2006), os educadores conviveram com um espetáculo dantesco, no qual num dia chegava o leite de dezembro de 2005, no outro a metade dos uniformes de verão, no outro uma parte das camisetas e, posteriormente, também chegaria o material escolar para ser entregue aos alunos. Não houve um dia sequer que as unidades escolares tivessem tranqüilidade para alfabetizar, construir conhecimento e promover a cultura entre as crianças.

**38** – Incentivada pela SME e pelo governo mediante publicidade, a população recorreu às escolas em busca do seu quinhão legal, visto que ainda receberiam tênis, meias e o leite do respectivo mês.

**39** – Nunca nos posicionamos contra políticas compensatórias que atenuassem a miséria das massas, mas sempre discordamos que fossem feitas com redução das verbas de MDE e mais, que a escola e seus profissionais sejam o espaço físico e os recursos humanos para tal distribuição.

**40** – Tal política assistencialista, no caso da cidade de São Paulo, vem sendo executada com os 5% reduzidos por Marta Suplicy, em prejuízo da qualidade da educação em sala de aula. Por isso, amargamos índices altíssimos de falta. Nossos alunos do ensino fundamental II têm sérias dificuldades com o cálculo e interpretação de textos, assim como não conseguem escrever um bilhete concatenando idéias e informações, ao final do Ciclo II. Contribuem para esta situação as salas superlotadas, a descontinuidade das propostas pedagógicas, a precariedade de planos de formação continuada (e sua inexistência) por parte do poder público, formação inicial aligeiradas no ensino superior, salários iniciais aviltantes e reajustes salariais pífios nos últimos 16 anos, desconsiderando as experiências das unidades escolares, o cotidiano das famílias e o acúmulo de cargos dos professores. Ainda para dar consistência ao programa “São Paulo é uma escola”, a SME impõe a retirada das aulas das salas de leitura e informática educativa do horário regular do aluno e o obriga a vir no contraturno. A rede municipal vinha construindo dentro do horário dos alunos projetos de qualidade que foram abruptamente interrompidos.

**41** – A partir de toda essa calamidade, a SME e o então secretário da José Aristodemo Pinotti, sem consulta aos educadores e às suas entidades sindicais, iniciou em meados de 2005 sua proposta pedagógica, passando a viabilizá-la em sala de aula, em fevereiro de 2006. Essa proposta responsabiliza e hierarquiza os especialistas, que passam a ser “reprodutores ou transmissores” na unidade escolar, da linha pedagógica apresentada pela SME. Os especialistas, doravante, fazem parte do “TRIO GESTOR” e devem “aplicar” o modelo.

**42** – Dentro dessa política da SME, dois projetos vêm sendo implantados: o programa intensivo do 4º ano do Ciclo I (PIC) e o “Toda força ao fundamental I”, que pretendem resolver as questões de melhoria da leitura e da escrita no 1º ano do Ciclo I, assim como concentrar numa mesma turma os reprovados ao final do Ciclo I. Como se não bastasse o anacronismo da concepção pedagógica de concentrar todos com dificuldades com uma educadora numa mesma turma, uma homogeneização que causaria mais prejuízos no processo de aprendizagem desses alunos, a proposta ainda inclui padronização via material do aluno e do professor do conteúdo curricular, da metodologia e das rotinas de sala de aula com corte nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

**43** – Reconhecendo implicitamente que a solução para a melhoria no processo ensino/aprendizagem, especialmente nos primeiros passos do aluno, para consolidar suas experiências, no que tange a saber ler, escrever e dominar os fundamentos para poder calcular, passa obrigatoriamente pela redução do número de alunos por sala, a SME propõe, sem nenhum compromisso com a formação, a qualificação em serviço ou a remuneração condigna, a contratação de estagiários, via convênio com as faculdades de educação.

#### **44 – DEFENDEMOS:**

- A** – retorno das salas de leitura e de informática educativa para o horário regular do aluno;
- B** – fim do projeto PIC/TOF, por representar um retrocesso na concepção de aprendizagem e na construção do conhecimento;
- C** – projetos de recuperação paralela, com pontuação especial para evolução funcional dos educadores que a realizarem;
- D** – autonomia da unidade escolar para construir sua proposta político-pedagógica em todos os anos;
- E** – redução do número de alunos em todos os anos, para viabilizar a alfabetização e a construção do conhecimento;
- F** – que as políticas inclusivas, seus produtos e serviços sejam executados com recursos distintos aos da manutenção e desenvolvimento do ensino e locados fora das unidades educacionais;
- G** – não aos estagiários como alfabetizadores ou docentes;
- H** – autonomia da escola para definir seus projetos especiais, tais como pré e pós-aula.

### **DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ATUAL**

**45** – Nos últimos congressos aprovamos a nossa concepção de educação, que tem como princípio a defesa da educação pública gratuita, laica e de qualidade social.

**46** – Com base neste norte, apresentamos para este congresso os desafios que consideramos fundamentais e que devem ser vencidos para que tenhamos, de fato, escola e educação pública de qualidade. A escola como um espaço privilegiado para a construção do conhecimento, do desenvolvimento de competências do estímulo à participação, na defesa e luta por uma sociedade justa e igualitária.

**47** – Hoje, vários segmentos da sociedade afirmam que o desenvolvimento econômico e social depende diretamente de mais investimentos em educação. Todos são unânimes em dizer, também, que é necessário investir na qualidade da educação e não apenas em quantidade e que, para isso, é vital uma formação profissional adequada, condições de trabalho voltadas ao real atendimento das necessidades educacionais e da valorização dos educadores com aumento salarial, formação permanente, carreira e garantia dos seus direitos.

**48** – Apesar de todo esse discurso, que atinge até mesmo a mídia, nada acontece de concreto para que possamos afirmar que em breve teremos uma mudança radical da atual realidade. Todos os segmentos tem tido ações e inclusive investimentos para melhorar a educação no país. O que temos de avaliar é que estas ações, além de ser muitas vezes isoladas, atingem interesses de grupos ou as diferentes formas de organização da sociedade.

**49** – Existem os que defendem que a educação deve ser tratada como comércio e, portanto, o seu “produto” deve ter um custo para quem a utiliza, ou isenção de impostos para os que investem nas suas fundações e ONGs.

**50** – Vale salientar que também recebem vultuosas quantias do governo. Há os que acreditam que ela é um produto importante para a sociedade e que todos que a ela se dedicam devem receber por produtividade, independentemente da condição de trabalho que tenham. Outros defendem que a educação básica deve ser federalizada, pois a nação deve ser a única responsável pela educação do país. Os municípios e Estados

executariam sua política e emprego da verba, não existindo independência e autonomia.

**51** – Há também os que defendem que a educação, para ser atrativa à população de baixa renda, deve suprir as carências materiais das famílias e de seus alunos utilizando, para isso, programas assistencialistas.

**52** – Nós, que defendemos a escola pública, não podemos concordar com nenhuma dessas formas de desenvolvimento da educação, posto que todas elas visam o fim da educação pública, da carreira e a dominação do poder econômico.

**53** – Precisamos estar atentos a essas armadilhas, que muitas vezes nos são apresentadas como a melhor solução para os problemas da educação no nosso país, mas são soluções para o capital e perpetuação do neoliberalismo.

**54** – Este discurso nacional, ao mesmo tempo em que traz à tona o problema da educação, não faz a avaliação da qualidade das escolas particulares. Deixa subentendido que quem paga tem recebido melhor educação, o que não corresponde totalmente à realidade.

**55** – O último Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) demonstrou que alunos de escolas públicas e particulares tiveram desempenho semelhante. Não se trata de darmos as mãos às instituições particulares, mas de constatarmos que não é só a educação pública que vai mal, mas sim a educação do país.

**56** – Porque então toda a sociedade faz o seu discurso somente desqualificando o ensino público? Muitos banqueiros, industriais, empresários, economistas e jornalistas de renome hoje se consideram especialistas em educação. Publicam e dão entrevistas sobre suas convicções do que é melhor para a educação, cada um ao seu modo procura ocultar o fato de que eles também têm responsabilidades sobre a situação calamitosa, pois ela sempre foi implementada de forma a satisfazer os interesses desta elite.

**57** – Quando os industriais precisaram de mão-de-obra, o poder público ofereceu à população o ensino técnico; quando precisaram de dinheiro do Fundo Monetário Internacional (FMI), investiu-se na abertura de vagas, depois na alfabetização e depois na promoção. Eram essas as exigências do FMI.

**58** – Quando o mercado precisou de formação superior deu incentivo à proliferação de faculdades, portanto, agora, como aconteceu em outros países, para haver crescimento da economia é importante que a educação tenha qualidade. Os detentores do capital neste país afirmam estar perdendo dinheiro pela desqualificação dos profissionais que estão recebendo, fazendo o discurso de preocupados com a formação educacional do brasileiro.

**59** – Fato é que nós, educadores, temos servido consciente e ou inconscientemente à elite deste país. Alfabetizamos quando era para alfabetizar, reprovamos quando era para reprovar, e se até agora não desenvolvemos a qualidade é porque o sistema não nos permitiu. Devemos estar alertas a estes discursos, às pesquisas e dados apresentados. Temos condições de oferecer educação de qualidade sim, mas que seja a que queremos e não a que é imposta pelo poder econômico e pelo autoritarismo neoliberal.

#### **60 – DEFENDEMOS:**

**A** – educação pública gratuita, laica e de qualidade para todos;

**B** – devolução do papel e das verdadeiras competências da escola e de seus profissionais;

- C** – dotação e adequação dos percentuais da educação estatal de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico do mundo contemporâneo;
- D** – o desenvolvimento profissional dos trabalhadores de educação, mediante formação adequada, progressão na carreira, valorização salarial, capacitação e atualização permanente.

## **ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

**61** – A educação no município de São Paulo tem sofrido há décadas com a falta de uma política de educação voltada às reais necessidades da sua população.

**62** – Os últimos governos têm cometido uma sucessão de erros. A nossa postura tem se pautado nos interesses da educação como um todo. Nesse sentido temos feito enfrentamentos contundentes contras as políticas dos últimos governos. Os resultados desastrosos destas políticas têm demonstrado que estamos com avaliação e encaminhamentos corretos.

**63** – No governo da ex-prefeita Marta Suplicy, quando nos colocamos contrários às políticas compensatórias e à prioridade na construção dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) como aparelhos de educação, fomos criticados por muitos que diziam que estávamos atrasados, não entendendo que se faz educação envolvendo tudo que a sociedade oferece. Que o assistencialismo era necessário para conquistarmos uma educação de qualidade, fomos taxados de corporativistas e sectários.

**64** – Neste governo, nosso enfrentamento foi com o programa “São Paulo é uma escola”. Novamente fomos acusados, com o agravante de vermos a nossa profissão ser substituída por oficineiros e a ameaça da entrada das organizações não-governamentais nas escolas. Nas duas ocasiões provamos que o nosso posicionamento estava e está correto.

**65** – Infelizmente, após muita luta e o trágico desempenho de São Paulo na Prova Brasil, ficou comprovado que as atitudes dos governos tem contribuído para o desmonte das escolas, piora nas condições de trabalho e que as suas políticas não têm contribuído em nada para uma educação de qualidade.

**66** – Temos muita luta pela frente para conquistarmos educação de qualidade, mas a nossa determinação e convicção nos nossos ideais nos farão vencer esta guerra.

### **67 – DEFENDEMOS:**

- A** – definição de diretrizes e metas a serem alcançadas pelo sistema municipal de ensino da cidade;
- B** – não às terceirizações;
- C** – fim dos repasses dos recursos da educação para outras secretarias;
- D** – aumento das verbas para educação;
- E** – verbas da educação realmente aplicadas no desenvolvimento do ensino;
- F** – Plano Municipal de Educação, elaborado pela sociedade;
- G** – não-aplicação de verbas da educação em ONGs;
- H** – educação pública de qualidade sob a responsabilidade do poder público.

# EDUCAÇÃO BÁSICA

## EDUCAÇÃO INFANTIL

**68** – Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), promulgada em 1996, já entendia que a faixa etária até os seis anos de idade é a primeira etapa da educação da criança. Por isso, deveria ser oferecida em creches ou entidades equivalentes até os três anos e em pré-escolas dos quatro aos seis anos de idade.

**69** – Hoje, para a adequação do ensino de nove anos, a LDB foi alterada através da Lei nº 11.114/05 e, com isso, se diminuiu a oferta da educação infantil. Ocorre que, até hoje, muitos entendem a educação infantil do zero aos três anos como uma etapa em que as crianças necessitam apenas de cuidados e afeto. Em consequência disso, a formação dos profissionais não tinha o merecido tratamento.

**70** – Atualmente, temos muitos avanços mas, quem trabalha principalmente nos Centros de Educação Infantil (CEIs) sofrem de grande preconceito e enfrenta dificuldades para o desenvolvimento do seu trabalho.

**71** – Exatamente porque, num passado recente, muitos educadores, inclusive ligados ao antigo sistema de creches, defenderam que dos zero aos três anos a criança necessitava de cuidados físicos e precisava manter vínculo com uma só professora. Como resultado, professores de desenvolvimento infantil (PDIs) não têm férias nem horário pedagógico.

**72** – Apesar desse quadro, tivemos muitos avanços na qualidade da educação, graças ao empenho dos profissionais e de cursos oferecidos pelo SINPEEM.

**73** – A situação dos profissionais das Emeis é melhor no que tange à formação, condições de trabalho e horários pedagógicos, mas vivemos a realidade do terceiro estágio, etapa fundamental para a criança, saindo da educação infantil e passando para o ensino fundamental. Essa realidade requer que façamos uma análise detalhada.

### 74 – DEFENDEMOS:

**A** – manutenção dos atuais estágios na educação infantil;

**B** – redução do número de alunos por sala de aula, obedecendo à seguinte distribuição:

Criança/idade .....	número de educadores .....	criança por sala
0 a 11 meses .....	1 .....	7
1 ano a 1 ano e 11 meses .....	1 .....	9
2 anos a 2 anos e 11 meses .....	1 .....	12
3 anos a 3 anos e 11 meses .....	1 .....	18
4 anos a 4 anos e 11 meses .....	1 .....	20
5 anos a 5 anos e 11 meses .....	1 .....	25
Ensino fundamental .....	1 .....	30
Ensino médio .....	1 .....	35
Ensino de jovens e adultos .....	1 .....	35
Emee 1ª a 4ª série .....	1 .....	6 a 8
Emee 5ª a 8ª série .....	1 .....	8 a 10

- C** – construção de mais unidades de educação infantil;
- D** – recesso em julho e férias em janeiro para os profissionais de CEIs,
- E** – garantia do cumprimento das horas/atividades para ADIs/PDIs;
- F** – 15 minutos de intervalos também nos CEIs;
- G** – dispensa do ponto para cursos de aperfeiçoamento;
- H** – atendimento igualitário às reivindicações por material, pessoal de apoio e cursos de aperfeiçoamento;
- I** – garantia de direitos e condições para o desenvolvimento do trabalho com qualidade;
- J** – integração do quadro de apoio dos CEIs ao quadro dos profissionais de educação;
- K** – fim do rodízio de classes;
- L** – melhores condições de trabalho e formação permanente para os profissionais de educação infantil.

## **ENSINO FUNDAMENTAL**

**75** – A decisão do governo federal de ampliar a duração do ensino fundamental para nove anos pode até ser benéfica para alguns municípios do Brasil, porém, para a cidade de São Paulo é um problema e não uma solução. Problema para a educação infantil que é reconhecida como de grande qualidade.

**76** – Essa mudança, além de provocar perda para a criança, deste espaço de formação totalmente organizado para ela, implicará também em perda de mercado de trabalho para os profissionais de educação infantil.

**77** – É também, problema para o ensino fundamental, que não tem estrutura nem espaço adequado para receber essas crianças pequenas, sem falar da formação dos profissionais para atender essa clientela. É uma adequação e transição muito séria e delicada, que devemos tratar com cautela. Dessa forma, consideramos prematura a sua implantação em 2007.

**78** – A nossa avaliação, ao longo dos anos, tem demonstrado que a educação básica vem, ano a ano, passando por um processo de descaso por parte dos governos. Os investimentos em manutenção e desenvolvimento do ensino têm se reduzido e, até mesmo, desviados. O resultado da avaliação nacional, que a tantos surpreendeu, a nós não causou espanto, pois não podia ser outro para um município que tem usado a educação como instrumento de políticas das mais diversas, menos para educação de qualidade.

**79** – Cabe a nós, neste congresso, traçarmos as diretrizes necessárias e lutarmos por financiamentos para devolvermos a São Paulo a educação que julgamos adequada. A política educacional desta cidade deve ser traçada por seus educadores comprometidos e conhecedores das necessidades e da realidade de todas as escolas e não por agentes governamentais nem por governantes que trabalham com informações e dados contaminados por interesses partidários e, muitas vezes, pessoais.

### **80 – DEFENDEMOS:**

- A** – implementação efetiva do ensino fundamental em ciclos, considerando o processo de reconstrução do conhecimento pelo educando;
- B** – redução do número de alunos por sala de aula;
- C** – manutenção das salas de leitura e informática educativa e das aulas de educação física dentro do horário regular do aluno;
- D** – garantia do acesso à educação para toda a população, respeitadas as faixas etárias e as necessidades especiais dos educandos.

## ENSINO EM CICLOS

**81** – Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), facultou-se aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos. Ainda é admitida a organização em séries anuais, períodos semestrais, ciclos de alternância regular, períodos de estudos; grupos não-seriados, com base na idade, na competência e outros critérios; ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

**82** – Na rede municipal, o ciclo foi adotado em 1992. Na ocasião, defendemos sua adoção por considerar que essa forma de organização evita rupturas ou fragmentação do percurso escolar; assegura a continuidade do processo educativo e permite a adoção do processo pedagógico aos diferentes ritmos de aprendizagem.

**83** – O sucesso desta forma de organização, no entanto, depende muito da criação de condições para que toda a equipe escolar possa se envolver com os objetivos estabelecidos ano a ano em cada ciclo e com relação entre os ciclos.

**84** – Mais do que uma simples ruptura da cultura de organização do ensino em séries, depende, para não ficar reduzida somente a um mecanismo de aprovação automática, de novos procedimentos na organização de todo o trabalho escolar. Está relacionado com o projeto pedagógico da escola, com as jornadas de trabalho, com a formação dos profissionais e com a definição curricular e a articulação dos conteúdos programáticos.

**85** – Como essas condições não foram criadas, cresce o número de pessoas que resiste aos ciclos, por acreditar que a qualidade do ensino tende a continuar se deteriorando. Muitos dizem que até mesmo o professor está perdendo seu prestígio e importância junto aos alunos, pois eles têm a certeza da aprovação, independentemente da aprendizagem. Argumentos que não podem ser ignorados.

**86** – Em se tratando da organização do ensino, não existem fórmulas prontas nem princípios irremovíveis. A organização ideal é aquela que oferece melhor resultado de acordo com as finalidades da educação.

### **87 – DEFENDEMOS:**

- A** – a organização do ensino em ciclos, como a forma mais democrática de organização do ensino municipal;
- B** – amplo processo de avaliação dos ciclos da rede municipal nestes 11 anos e aprofundamento do debate sobre os eixos norteadores da estrutura e funcionamento dos ciclos;
- C** – adaptação da estrutura de todas as escolas à organização do ensino em ciclos;
- D** – formação continuada, a ser realizada pela Diretoria de Orientação Técnica (DOT), para todos os profissionais de educação envolvidos com o ensino fundamental, visando a superação de dificuldades existentes com essa forma de organização e a compreensão de como atuar nos ciclos;
- E** – estabelecer como princípio a qualidade social da educação, priorizando as relações humanas, sustentáveis e solidárias;
- F** – efetivar um trabalho político e pedagógico sistemático que favoreça a real implantação dos ciclos;
- G** – ensino fundamental em ciclos e com reorganização curricular;
- H** – manutenção do laboratório de informática e adequação do número de computadores e professores orientadores de Informática educativa (Poies) em proporção ao número de alunos, salas e turmas das unidades escolares;

- I** – reuniões e seminários, considerados como dias letivos, com os pais, alunos e profissionais de educação, para debater a proposta do ensino fundamental em ciclos;
- J** – acompanhamento individualizado dos alunos, principalmente dos que apresentam dificuldades de aprendizagem;
- K** – não às classes de aceleração e defesa de estudos complementares para o maior desenvolvimento dos alunos com atraso escolar;
- L** – avaliação contínua e diagnóstica, acompanhada das condições necessárias para executar atividades que permitam aos alunos superar as dificuldades
- M** – organização do ensino em ciclos, sem promoção automática e com direito à recuperação paralela;
- N** – expansão das Salas de Apoio Pedagógico (SAPs) e Salas de Apoio Pedagógico aos Portadores de Necessidades Especiais (Sapnes) de acordo com as necessidades das escolas;
- O** – criação de laboratório com módulos de alunos, composto por educadores para cada ciclo eleitos pelo Conselho de Escola, em número proporcional ao de salas existentes na unidade escolar;
- P** – na estruturação dos ciclos, tomar como ponto de referência o desenvolvimento do aluno e não a organização dos conteúdos;
- Q** – defesa do princípio de progressão do aluno em contraposição às idéias de promoção automática ou de promoção/retenção;
- R** – liberdade de organização de turmas com números de alunos determinados pelas conveniências pedagógicas de cada unidade escolar;
- S** – extinguir do ensino municipal material discriminatório ou que reproduza estereótipos sobre o papel da mulher, negros e indígenas;
- T** – promover debate sobre a mudança curricular, organização do ensino em ciclos, sem promoção automática e com direito à recuperação paralela;
- U** – garantir a representatividade pluriétnica da sociedade no currículo escolar;
- V** – elaboração de planejamentos por ciclos de acordo com a necessidade de aprendizagem dos alunos e não mais os planejamentos por série;
- X** – redefinir o módulo de professores por unidade escolar, para assegurar a execução dos trabalhos de apoio e reforço de aprendizagem;
- Y** – introduzir no regimento a obrigatoriedade das atividades extraclases com duração e formas subordinadas apenas às necessidades pedagógicas;
- Z1** – exigir da SME que a autonomia das escolas seja sustentada pela existência de relações democráticas entre as unidades escolares e os órgãos centrais;
  - que a SME efetue um estudo para avaliar os problemas que possam dificultar a real implantação dos ciclos e, a partir desse estudo, aprofunde o debate com o objetivo de superar os problemas encontrados;
- Z2** – registro permanente do processo educativo e do processo de ensino/aprendizagem e avaliação coletiva e global no final de cada ciclo;
  - a avaliação do aluno considerando todos os aspectos do seu desenvolvimento: conhecimento, socialização, formação de valores e habilidades cognitivas;
  - a avaliação como um instrumento para identificar as necessidades da escola para superar as desigualdades nas condições de aprendizagem e não como identificador do fracasso do aluno;
- Z3** – ampla campanha em defesa dos ciclos de aprendizagem, com esclarecimento que garanta sua compreensão e verdadeira aplicabilidade.

## FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

**88** – A luta do povo brasileiro para garantir condições mínimas de sobrevivência, especialmente trabalho, remuneração digna, acesso à educação, aos bens culturais, assim como saúde, moradia e terra, remonta às nossas origens, desde a colonização.

**89** – É nesse marco de lutas que se insere o século XX, no qual o Brasil teve crescimento econômico vigoroso, chegando a estar entre as oito maiores economias do mundo e amargando índices vergonhosos de analfabetismo, com milhões de crianças, jovens e adultos fora da escola por inexistência de políticas públicas estatais universalizantes de escolarização.

**90** – Também no decorrer do século XX, todas as constituições federais, exceto a da ditadura militar, reservaram percentuais mínimos das receitas de impostos para ser gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino. É a vinculação ou verba carimbada da educação.

**91** – Mesmo assim, especialmente com a constituição federal de 1988, obrigando todos os Estados (25%), os Municípios (25%) e a União (18%) a investirem no ensino fundamental obrigatório de oito anos e na erradicação do analfabetismo, o grau de escolaridade do povo assemelha-se a países como o Haiti.

**92** – Apesar de a Constituição Federal de 1988 e mesmo e de a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) estabelecerem quais os níveis de ensino e quais as modalidades de educação são de responsabilidade de qual dos sistemas de ensino estadual, municipal ou federal e definir claramente os recursos financeiros disponíveis para a manutenção e desenvolvimento do ensino verifica-se no país, independentemente de época, governos ou partidos políticos no poder, um solene crime de usurpação das verbas da educação, com conivência dos poderes da República.

**93** – Os mais variados ardis são usados pelos governos para não aplicarem recursos na melhoria das condições de aprendizagem, planos de carreira para os educadores ou salários a altura da tarefa de educar.

**94** – Na cidade de São Paulo, o SINPEEM, desde a sua fundação, tem desempenhado papel principal na luta pela ampliação de recursos públicos para a educação. Foi assim na confecção da Lei Orgânica do Município (LOM) de 1989, no governo de Luiza Erundina, quando a articulação com o movimento social garantiu incluir na LOM o mínimo de 30% para manutenção e desenvolvimento do ensino. Entre 1989 e 1992, esse percentual garantiu à população de São Paulo, aos alunos e aos educadores avanços configurados em melhores salários e conseqüentemente melhorias no processo de ensino/aprendizagem nas unidades escolares.

**95** – No período crítico dos governos dos ex-prefeitos Paulo Maluf e de Celso Pitta, nunca os percentuais mínimos garantidos pela Lei Orgânica foram aplicados em manutenção e desenvolvimento do ensino. E foi nesse período que se evidenciou a nefasta prática dos governantes de incluir os gastos com aposentados como despesa em educação. Novamente, o SINPEEM denunciou à sociedade e à categoria o descumprimento da lei por meio de campanhas e manifestações, como o Concerto em Defesa da Educação, realizado no Parque do Ibirapuera.

**96** – A partir de 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, com a Emenda Constitucional nº 14 todo o ensino fundamental do país passou a ser financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), constituído por recursos constitucionalmente obrigatórios para a aplicação no ensino fundamental de cada um dos Estados e dos Municípios, com complementação da União.

Caso o Estado ou o Município não tenha seu sistema de ensino organizado ou não tenha alunos matriculados no ensino fundamental “perde” para o fundo os 25% dos recursos que deveria investir do primeiro ao oitavo ano.

**97** – Esse mecanismo induziu, de maneira formal, à municipalização forçada do ensino fundamental, especialmente no Estado de São Paulo, cujos municípios receberam de “presente” milhares de alunos, para não perderem parte significativa de seus impostos.

**98** – De outro modo, com o não-atendimento pela rede estadual da demanda, a partir do Fundef também foi induzida a municipalização. É o que acontece com a cidade de São Paulo, que recebe recursos suplementares do Fundef a maior do que deposita no fundo e, nem por isso, após nove anos, houve melhorias significativas na qualidade social da educação oferecida aos paulistanos.

**99** – A situação crítica de descalabro na educação da cidade sofreu na gestão Marta Suplicy outro golpe quando a ex-prefeita petista reduziu os gastos com manutenção e desenvolvimento de ensino de 30% para 25%, mantendo o pagamento dos aposentados com os recursos da educação e também criando com os 5% reduzidos e mais um acrescido uma fabulosa rede de assistência social na pasta da Educação, chamada de política inclusiva, desvirtuando a função precípua da educação, de construir e reconstruir conhecimentos e cultura. Afirmamos e lutamos contra essas políticas e dizemos categoricamente: redução foi e é uma traição.

**100** – Da mesma forma, a administração municipal Serra/Kassab continuou a política petista aprofundando-a ao criar o programa “São Paulo é uma escola”, desregulamentando a profissão ao contratar ONGs, oficinheiros e estagiários, sobrecarregando a unidade escolar, que passou a ser o centro do assistencialismo municipal.

**101** – No governo Lula, toda a lógica do Fundef se repetiu: manutenção da Desvinculação das Receitas da União (DRU) – 40% dos 18% da União ficam à disposição do governo para investir onde e como quiser –, permanência dos vetos de FHC ao Plano Nacional de Educação (PNE), que destinava 7% do PIB como gasto mínimo nacional em educação, custo aluno nacional mísero e sem revisão anual; a educação fora do fundo, assim como os alunos do EJA presencial; inoperância e falta de estrutura material e de recursos humanos para a fiscalização feita pelos Conselhos do Fundef.

**102** – O novo fundo, ou seja, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (Fundeb) foi aprovado com modificações pelo Senado e, por isso, deverá ser votado novamente pela Câmara dos Deputados. Pelo texto aprovado, cria-se no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, com duração de 14 anos, um fundo contábil destinado a financiar a educação básica e valorizar seus profissionais, com 20% da receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto sobre Transmissão de Bens e Direitos Causa-mortis (ITDC), dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) destinados à exportação; da transferência da União aos estados e municípios, resultante da compensação pela desoneração de ICMS (Lei Kandir) e do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (IPTR).

**103** – Os recursos de cada fundo serão destinados às redes estadual e municipal, na proporção de suas matrículas, nas várias etapas e modalidades de educação básica, respeitados os âmbitos de atuação prioritária, segundo o artigo 211 da Constituição (os municípios atuam prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental, os Estados atuam no ensino médio e supletivamente no ensino fundamental e a União deve atuar supletivamente no ensino fundamental).

**104** – A União complementarará as receitas dos fundos cujo valor médio por aluno não atingir um valor mínimo definido nacionalmente. Para tanto, não poderá usar da receita do salário-educação e dos recursos oriundos dos impostos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino; poderá contar com até 30% de sua receita.

**105** – Uma proporção não inferior a 60% de cada fundo se destinará à remuneração dos profissionais do magistério.

**106** – A lei que regulamentará o Fundeb disporá sobre a organização dos fundos, a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e ponderações entre os valores por aluno, segundo as etapas e modalidades de ensino e tipos de estabelecimento; a fiscalização e controle dos fundos, o valor mínimo por aluno a ser garantido pela União e o piso salarial profissional.

**107** – Vários dispositivos são previstos para a transição gradual do Fundef para o Fundeb: o valor da complementação da União, de R\$ 2 bilhões, no primeiro ano, para R\$ 4,5 bilhões, no quarto ano; a destinação dos percentuais dos impostos, até atingir 20% no quarto ano; e a consideração das novas matrículas, além das do ensino fundamental, no montante de 25% a cada ano.

#### **108 – DEFENDEMOS:**

**A** – mais verbas para a educação;

**B** – revogação da lei de Marta Suplicy que reduziu as verbas da educação de 30% para 25%;

**C** – verbas públicas exclusivamente para a escola pública estatal;

**D** – o cumprimento dos artigos 70 (com exclusão no inciso V) e 71 da LDB, que definem quais as despesas que são consideradas ou não com manutenção e desenvolvimento do ensino;

**E** – aprovação de lei que puna, com a perda imediata do mandato, aquele que incluir despesas de previdência, saúde, segurança, administração e cultura como gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino;

**F** – a constituição de comissão municipal para controlar e fiscalizar receitas destinadas à educação com a participação das entidades de classe, da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, por meio de processo eletivo;

**G** – a transferência periódica, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), dos recursos vinculados para a conta da educação, sendo as verbas geridas pela SME;

**H** – não ao projeto do Fundeb do governo Lula;

**I** – fim do veto dos 7% do Produto Interno Bruto (PIB) destinado à educação;

**J** – ampliação para 10% do PIB para investimentos em educação.

## **QUESTÃO SALARIAL**

**109** – A lei aprovada em fevereiro de 1995 prevê reajustes quadrimestrais, nunca interiores ao índice de inflação acumulado no período, desde que as despesas com pessoal não excedam 40% das receitas correntes líquidas da Prefeitura.

**110** – A inexistência de reajustes e as perdas salariais e do poder aquisitivo de todos têm sido o resultado desta política, disposta na lei aprovada durante o governo Maluf e mantida por todos os prefeitos que o sucederam.

**111** – Com os descontos previdenciários a PMSP tem feito economia com o recolhimento da contribuição previdenciária, esta política tem de ser revista, posto que as despesas com pessoal aposentado, com o tempo, serão cobertas pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

**112** – Além dessa política, que não permite reposição ou aumento real de salários, a administração municipal vem negando o cumprimento de “obrigação de fazer” no caso daqueles que ganharam a ação dos 81% e tiveram, no decorrer do processo alteração de Controle de Lotação (CL) por força de concurso de ingresso.

**113** – A Prefeitura alega que ao mudar de cargo o servidor perde o direito de receber o reajuste dos 81%. O Departamento Jurídico do SINPEEM tem recorrido contra esse entendimento e obtendo alguns êxitos. No entanto, não podemos fixar a nossa luta somente nos processos jurídicos para o restabelecimento da isonomia e valorização dos salários de todos os profissionais de educação.

#### **114 – DEFENDEMOS:**

- A** – alteração da lei salarial da Prefeitura de São Paulo, que limita os gastos com a folha de pagamento em 40% das receitas orçamentárias, exigindo que qualquer reposição do índice inflacionário do quadrimestre anterior só pode ser pago integralmente. Mesmo que a Prefeitura queira aplicar parte da inflação não poderá;
- B** – fim da política de gratificações;
- C** – aumento real de salário e reposição das perdas;
- D** – valorização da carreira;
- E** – valor igual da GDE também para os profissionais de CEIs;
- F** – valorização do quadro de apoio;
- G** – isonomia entre ativos e aposentados;
- H** – cumprimento da lei que determina o pagamento da cesta básica;
- I** – módulo completo de profissionais em todas as unidades, por concurso;
- J** – fim das privatizações e terceirizações;
- K** – redução do número de alunos por sala de aula;
- L** – manutenção das salas de leitura e de informática educativa dentro do horário regular do aluno;
- M** – revisão dos critérios utilizados para evolução funcional do quadro de apoio;
- N** – convocação dos professores aprovados em concurso para escolha de cargos;
- O** – isonomia de direitos entre os agentes de apoio lotados nos CEIs e o quadro de apoio;
- P** – realização imediata de concurso para cargos do quadro de apoio;
- Q** – direito de recesso e de férias coletivas para os profissionais dos CEIs;
- R** – direito de bolsa para curso superior para todos os profissionais de educação;
- S** – piso salarial do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para jornada básica no início da carreira, refletindo nas demais jornadas;
- T** – piso do Dieese para o quadro de apoio (40 horas);
- U** – redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários;
- V** – plano de restabelecimento da isonomia salarial, com extensão dos ganhos judiciais para todos os profissionais da educação;
- X** – reconhecimento do direito de ganho da ação dos 81%, por parte da Prefeitura, para os servidores que mudaram de CL, considerando o ganho para o servidor e não para o cargo, cumprindo a “obrigação de fazer”, a qual define que a Prefeitura deve fazer o pagamento e corrigir o padrão do servidor.

## QUESTÃO FUNCIONAL

**115** – Defender os direitos dos trabalhadores é e sempre será a bandeira de luta do Sinpeem. Com o processo de globalização da economia mundial, o papel do Estado foi minimizado: as estatais são privatizadas e os direitos sociais são duramente atingidos pelas políticas neo-liberal. O ataque sistemático aos servidores leva à desestruturação dos serviços públicos e todos os nossos direitos são ameaçados ou simplesmente revogados. Os diversos governos tentam convencer a sociedade de que somos privilegiados e, nessa linha, nos tornam os grandes vilões da história.

**116** – Os servidores do município de São Paulo, em particular os profissionais de educação, têm resistido com muita luta na defesa de seus interesses. Por isso, devemos ter claro que a nossa luta é muito maior do que a legítima defesa dos nossos direitos corporativos, porque só uma ampla luta política contra a desestruturação do Estado brasileiro consolidará as nossas vitórias.

**117** – A redução da demanda de Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem criado uma grande preocupação entre os profissionais de educação, pois tem provocado fechamento de salas, com a redução de jornadas. Além desse processo já esperado, há um propósito da atual administração em ajustar as unidades de ensino em dois turnos diurnos. Esse é um debate ao qual não podemos nos omitir.

**118** – As duas questões nos remetem a discutir novas formas de desenvolvermos nossas atividades sem prejuízo do acúmulo de cargos.

### **119 – DEFENDEMOS:**

- A – a democratização das relações de trabalho;
- B – a manutenção dos nossos direitos funcionais.

## QUADRO DE APOIO

**120** – A participação do quadro de apoio nas lutas do SINPEEM é significativa e o sindicato tem investido em sua organização, mediante formação com cursos e seminários específicos, realizados tanto no Centro de Formação como nas subsedes, além do encontro anual em Ibiúna (SP), com dispensa de ponto.

**121** – A participação política do quadro de apoio tem se destacado nas assembleias, nas reuniões de representantes, nas paralisações, manifestações, nas greves e com representação eleita para o Conselho Geral.

**122** – A evolução funcional do quadro de apoio não veio da forma que queríamos, mas estamos debatendo com a Prefeitura as modificações que desejamos. Outro aspecto que temos discutido muitos nos eventos que realizamos para o quadro de apoio é a nossa luta contra a discriminação desse segmento em muitas escolas.

**123** – Os profissionais do quadro de apoio tem sofrido na gestão Serra/Kassab com um novo ataque com a utilização equivocada da lei que instituiu os Planos de Cargos Carreiras e Salários dos Agentes de Apoio, que prevê em um de seus artigos que o agente de apoio que tiver qualquer evolução na carreira deixa de receber os ganhos judiciais. Ora, essa lei não diz respeito ao quadro de agentes escolares que não fizeram opção por novo quadro. A administração municipal entende que quando o agente escolar tiver tido evolução funcional deixa de ter

o direito ao reajuste. Assim ocorre com os auxiliares técnicos educacionais (ATEs I e II) que prestaram concurso de ingresso para proverem os atuais quadros e, como consequência, mudaram de CL e, por esta razão entende a Prefeitura que deixam de ter direito ao reajuste por ação judicial. Posição esta que não aceitamos.

**124** – Nosso Departamento Jurídico vem atuando com rigor nesta situação e oficiamos a Administração Pública Municipal para que reconhecesse que estão aplicando de forma errônea a Lei e este assunto tem sido debatido em mesa de negociação.

**125 – DEFENDEMOS:**

- A** – criação de uma política de trabalho de formação continuada para o quadro de apoio;
- B** – complementarão de escolaridade sob responsabilidade do governo;
- C** – garantia de substituição nas licenças do quadro de apoio;
- D** – incorporação dos vigias escolares no QPE
- E** – sala para o quadro de apoio em todas as unidades de trabalho, com infra-estrutura adequada;
- F** – fortalecimento da organização do quadro de apoio;
- G** – realização urgente de concursos para o quadro de apoio e fim das terceirizações;
- H** – continuação da luta pelo enquadramento dos profissionais dos CEIs no quadro de apoio;
- I** – modificação dos critérios para evolução funcional do quadro de apoio, com a utilização de duas tabelas: por tempo ou por títulos.

## **HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL**

**126** – Os problemas em relação ao atendimento no Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM) são apontados sistematicamente pelo SINPEEM.

**127** – As consultas médicas são marcadas com longa data de espera, sendo que em alguns casos, o servidor precisa recorrer a médicos particulares. O mesmo ocorre com o Departamento de Saúde do Servidor (DSS), que deveria ser um instituto preocupado não só com a perícia médica, mas também com a prevenção de doenças que acometem os trabalhadores.

**128** – Os profissionais da educação, por exemplo, apresentam um perfil de doenças que muitas vezes os levam à readaptação funcional e ou à aposentadoria. Transtornos psiquiátricos (incluindo a depressão e a síndrome do pânico), da voz e dos sistemas osteomuscular, cardíocirculatório e gastrointestinais, além dos diversos tipos de alergias são as doenças que mais levam estes profissionais a licenças médicas contínuas, resultado da falta de preocupação do Poder Público em investir em prevenção de doenças do trabalho.

**129 – DEFENDEMOS:**

- A** – investimento na proteção da saúde destes profissionais e na prevenção e no diagnóstico e tratamentos precoces destes agravos;
- B** – descentralização do atendimento médico ambulatorial e com especializações, facilitando o agendamento de consultas e exames;
- C** – modernização e ampliação da aparelhagem de exames por imagem e exames laboratoriais;
- D** – estender o atendimento aos filhos de servidores, independentemente da idade, com deficiências físicas, mentais, auditivas e oftalmológicas;

- E** – facilitação no agendamento de consultas e exames;
- F** – contratação por concurso de profissionais das diversas áreas da saúde para um melhor atendimento dos servidores e seus dependentes;
- G** – criação de equipes de multidisciplinares para atendimento domiciliar daqueles que estiverem impossibilitados de locomoção.

## QUESTÃO RACIAL

**130** – A política de ação afirmativa, ou política de discriminação positiva, entrou em pauta no cenário nacional a partir do momento em que o governo federal assumiu perante a comunidade internacional em 2001, durante a Conferência Internacional Contra Racismo, Discriminação e Intolerância Correlatas, em Durban, na África do Sul.

**131** – Em território africano, o Brasil assumiu internacionalmente uma posição oficial do reconhecimento da existência de discriminação e racismo contra a população negra brasileira, acabando com o título que o país detinha desde a década de 30, com o chamado mito da “democracia racial”. É necessário reafirmar que o Estado brasileiro enquanto instituição e não simplesmente enquanto governo, assumiu juridicamente, diante dos órgãos internacionais, promover políticas por meios de formas variadas, com prerrogativas de eliminação da discriminação racial, da exclusão e do alijamento dos negros do processo produtivo, educacional e social brasileiro, tendo como consequência abordar com o conjunto da sociedade a equiparação dos direitos constitucionais aos direitos substanciais internacionais.

**132** – Não causa estranheza o fato de a opinião pública como um todo desconhecer esse tema das reparações, uma vez que as práticas discriminatórias há muito tempo estão enraizadas na sociedade brasileira e sempre transcorreram aos olhos dos opressores de forma natural. Há uma enorme resistência por parte dos opositores, principalmente da elite detentora dos privilégios econômicos e sociais.

**133** – As múltiplas formas de implementação de políticas públicas para igualdade em prol da comunidade negra brasileira foram diversamente combatidas e resumidas a uma única discussão no cenário publicitário com a idéia simplista das cotas nas universidades públicas.

**134** – Cabe salientar que esse tema transcendental das políticas afirmativas não se limita a políticas de cotas, com reserva de vagas nas universidades públicas.

**135** – Deve-se ressaltar a importância de que as cotas nas universidades fazem parte das atividades de políticas afirmativas ou discriminação positiva ou ação positiva. Mas se faz necessário entender que as cotas são um meio e não um fim. Desse modo, as cotas propostas representam aparências e não retratam a sua essência como um todo, que visam propiciar o maior acesso de negros, não só ao ensino superior como também abolir os privilégios enraizados na hierarquização das classes sociais brasileira.

**136** – Diante desse histórico, vale a pena ressaltar que as políticas de ação afirmativa são muito recentes na história da ideologia anti-racista no mundo. As experiências mais destacadas foram implementadas nos Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia, Malásia, entre outros, como forma de políticas compensatórias. As políticas afirmativas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens ocorridas com as vítimas do racismo e outras formas de discriminação.

**137** – O processo evolucionista da cidadania resultou no surgimento de diversas formas jurídicas na esfera do direito humano internacional, implementado por políticas públicas de apoio a promoção de determinados grupos socialmente flagelados decorrentes de ações de cunho racial. Dessa forma, conclui-se que a concepção liberal de igualdade, que singulariza o indivíduo na sua abstração, entende-se pela subjetividade privada. Neste sentido, o direito passa a percebê-lo e ser tratado em sua especificidade como ser dotado de caracteres singulares. Os grupos específicos serão alvos de novas políticas sociais, que têm por objetivo as tentativas de concretização da promoção da igualdade substancial, materializado sob denominação de ação afirmativa.

**138** – Historicamente, no Brasil as estatísticas revelam o agravamento do quadro social, em que a maioria da população negra encontra-se na extremidade da pirâmide social. O parecer do Conselho Nacional de Educação tem como propósito específico a regulamentação e a alteração da Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), pela Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal, em seus Artigos 5, I; 210; 206, I; 1º de Art. 242, Artigos 215 e 216, bem como os Artigos. 26, 26A e 79B da Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todo o povo brasileiro.

**139** – É importante salientar que tais políticas foram sancionadas durante a gestão do governo Lula e todos os dispositivos legais, bem como as reivindicações e proposta do Movimento Negro, após a indicação de um membro para o Conselho Nacional de Educação, a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, com excelente trabalho de relatora do Parecer nº 003/20003 (CNE/CP).

**140** – O Parecer tem como consequência oferecer uma resposta às políticas assumidas internacionalmente durante a Conferência Internacional em Durban, entre outras políticas, propõe propiciar na área da educação políticas de reconhecimento e valorização da história, cultura, identidade da população afrodescendente. São políticas curriculares, fundadas em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, que visam combater o racismo e a discriminação que atingem particularmente os estudantes negros. Nessa perspectiva, propõe a divulgação e a produção de conhecimento, que visa retratar, de fato, a postura e valores que eduquem os jovens cidadãos ao pertencimento étnico-racial descendentes de africanos, indígenas, europeus, asiáticos, para interagirem na construção de uma nação democrática, justa para que todos tenham oportunidades de direitos iguais.

**141** – O SINPEEM, que historicamente tem questionado a estrutura social hierarquizada, as relações de desigualdade seculares em nosso país, os critérios de exclusões, fundados em preconceitos e manutenção de privilegiados, reconhece e exige que se questionem as relações educacionais étnico-raciais e que o ensino brasileiro, de fato, assumam estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim superar a desigualdade étnica racial presente nas várias instâncias da educação brasileira.

#### **142 – DEFENDEMOS:**

- A** – contra a privatização do conhecimento público;
- B** – aumento de vagas das universidades públicas;
- C** – ampliação de cursos no período noturno, que visem beneficiar alunos negros de baixa renda;
- D** – que o SINPEEM faça uma ampla discussão sobre o Estatuto da Promoção da Igualdade Racial;

**E** – pressionar o governo municipal a cumprir a Lei nº 10.639/2003, referente à introdução da cultura afro-brasileira no currículo do sistema municipal de educação.

## **BALANÇO DA ATUAÇÃO SINDICAL**

**143** – O SINPEEM sempre esteve no centro da luta por melhores condições de trabalho, salários e educação de qualidade.

**144** – Iniciamos o ano de 2006 em meio às mudanças na organização das escolas e do ensino, implementadas pela Secretaria Municipal de Educação, com os programas “São Paulo é uma escola” e “Ler e escrever”.

**145** – Implantados, mais com o intuito de atender à agenda do ex-secretário da Educação, desconsiderou a necessidade de construção coletiva, com a participação dos profissionais de educação, e infra-estrutura e logística necessárias, causando um verdadeiro caos na rede.

**146** – Nossa reação foi imediata e construída a partir do debate e das decisões, aprovadas nas instâncias do sindicato.

**147** – Iniciado o ano letivo, imediatamente convocamos e realizamos reunião com os representantes sindicais, eleitos nos diferentes períodos das unidades da rede de ensino.

**148** – Por unanimidade, 3,2 mil representantes aprovaram, na primeira reunião de 2006, a necessidade de organizar a luta contra o desmonte das salas de leitura e de informática e a implantação do pré e pós-aula, aspectos mais evidentes, mas não únicos, dos efeitos negativos da política implantada pela Prefeitura.

**149** – Aprovamos, também, que as reivindicações referentes à melhoria salarial e condições de trabalho e aplicação e ampliação de direitos funcionais deveriam ser encaminhadas simultaneamente.

**150** – As reivindicações, as formas de luta e de organização, aprovadas a partir desta reunião, com a ratificação da assembléia geral que realizamos, deram início à nossa Campanha 2006, com as seguintes etapas:

- A** – entrega da pauta de reivindicações ao governo, no início do mês de março;
- B** – realização da primeira manifestação, exigindo resposta às nossas reivindicações;
- C** – paralisação de um dia e manifestação, com realização de Assembléia Geral, em frente à Secretaria Municipal de Gestão;
- D** – debate nas escolas e atos regionais, preparatórios para o início da greve;
- E** – decisão de realização da greve, por tempo indeterminado, a partir do dia 28 de abril, em função da intransigência do governo, que afirmava não ter nenhuma proposta a apresentar para a categoria.

## **GREVE DE 16 DIAS E MANIFESTAÇÕES QUE PARARAM A CIDADE**

**151** – Apesar de todas as pressões do governo e das críticas de grande parte da imprensa contra o nosso movimento, taxando-o de “corporativo e contra a melhor proposta já apresentada para que os alunos tivessem a oportunidade de ter mais tempo na escola e, assim, melhorar a educação a eles oferecida”, realizamos um dos maiores movimentos em greve da nossa categoria.

**152** – As manifestações contaram com milhares de participantes e ganharam os noticiários, apesar da má vontade em dizerem o real sentido da nossa luta e o conteúdo do que reivindicávamos.

**153** – O governo se manteve intransigente, por quase todo o tempo. Afirmava que não mudaria uma só linha da sua política educacional e que não tinha nenhuma resposta às nossas outras reivindicações.

**154** – O prefeito José Serra deixou o cargo sem nenhuma resposta à categoria, no mesmo dia em que realizamos uma grande manifestação em frente ao seu gabinete. Mais uma vez, o governo se recusou a apresentar qualquer proposta e demonstrou que trataria o movimento de forma dura e intransigente.

**155** – Com o crescimento do movimento, em particular após a maior manifestação de todo o período de greve, realizada no dia 7 de abril, na avenida Paulista, o governo apresentou a proposta de pagar a primeira parcela da Gratificação de Desenvolvimento Educacional (GDE), no mês de julho, mantendo ainda sua posição de não debater nem alterar o programa “São Paulo é uma escola”.

## **GOVERNO INICIA A PERSEGUIÇÃO**

**156** – Diante da determinação da categoria, o governo iniciou o processo de intimidação. No mesmo dia em que realizamos a maior de todas as manifestações, determinou que as escolas deveriam refazer a folha de pagamento, apontando todas as faltas da greve.

**157** – Apesar da brava resistência de muitos diretores, essa pressão acabou provocando o retorno ao trabalho de milhares que estavam em greve.

**158** – Ainda assim, a participação nas manifestações foi grande e a decisão de continuidade da greve demonstrou o espírito de luta e a revolta da categoria diante da intransigência do governo.

## **REUNIÃO DE REPRESENTANTES REGISTRA QUEDA NA PARTICIPAÇÃO E DIFICULDADES PARA A CONTINUIDADE DA GREVE**

**159** – Em greve, realizamos a reunião ordinária de representantes de escolas, no dia 11 de abril, véspera da assembléia geral. A preocupação com a queda nos índices de participação, o fechamento da folha de pagamento com apontamento das faltas, o período de duração da greve e a proximidade de um feriado prolongado, foram aspectos apresentados pela ampla maioria dos presentes, que também indicaram a necessidade de debater a suspensão do movimento, desde que garantido o pagamento dos dias parados.

## **ASSEMBLÉIA DECIDE SUPENDER A GREVE E CONTINUAR A LUTA**

**160** – Não foi decisão fácil, mas necessária, diante das evidências de que tínhamos um movimento com menor participação, na semana seguinte ao dia 12 de abril, em particular pelo fato de o governo ter condicionado o pagamento dos dias parados e a continuidade das negociações sobre nossas reivindicações salariais ao retorno ao trabalho.

**161** – Na mesma ocasião, assumiu que pagaria a primeira parcela da GDE, no valor de R\$ 400,00, iniciaria a discussão sobre o programa “São Paulo é uma escola” e a logística das escolas.

**162** – Com as indicações de queda na participação da categoria na greve pelos representantes de escolas e também por todos os membros da Diretoria, que haviam se reunido pela manhã para discutir os encaminhamentos para a assembléia geral, foi apresentada a proposta de suspensão da greve.

## **DEBATES E DECISÃO DEMOCRÁTICA**

**163** – É natural que um movimento com a intensidade e participação que realizamos tenha leituras e avaliações de suas possibilidades distintas, nos mais diferentes momentos de seu desenvolvimento. Quando iniciar e quando suspender são decisões difíceis. Dividem opiniões, envolvem razão e emoção, como todas as decisões importantes.

**164** – Assim ocorreu na assembléia que decidiu pela suspensão da greve e continuidade da luta. No entanto, ninguém pode dizer que a decisão ocorreu por vontade ou imposição de uma só pessoa. As defesas pela continuidade e pela suspensão foram apresentadas e, ao final, postas em votação. Diante da dúvida: defesas e nova votação. Aprovada a suspensão da greve, alguns reagiram com violência, revelando despreparo e desrespeito à decisão da maioria.

## **MOVIMENTO TEVE VITÓRIAS IMPORTANTES**

**165** – Garantir com o movimento o pagamento dos dias parados e nenhuma punição aos participantes é vitória política e afirmação do direito de greve.

**166** – Fazer com que outras entidades de servidores se rendessem, após tudo que fizeram e todos os argumentos contrários que utilizaram contra a greve, até serem, por pressão de seus associados, a participarem, é resultado da força do movimento e vitória política e organizativa.

**167** – Conseguir paralisar as ações relativas à execução do programa “São Paulo é uma escola” não pode ser considerada derrota. Muito pelo contrário, é o alcance de um dos principais objetivos aprovados pela categoria, quando iniciou o movimento.

**168** – O retorno da sala de leitura e informática, para o horário regular, com o acompanhamento do professor da sala, só foi possível, com a nossa luta, bem como as outras medidas, que indicam um claro recuo na implantação do Programa “S. Paulo é uma escola”.

**169** – A não-apresentação de respostas às reivindicações econômicas durante a greve deixa claro que esse objetivo não foi alcançado. No entanto, avaliar o resultado da greve só por esse aspecto e dizer que fomos derrotados só favorece aos que dizem que lutar não vale a pena, mas quando avaliam outras lutas como a dos metroviários, dizem que eles apontam o caminho ao fazerem a lutra contra a privatização.

## **SINPEEM CONTINUOU ORGANIZANDO A RESISTÊNCIA E A LUTA UNITÁRIA DOS SERVIDORES**

**170** – Apesar das inúmeras dificuldades decorrentes de diferenças de concepção sobre o papel que deve ter os sindicatos e de como realizar as lutas, o SINPEEM busca, de forma sistemática, unir as entidades.

**171** – Após a suspensão da greve, reunimos as entidades da educação e demais representações de servidores para debater e aprovar uma pauta comum de reivindicações e de ações conjuntas para pressionar o governo.

**172** – A proposta salarial apresentada pelo governo contou com posicionamento contrário de todas as entidades da educação, num esforço de construção desse posicionamento pelo SINPEEM.

## **SINPEEM SE CONSOLIDA COMO ENTIDADE DEMOCRÁTICA, INDEPENDENTE E DE LUTA**

**173** – A par de todas as avaliações que se possa fazer sobre os resultados alcançados com a greve e com as nossas outras ações, neste e em anos anteriores, podemos afirmar que o SINPEEM é um sindicato organizado, democrático, independente e de luta.

**174** – Nos últimos anos, todas as lutas por serviço público e educação de qualidade para todos, valorização salarial, realização de concursos e posição contrária às privatizações e terceirizações têm ocorrido por meio do nosso sindicato.

## **MUITOS DESAFIOS PELA FRENTE**

**175** – Fortalecer o SINPEEM como instrumento de luta dos profissionais de educação, dos servidores públicos e demais trabalhadores é tarefa de todos que têm consciência da necessidade de se obter conquistas e mudanças estruturais.

**176** – Nesse momento, temos de debater e nos preparar para resistir e avançar em questões como organização do ensino, organização e funcionamento das escolas, carreira, jornada profissional, política salarial e previdência.

**177** – Para tanto, acreditamos que é errado ignorar os avanços e conquistas que temos alcançado. Por consequência, e diante das tarefas que temos, também é errada qualquer atitude de acomodação ou apatia.

**178** – Com todos os problemas decorrentes também de uma situação política geral, extremamente adversa para os trabalhadores, temos de considerar que o balanço da nossa atuação é positivo.

## **A DIRETORIA**

# EMENDAS AO TEXTO REFERÊNCIA



*Os delagados recebem neste caderno o Texto Referência e as Emendas apresentadas, para que se adicione, modifique ou suprima parte do texto, sem colocar nada no lugar. Vale lembrar que as emendas são de total responsabilidade de seus proponentes. Para facilitar a identificação das emendas, optamos em publicar todas ao final do Texto Referência, obedecendo, quando possível, a ordem dos títulos e subtítulos. Optamos, também, em colocar abaixo de cada emenda os três nomes iniciais da lista de seus subscritores. A relação de todos os assinantes de cada emenda está fixada no balcão de credenciamento, bem como à disposição na Secretaria-geral do Congresso.*

---

---

# CONJUNTURA INTERNACIONAL

## EMENDAS 1 – OPOSIÇÃO SINPEEM

### EMENDA SUBSTITUTIVA DO PARÁGRAFO 1 A 8

O período em que vivemos caracteriza-se pelos duríssimos ataques que o imperialismo lança contra as condições de vida da classe trabalhadora. Aproveitando ao máximo uma correlação de forças que ainda lhe é amplamente favorável, a burguesia imperialista aprofunda a exploração sobre os trabalhadores, através do rebaixamento dos salários, e da eliminação dos direitos dos trabalhadores.

O imperialismo, através de seu principal agente, que é o governo dos EUA, impõe ao mundo uma série de guerras de rapina, objetivando a sua acumulação. Para isso não medem esforços destruindo milhares de vidas, ao mesmo tempo em que militarmente garantem o controle de regiões fornecedoras de matérias-primas, sobretudo o petróleo. As guerras de ocupação no Afeganistão, no Iraque, no Líbano, e a interferência direta do Oriente Médio, no Irã, na Síria, na Coreia do Norte e em Cuba buscam de fato garantir o controle absoluto da economia mundial.

Apesar da ofensiva do imperialismo, vêem-se exemplos de resistência, como a derrota que os trabalhadores franceses impuseram sobre o governo no Projeto de Lei do Primeiro Emprego. Devemos engrossar esses movimentos de resistência, impulsionando nossas lutas, mantendo-nos em estado de permanente mobilização, principalmente quando a burguesia mundial tenta criminalizar estes movimentos de resistência, perseguindo seus militantes.

Em todo mundo os trabalhadores estão em luta, é preciso apoiá-los contra as direções traidoras, e os governos pró-imperialistas para derrubar o capitalismo e implantar o socialismo.

#### **DEFENDEMOS:**

- Abaixo à guerra e pela retirada imediata das tropas imperialistas do Oriente Médio,
- Retirada imediata das tropas brasileiras do Haiti;
- Não à Alça e ao Mercosul;
- Fim das bases militares imperialistas em todos os países do mundo;
- Não ao pagamento das dívidas externa e interna;

*Assinam: Rosa Palmiro - Marcos O. Soares - Lourdes Quadros Alves - Renato Rodrigues - Daniela Farias*

## EMENDA 2 – OPOSIÇÃO E LUTA

### 9 - DEFENDEMOS:

- A) ADITIVA: sem redução de salários
- B) MODIFICATIVA:... sociais dos trabalhadores em todo o mundo e contra a flexibilização do trabalho;
- C) MODIFICATIVA:... contra o imperialismo e pela mobilização internacional dos trabalhadores para derrotá-lo;
- F) ADITIVA: abaixo o estado nazi-fascista de Israel;
- G) ADITIVA: e pelo fim da ocupação militar do Iraque, fora as tropas imperialistas do Líbano e Oriente Médio;
- H) MODIFICATIVA: mudar para: por um Brasil socialista numa América latina socialista e num mundo socialista;
- J) ADITIVA: Contra a ALCA, o MERCOSUL e o Plano Colômbia! Pelo não pagamento das dívidas externas;
- K) ADITIVA: Unificar a luta contra governos e regimes capitalistas, para construir a Federação Socialista da América Latina;
- L) ADITIVA: Fora as tropas brasileiras do Haiti.

*Assinam: Angela Maria Costa - Celma Luiz Gonçalves - Claudia Chabloz - Conceição N. Azzini - Donizete Antonio Sudário*

## EMENDA 3

### Emenda modificativa

1 – Após dez anos da desintegração da antiga URSS, os Estados Unidos sofreram o primeiro ataque em seu próprio território. O presidente George W. Bush governa, apoiado nas organizações internacionais e outras potências, particularmente na Organização das Nações Unidas (ONU) e países líderes da OTAN. No mundo inteiro, o regime da propriedade privada dos meios de produção, para superar sua própria crise, promove, sob a direção do imperialismo americano, uma ofensiva para destruir as nações e a classe operária em cada país.

### Emenda modificativa

2 – Ofensiva que toma as formas mais variadas: desde a guerra aberta, como no Iraque e Líbano, a ameaça de intervenção militar, como na Venezuela, a constituição de instituições “regionais” supra-nacionais (União Européia, Alca, Mercosul, União Africana, etc) com o objetivo de destruir as nações; até a tentativa de destruir as organizações que a classe operária construiu para se defender, através de todos os mecanismos de integração, da governança mundial, uma nova forma de associação capital-trabalho.

### Emenda modificativa

3 – A chamada “globalização” não é mais que um “rótulo” adotado pelo imperialismo, que em nome da “redução do custo da força de trabalho”, em nome da “competitividade no mercado global”, quer impor a ditadura das multinacionais e, assim, empurra a humanidade á barbárie - guerras, epidemias, fome, destruição do meio ambiente e de povos inteiros, destruição da juventude pela droga. No lugar da paz, seguem anos de confrontos sangrentos. Infundáveis guerras separatistas, conflitos civis e padrões de violência de um novo arquétipo. A globalização gerou desemprego estrutural, recessão, retração da produção industrial na maioria dos países, queda dos padrões de vida e concentração de renda.

### Emenda modificativa

4 – A democracia burguesa se apresenta com maior grau despolitização em todo o século. Uma democracia só é real quando a maioria dos cidadãos crê nas instituições e nos processos políticos como instrumentos de melhoria

das condições de vida do povo. Com os descréditos na política, nos quais não há o voto obrigatório, as abstenções e o desprezo pela política partidária batem recordes históricos. Está posta a contradição entre a liberdade de escolha e a exclusão de autopoder de decisão política.

#### **Emenda aditiva**

5 - Para o capitalismo de nossa época – imperialismo em sua fase mais reacionária – todas as barreiras devem ser quebradas para facilitar a livre circulação de capitais e mercadorias. Daí o questionamento à própria existência de Estados nacionais, no quadro dos quais a classe operária arrancou seus direitos. Este é o sentido dos “tratados de livre comércio”, como a ALCA e o Mercosul, que visam a subordinar tudo ao interesse das grandes multinacionais, liquidando qualquer traço de soberania nacional existente.

#### **Emenda modificativa**

8 – Em todas as regiões do mundo e em todas as circunstâncias, os trabalhadores buscam se agarrar às organizações que constituem a classe enquanto classe, para ser instrumento de sua resistência, para fazer dessas organizações um instrumento da sua luta de classe, independentemente e apesar dos que dirigem essas organizações. Assim vemos também a formidável resistência dos povos: seja no Iraque, no Líbano e na Palestina defendendo a soberania da nação; na França onde os trabalhadores votaram contra a União Européia em defesa dos serviços públicos; na Venezuela defendendo o usufruto das riquezas naturais em benefício das reivindicações sociais e construindo sua Central Sindical Independente, a UNT; os trabalhadores bolivianos, que impuseram a nacionalização do gás e do petróleo; os trabalhadores do México que lutam contra a fraude eleitoral. Enfim, os trabalhadores em todo o mundo seguem na luta contra os interesses do imperialismo, em defesa de seus direitos, de suas organizações independentes e da soberania das nações.

#### **Emenda modificativa**

##### **9 – DEFENDEMOS:**

A – criação de empregos através da redução de jornada de trabalho, *sem a redução de salários*;

C – Luta contra o capitalismo e todos os seus “rótulos”;

F – Por um só Estado laico e democrático em todo território histórico da Palestina, pelo direito ao retorno dos palestinos refugiados.

*Assinam: Alani Widniczek - Loide de Oliveira Araújo - Nelson Galvão - Rogério Marinelli*

## **EMENDA 4 – COLETIVO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO**

#### **Emendas modificativas: Parágrafos 1 ao 9**

1 - O imperialismo estadunidense, apoiado pelas demais potências imperialistas, vem desenvolvendo, durante décadas, múltiplas atrocidades no mundo através de políticas intervencionistas, com o objetivo de acumular riquezas.

2 - A globalização produz desigualdades, métodos de exclusão que despolitizam e deseducam a grande maioria das populações dos países periféricos. Sua política neoliberal implementa projetos sociais atrelados às políticas governamentais daquelas nações, tendo o BIRD como orientador.

3 - As reuniões do G-8 e do Fórum de Davos servem como referenciais ao estabelecer metas para reafirmar políticas às práticas imperialistas das principais potências econômicas, o que faz aprofundar a exploração, expropriação e exclusão da maioria da população mundial das riquezas e do conhecimento científico-tecnológico.

4 - Toda tentativa de desenvolvimento autônomo sofre ataques de diversas formas: política anti-terrorista e ocupação militar (Oriente Médio); ameaças de embargos econômicos (Colômbia, Venezuela) ou recrudescimento de embargos (Cuba).

5 - O modelo neoliberal, seguindo a lógica da Globalização, destrói conquistas sociais e arrasta multidões para a miséria, o exemplo mais perverso estaria relacionado a algumas nações africanas em que houve desregulamentação de instituições, múltiplos incentivos às multinacionais, transformando-as em cobaias humanas e detrimento das condições de vida da maior parte da população, ocasionando guerra civil, fome epidemias com o único propósito de enriquecer as burguesias das nações imperialistas.

6 - Apesar disso, vêem-se exemplos de resistência a essas ofensivas, em todo o mundo os trabalhadores estão em lutas, é preciso apoiá-los contra os governos imperialistas e os governos e direções traidores para derrubar o capitalismo e implantar o socialismo.

7 - **Defendemos:**

A - Retirada imediata das tropas imperialistas e pró-imperialistas do Oriente - Médio e Haiti;

B - Não a da Alca e do Mercosul;

C - Não as bases militares imperialistas;

D - Não ao pagamento das dívidas interna e externa.

*Assinam: José Juvêncio Junior - Marcelino Fernandes - Marcos Vitorino da Silva - Renato Rodrigues*

## **EMENDA 5 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO**

### **Emenda substitutiva § 1º ao 8º**

1. Os Estados Unidos são o epicentro da crise mundial. O esgotamento de sua capacidade de sustentar os interesses gerais da burguesia mundial aprofundará a crise estrutural do capitalismo e agudizará o intervencionismo imperialista sobre os países semicoloniais. Sua ofensiva militar e de seus aliados sobre o Oriente Médio reflete as tendências da crise econômica, que se manifestam por meio da superprodução, do estreitamento de mercados, da necessidade de controle das fontes de matérias-primas e pela massa de capital parasitário. As soluções da burguesia internacional para a crise são de mais submissão e miséria para as nações oprimidas.

2. A imposição dos planos neoliberais faz parte do intervencionismo econômico imperialista sobre as nações semicoloniais. Conforme se desagrega o capitalismo, mais violentas são as medidas que recaem inteiramente sobre as massas trabalhadoras.

3. Os Estados Unidos querem fazer da América Latina um quintal para seus negócios. Não admitem governos nacionalistas que não se submetem aos planos da Casa Branca. Exigem que os governos adotem as reformas pró-imperialistas e cumpram com as diretrizes do grande capital financeiro. Saqueiam as riquezas nacionais e criam as bases militares. Destituem governos e intervêm militarmente com a colaboração dos governos subservientes.

4. A barbárie social tem como fundamento o sistema de exploração do trabalho. O eleitoralismo ilude os trabalhadores com promessas de soluções de problemas que são inerentes ao capitalismo, seu Estado e à sociedade de classe. Os trabalhadores carecem de uma direção revolucionária que defenda o programa socialista.

### **Emenda substitutiva § 9º item A**

Escala móvel das horas de trabalho;

### **Emenda substitutiva § 9º item C**

Fim do sistema capitalista, pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva e por um governo operário e camponês, resultado da luta de classes;

### **Emenda substitutiva § 9º item K**

Apoiar a resistência dos povos contra a invasão imperialista;

### **Emenda aditiva após item K § 9º**

Pelo rompimento de todos os acordos com o FMI/BIRD e pela organização da Frente Única Antiimperialista.

*Assinam: Denise Assis da Silva - Dilma Corrêa de Oliveira - Ana Paula Carvalho - Irvana Maria Vieira Silva*

# **CONJUNTURA NACIONAL**

## **EMENDA 1 – OPOSIÇÃO SINPEEM**

### **Emenda substitutiva do paragrafo 10 A 22**

#### **LULA GOVERNA PARA A BURGUESIA E O IMPERIALISMO**

Lula governa para atender os interesses da burguesia, particularmente dos banqueiros e das empresas transnacionais. O traço marcante do seu governo é a submissão ao FMI e ao imperialismo, que exercem o efetivo controle sobre a economia do país, subordinando-a ao pagamento das dívidas, em prejuízo das áreas sociais.

Baseada numa “estabilidade” alicerçada nos altos juros, em obediência ao capital internacional e mantendo os altos índices de pobreza e de desigualdades sociais.

As chamadas políticas sociais assistencialistas representam uma anestesia para retirar conquistas através das reformas neoliberais, além da manipulação e corrupção; enquanto o “bolsa banqueiro” enche de alegria a vida do capital financeiro. A corrupção venceu a esperança.

O governo Lula está no poder representando a camarilha de sempre: latifundiários, industriais, banqueiros, empresas transnacionais e FMI. Na verdade, o governo Lula representa a burguesia, pois, é um governo no qual partidos como o PT se associam aos partidos burgueses, em nome de um projeto de colaboração de classes, em que o único beneficiado é a burguesia.

Para executar esse projeto se apóia nas direções traidoras de organizações sindicais e populares como: a CUT, MST, UNE e UBES, convertendo-as em seus pilares de sustentação, de forma a levá-las a frear as lutas e anular a combatividade do movimento sindical e popular.

#### **DEFENDEMOS:**

- Não a Alca e Ruptura imediata com o FMI. Não ao pagamento das dívidas externa e interna;
- Fim do Superávit Primário, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da DRU;
- Anulação de todas as Reformas (Universitária, Previdenciária, Sindical e Trabalhista, as duas últimas em curso com a aprovação do SuperSimples);
- Anulação das privatizações. Reestatização de todas empresas privatizadas sob controle dos trabalhadores e reintegração de todos os demitidos das ex- estatais;
- Não às Parcerias Público-Privado;
- Estatização, sob controle dos trabalhadores, de todas as reservas de petróleo, gás, minerais e água;
- Reestatização imediata da Companhia Vale do Rio Doce;
- Redução da jornada de trabalho sem redução dos salários;
- Salário mínimo no valor estabelecido pelo Dieese;
- Reforma Agrária, sob controle dos trabalhadores, que exproprie o latifúndio;

- Prisão e expropriação dos bens de todos corruptos e corruptores.

*Assinam: Rosa Palmiro - Marcos O. Soares - Renato Rodrigues - Lourdes Quadros - Daniela Farias*

## EMENDA 2 – OPOSIÇÃO E LUTA

### 23 - DEFENDEMOS

- C) MODIFICATIVA: contra a atual...União.Rompimento com o FMI e não pagamento da dívida externa;
- D) MODIFICATIVA: valor do salário mínimo do DIEESE;
- G) ADITIVA: e contra MERCOSUL;
- M) MODIFICATIVA: ...agrária radical sob controle dos trabalhadores, fim de todos os latifúndios sem indenização;
- N) ADITIVA: unificação de todas as lutas.Greve geral para barrar as reformas e privatizações de Lula/FMI. Nenhuma confiança no parlamento burguês: pela ação direta dos trabalhadores;
- O) MODIFICATIVA: ...exclusivamente no serviço público. Pela sua universalização. Contra as parcerias público-privado;
- P) ADITIVA: Contra a divisão dos trabalhadores. Por uma única central sindical no país;
- Q) ADITIVA: Nem pacto, nem trégua: que a cut rompa com o governo Lula;
- R) ADITIVA: Independência da CUT e seus sindicatos frente ao governo e aos patrões.

*Assinam: Angela Maria Costa - Celma Luiz Gonçalves - Claudia Chabloz - Conceição N. Azzini*

## EMENDA 3

### Emenda aditiva

17 – (após... para a 14<sup>a</sup>.) Desde 2002, quando Lula foi eleito como portador de todas as esperanças na nação brasileira, constatamos que a política desenvolvida pelo governo, sob pressão do imperialismo americano, virou as costas a essas aspirações, com:

- a contra-reforma da previdência;
- a manutenção das leis de FHC, como as das Organizações Sociais, que privatiza e a Lei de Responsabilidade Fiscal, que desmantela, os serviços públicos;
- a recusa, com a política de Lula-Rosseto, de fazer a Reforma Agrária, submetendo os trabalhadores sem terra às balas assassinas dos latifundiários que continuam impunes. O resultado é que em 2002 eram 60 mil famílias campadas, hoje são 200 mil;
- a recusa de estatizar as fábricas ocupadas;
- o envio de tropas ao Haiti;
- a submissão do país ao Mercosul, que ameaça a nação e prepara a Alca;
- a imposição de sacrifícios crescentes à maioria oprimida para pagar a dívida externa.
- a recusa de reestatizar as empresas criminosamente privatizadas (como a Vale do Rio Doce) e a continuidade da entrega do patrimônio da nação às multinacionais (Leilões das áreas petrolíferas).

### Emenda Aditiva

18 – (após... do tráfico de drogas e de armas.) Após 14 anos do Brasil submetido ao Mercosul os trabalhadores amargam um quadro de desregulamentação das leis trabalhistas, desmonte do parque fabril, de destruição dos serviços públicos e da privatização pilhando o patrimônio da nação. Em 1991, 53,7% dos trabalhadores estavam

inseridos na economia formal e gozavam dos direitos que confere um contrato de trabalho; em 2000, são apenas 45%. Os restantes 55% sobrevivem na economia paralela. Em 24 de setembro de 2001, um comunicado comum dos ministros de comércio dos países do Mercosul e dos EUA diz o seguinte: “Estamos de acordo em redobrar os esforços a fim de assegurar o sucesso da realização da Zona de Livre Comércio das Américas (ALCA) até janeiro de 2005. A ALCA é um componente fundamental da tentativa continental, centrada na Cúpula das Américas, para criar uma região de democracia, de crescimento, de prosperidade econômica e de Estado de Direito.” O alargamento Mercado Comum da América do Sul, sob impulso do Brasil, tendo como países aspirantes e novos integrantes a Bolívia, o México e a Venezuela, demonstra que o Mercosul é um instrumento do imperialismo, o qual tanto visa estabelecer um ponto de contato com o NAFTA (Tratado de Livre Comércio que integra os EUA), quanto conter o processo de defesa soberano das riquezas naturais levados a cabo pelo povo boliviano e venezuelano. Ou seja, o Mercosul se inscreve dentro do plano de Bush de constituição da ALCA!

### **Emenda Aditiva**

19 – A austeridade aplicada sobre o povo, com cortes sistemáticos no investimento social (por conta do superávit fiscal primário), o contingenciamento das verbas públicas, somados aos crescentes recursos destinados ao pagamento do sistema de dívidas interna e externa e a relação parasitária e predatória do empresariado nacional e internacional com o estado brasileiro, continuam no governo Lula. Para onde essa política conduz o país? Essa política – aplicada nos três níveis de governo, municipal, estadual e federal – cujos efeitos vimos em São Paulo, conduz o país ao caos das máfias e PCC’s. Os trabalhadores lutam para barrar o caos nos quatro cantos do país. O povo não quer o caos. Ele não quer a desagregação da nação.

### **Emenda aditiva**

21 – (após... e do ceticismo.) No entanto, nesse momento mesmo, em todos os lugares, na luta de classes, os trabalhadores se dirigem a Lula. Como os sem-terra no Rio Grande do Sul que, numa manifestação, em Santana do Livramento levantaram a faixa “exigimos do governo que ele cumpra sua promessa”. Como os trabalhadores da Varig, que se dirigiram a Lula para dizer: é sua a responsabilidade salvar a Varig e os nossos empregos. Como os servidores públicos em vários pontos do país exigem medidas para a revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual corta investimentos e garante o pagamento da dívida pública. Constatamos que Lula, diante do Decreto Supremo 28.701 do governo Morales, disse que respeitava a soberania da Bolívia para tomar a decisão pela nacionalização do gás. Mas há um problema. Se Lula diz que a Bolívia tem direito à soberania sobre o gás e o petróleo, por que no Brasil, onde a própria justiça colocou em questão o leilão da privatização da Vale do Rio Doce, o governo não toma a decisão de anular o leilão, como exige a campanha apoiada pela CUT, UNE, o MST? Sobre tudo porque essa é uma questão que remete ao mandato que o PT recebeu. Como entender que a Bolívia tenha direito à soberania e que no Brasil não seja anulado o leilão? Essa é uma medida que deve ser tomada já. Nós colocamos a questão: por que o que é verdade para a Bolívia, não pode ser verdade para o Brasil? Estão corretos os trabalhadores brasileiros, pois, em defesa das reivindicações e da soberania, exigem de todos os partidos e organizações que se apóiam e falam em nome dos operários e camponeses, o rompimento político com a burguesia.

### **Emenda Modificativa**

22 – O povo brasileiro deve lutar pela ruptura do sistema capitalista. Devemos, num primeiro momento, exigir já, do governo Lula, a ruptura do atual modelo econômico e a implementação de medidas radicais de combate ao desemprego, a concentração de renda e espoliação da riqueza nacional. A nação brasileira precisa estabelecer a sua soberania, estabelecer o controle sobre os seus próprios recursos naturais!

### **Emenda Modificativa**

23 - **DEFENDEMOS:**

C - O fim do superávit fiscal primário e o não pagamento da dívida externa;

- G - não assinar o acordo da Alca e romper com o Mercosul;
- M - Terra aos camponeses, com assentamento imediato das 200 mil famílias acampadas;
- O - aplicação dos recursos públicos exclusivamente nos serviços públicos.
- P - Anulação do Leilão de Privatização da Vale do Rio Doce;
- Q - Reestatização das ferrovias;
- R - Estatização das empresas ocupadas pelos trabalhadores, pela manutenção dos empregos;
- S - A revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- T - A revogação das Leis 9637 e 9648 de FHC que regulamentam as Organizações Sociais no serviço público.

**Assinam:** Alani Widniczek - Loide de Oliveira Araújo - Nelson Galvão - Rogério Marinelli

## **EMENDA 4 – COLETIVO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO**

1 - No momento em que o governo Lula opta em atender aos interesses da burguesia, particularmente dos banqueiros e do capital internacional à custa da traição da classe trabalhadora, vemos o aprofundamento das reformas neoliberais tendo como traço de seu governo a submissão ao imperialismo que exerce o efetivo controle sobre a economia do país, subordinando-a ao pagamento das dívidas no qual prioriza o crescimento econômico em detrimento do social, “a corrupção venceu a esperança”.

2 - As políticas de governo seguem a cartilha do FMI (baseada nos juros altos) e estão regulamentadas pelo Fórum de Davos, do G-8, BIRD e da OMC, mantendo os altos índices de pobreza e de desigualdades sociais.

3 - Ao trair a confiança de boa parte da classe trabalhadora, introduzindo reformas na constituição que retiram direitos trabalhistas e previdenciários além de ataques no campo universitário e sindical, em nome de um projeto de colaboração de classes em que o único beneficiado é a burguesia.

4 - Com o propósito de executar seu projeto neoliberal, o governo Lula se apóia nas direções traidoras de organizações sindicais e populares como: A CUT, CNTE e UNE, convertendo-as em seus pilares de sustentação, de forma a levá-las a frear as lutas e anular a combatividade do movimento sindical e popular.

### **5 - DEFENDEMOS:**

- A - Não a Alca e ruptura imediata com o FMI. Não ao pagamento das dívidas externa e interna;
- B - Fim do Superávit Primário, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da DRU.
- C - Anulação de todas as reformas (Universitária, Previdenciária, Sindical e Trabalhista).
- D - Anulação das privatizações. Reestatização de todas as empresas privatizadas sob controle dos trabalhadores e reintegração de todos os demitidos as ex-estatais;
- E - Não às parcerias Público-Privado;
- F - Estatização, sob controle dos trabalhadores, de todas as reservas de petróleo, gás, minerais e água;
- G - Redução da jornada de trabalho sem redução dos salários;
- H - Reestatização imediata da Companhia Vale do Rio Doce;
- I - Salário mínimo no valor estabelecido pelo Dieese;
- J - Reforma agrária, sob controle dos trabalhadores, que exproprie o latifúndio;
- K - Prisão e expropriação dos bens de todos os corruptos e corruptores.

**Assinam:** José Juvêncio Junior - Marcelino Fernandes - Marcos Vitorino da Silva - Renato Rodrigues

## EMENDA 5 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

### Emenda substitutiva § 10º ao 22

1. O governo do PT/Lula é de continuidade da política pró-imperialista do PSDB/FHC. Deu seqüência às reformas da previdência, universitária e iniciou a sindical/trabalhista. Não realizou a reforma agrária e não conteve a ação criminosa dos latifundiários e madeireiros contra os camponeses sem-terra e suas lideranças. Não criou os milhões de empregos formais prometidos e manteve a legislação que favorece as multinacionais, que exploram a mão-de-obra e remetem rios de dinheiro para fora do país. Favoreceu os banqueiros e o agronegócio, que tiveram lucros exorbitantes. Condenou milhões de trabalhadores e aposentados à miséria, instituindo um salário mínimo de fome. Ampliou o assistencialismo para acobertar a miséria e a revolta dos oprimidos. Envolveu-se na teia da corrupção, como faz todo partido e governo burgueses.

2. As conseqüências das medidas de flexibilização e precarização das relações de trabalho têm trazido desemprego, terceirização, redução salarial e eliminação de direitos. Os camponeses vivem na penúria e milhares de sem-terra permanecem debaixo de lonas à beira das estradas.

3. As lutas travadas no último período foram fragmentadas e isoladas. Não houve a unidade dos explorados, resultando num grande movimento contra a exploração. Isso ocorre pelo fato das direções sindicais estarem burocratizadas e atreladas ao governo. Recuperar as organizações sindicais depende da constituição de frações classistas, que atuam no seio dos movimentos. É por meio das reivindicações vitais, como emprego, salário, direitos trabalhistas, educação e saúde públicas que os explorados e a juventude compreenderão a necessidade de lutar contra este sistema de exploração.

### Emenda substitutiva § 23

Defendemos: a) o Salário Mínimo Vital; b) Escala Móvel de Horas de Trabalho; c) Escala Móvel de Reajuste; d) fim das reformas governamentais; e) terra aos camponeses pobres por meio da expropriação do latifúndio; f) Saúde e moradia à população oprimida; g) fim de toda a legislação repressiva do Estado contra o movimento dos trabalhadores; h) não pagamento da dívida externa; i) Pelo Tribunal Popular.

*Assinam: Denise Assis da Silva - Dilma Corrêa de Oliveira - Ana Paula Carvalho - Irvana Maria Vieira Silva - Lucélia Cristina de Lima*

## EMENDA 6 – CSC/ARTICULAÇÃO

### Emenda Aditiva § 10

A questão da ética sempre foi marcante na política brasileira

A força desta bandeira deriva das próprias distorções da democracia no Brasil. Como observa o sociólogo Juares Guimarães, “a corrupção é sistêmica ao próprio Estado brasileiro, porque ela faz parte da dinâmica mesma do seu funcionamento, estando enraizada no sistema político e na reprodução das iniciativas estatais”. Historicamente, esta degeneração pode ser explicada pela formação de um aparelho de Estado sem democracia e submetido aos interesses privados, situação não revertida com a transição democrática e, em certa medida, fomentada durante a era neoliberal de FHC. Desta forma, a corrupção seria sistêmica porque está presente no financiamento das campanhas eleitorais, na relação que os governos estabelecem com os partidos para obter maioria parlamentar e na gestão de orçamentos públicos pouco transparente”.

Esta visão totalizante, ajuda a desmascarar a atual cruzada moralista da direita brasileira. Durante os oito anos de governo, FHC esteve envolvido em escândalos de corrupção de mais de R\$ 40 bilhões de prejuízos para os cofres

públicos. O mesmo FHC que hoje berra que é preciso investigar o governo Lula sabotou todos os pedidos de instalação de CPI's. A mesma operação abafa inviabilizou a instalação de 69 CPIs contra as falcaturas de Alckmin.

O valerioduto teve a sua origem na eleição de Eduardo Azeredo, do PSDB, que movimentou R\$ 100 milhões ilegalmente na campanha eleitoral de 1998.

Estes fatos, que revelam que a corrupção é sistêmica e que os atuais moralistas são hipócritas, não servem de desculpa para os que cometeram graves erros no primeiro mandato do presidente Lula. Algumas pessoas com poder de mando no PT e no próprio governo cometeram as mesmas distorções apontadas acima por Juarez Guimarães. Se isto é real, também é evidente que o governo Lula não ficou parado diante das denúncias de corrupção. Os principais envolvidos em denúncias foram afastados do núcleo central do governo e garantiu inédita liberdade para a apuração das denúncias. Além disso, o governo Lula tomou várias iniciativas para coibir os desvios éticos na política.

*Assinam: Francisca Pereira da Rocha - Angela Venancio da Silva - Jorge Luiz Ribeiro - José Augusto de Souza - Iracema De Jesus Lima*

# CONJUNTURA MUNICIPAL

## EMENDA 1 – OPOSIÇÃO SINPEEM

### Emenda aditiva parágrafo 64

#### Avaliação externa: a quem e para que serve?

Dentro do pacote, o governo acrescentou também medidas para avaliação da escola. Os diretores e Supervisores estão recebendo treinamento da ONG Fundação Civita para aplicação das avaliações junto à comunidade escolar.

Esta fundação é subsidiada por teóricos que já tiveram grande incidência na rede estadual de Ensino na década de noventa e são responsáveis pela reorganização da rede Estadual que resultou na demissão de milhares de professores do Estado bem como na reestruturação da carreira da rede estadual. Os principais elaboradores da Fundação são Guiomar Namó de Melo e Rose Neubauer.

Tais avaliações estão recheadas de questões tendenciosas focadas no cotidiano da sala de aula, muitos pais sequer teriam condições de respondê-las. O questionário já está pronto para ser aplicado na escola. A Direção majoritária do Sinpeem ainda não se manifestou a respeito desta avaliação, exigimos da direção da entidade um posicionamento contrário a esta avaliação e orientação às escolas de boicote a avaliação apresentada.

Não nos negamos a avaliar, pois é importante para detectarmos as dificuldades e buscar soluções, mas não é isto que o governo pretende. Pelo conteúdo da avaliação, o governo busca culpar a própria escola e responsabilizar os profissionais em educação pelo fracasso escolar.

Não é preciso avaliação externa para saber quais os principais problemas da escola: estrutura precária, falta de funcionários, superlotação das salas de aula, baixo salário, aliada a política compensatória e eleitoreira e acúmulo de funções que não cabem à escola: entrega de leite, uniforme, material escolar, inscrições em programas do governo: renda mínima, bolsa escola. A escola vem, gradativamente, perdendo a sua função educativa, por trás de tais medidas paliativas está a política nefasta dos governos neoliberais que priorizam governar para a burguesia e o FMI, priorizam o pagamento da dívida interna e externa em detrimento de uma política de geração de emprego, priorizam ajudar os banqueiros e grandes empresas com as reformas da Previdência e a anunciada reforma sindical e Trabalhista que vão retirar direitos dos trabalhadores.

## **Emenda substitutiva ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO parágrafo 66**

Governo Fecha Turno

### **Subemprego e Superlotação de Salas**

Está colocado para o próximo ano a eliminação de um período do diurno, apelidado pelo secretário, Alexandre Shneider, de “turno da fome”. As direções de escola já foram informadas da decisão do governo, do deslocamento de alunos para escolas próximas e remanejamento dos professores titulares.

As conseqüências são terríveis. Os alunos, em sua maioria, terão de se deslocar para escolas mais distantes. Os professores enfrentarão o subemprego ou o desemprego. Muitos terão a diminuição da jornada, o que implica redução salarial. Outros serão obrigados a trabalhar em mais de uma escola. E outros perderão o emprego por não conseguirem acumular. Como vemos, a prefeitura pretende pouco a pouco eliminar a JEI e impedir o acúmulo com a rede estadual, além de aumentar a hora/aula. Diante de tamanho ataque, várias escolas estão organizando assembleias de pais, alunos e aprovando no Conselho de Escola a rejeição da eliminação do turno. No entanto, é preciso a unidade das escolas para que a ação seja coletiva e tenha força. A medida do governo municipal é de eliminar um turno até 2008, em todas as escolas que têm três turnos diurnos. Então, a resposta dos trabalhadores da educação, pais e alunos têm de ser uma só.

Unidade das escolas e unificação das reivindicações para derrotar as pretensões do prefeito contra a escola pública.

### **Emenda Aditiva Ensino Fundamental após parágrafo 79**

#### **Projovem – Desemprego e Desestruturação da EJA**

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), LEI Nº 11.129, DE 30 DE JUNHO DE 2005, do governo federal, é mais um exemplo da desresponsabilização do governo com a educação pública. O programa, introduzido somente na rede pública municipal, se apresenta como o “canto da sereia”. Trata-se de oferecer à população em 12 meses a promessa de escolarização (conclusão da 5ª à 8ª séries) e de profissionalização ao mesmo tempo. Para tanto, ainda paga, ao jovem de 18 a 24 anos, R\$ 100,00 mensais.

Isto significa retirar uma parcela destes jovens que poderiam ingressar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) já existente na rede pública municipal. Desta forma, além de precarizar o Ensino oferecido aos jovens e adultos o governo ataca o conjunto da categoria, pois as aulas são ministradas por professores que são contratado temporariamente, este programa implica fechamento de salas e turnos, provocando demissões.

### **Emenda Aditiva Ensino Fundamental parágrafo 80 letra**

E - Garantia do direito do aluno trabalhador a matrícula nas escolas da rede municipal de sua escolha.

F - Campanha na mídia para divulgação das vagas de EJA, Contra o PROJOVEM

G - Garantia de relação adequada do número de aluno/professor nas salas de EJA, não a superlotação das salas

*Assinam: Rosa Palmiro - Antonio Bonfim Moreira - Marcos O. Soares - Renato Rodrigues - Lourdes Quadros Alves - Daniela Farias*

## **EMENDA 2 – OPOSIÇÃO E LUTA**

30 - ADITIVA: As direções da CUT, UNE, SINPEEM e APEOESP estão colaborando para a aplicação de todas essas Reformas, já que não denunciam e nem organizam estudantes, professores e funcionários contra elas. QUE AS DIREÇÕES ROMPAM COM OS GOVERNOS LULA/SERRA/KASSAB E ORGANIZEM A GREVE PARA BARRAR OS ATAQUES;

### 31 - DEFENDEMOS

- A) ADITIVA: e todas as reformas de Lula/FMI;
- G) ADITIVA: e contra as reformas da previdência, trabalhista, sindical, universitária e do Ensino Médio;
- 33 - ADITIVA: SINPEEM e APEOESP devem chamar a CNTE e a CUT para organizarem a greve geral contra as reformas de LULA/FMI;

## PROGRAMAS E PROJETOS DO GOVERNO MUNICIPAL

### 44 - DEFENDEMOS

- A) MODIFICATIVA: junto com os professores regentes. Pelo emprego. Não ao fechamento de salas e turnos;
- E) MODIFICATIVA: ...anos (6 a 8 alunos nas CEIS, 10 nas EMEIS, 20 nas EMEFS, 25 no Ensino Médio);
- H) MODIFICATIVA: ...definir seu projeto pedagógico. Fim do pré e pós-aula;

## DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ATUAL

### 60 - DEFENDEMOS

- C) SUPRESSIVA
- E) ADITIVA: Contra a privatização do Ensino público;
- F) ADITIVA: Fim da LDB;
- G) ADITIVA: Abaixo as avaliações nacionais, estaduais e municipais;
- H) ADITIVA: Abaixo o ensino fundamental de 9 anos;

## ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### 67 - DEFENDEMOS

- A) ADITIVA: contra a municipalização do ensino;
- F) SUPRESSIVA
- I) ADITIVA: contra a Reforma do Ensino Médio;
- J) ADITIVA: pelo fim do Projovem e Escola da Juventude;
- K) ADITIVA: contra a avaliação de desempenho;
- L) ADITIVA: fim das escolas de lata. Abaixo a criação de salas anexas. Pela construção de escolas;

## EDUCAÇÃO BÁSICA

### 74 - DEFENDEMOS

#### B - MODIFICATIVA

crianças por sala

- 6
- 8
- 10
- 20
- 30
- 20

### 80 - DEFENDEMOS

- C - MODIFICATIVA: ...educativa, sendo acompanhado também pelo professor regente;

- D - MODIFICATIVA: ... etárias, com qualidade para todos;
- E - ADITIVA: contra a ampliação do horário dos alunos;
- F - ADITIVA: contra o fechamento de salas e turnos

**Assinam:** *Angela Maria Costa - Celma Luiz Gonçalves - Claudia Chabloz - Conceição N. Azzini - Donizete Antonio Sudário*

## EMENDA 3

### Emenda aditiva

25 – (após... e que sucateiam os bens de todos.) Os serviços públicos de educação, saúde, moradia, cultura e segurança pública são uma conquista do povo trabalhador. As chamadas Organizações Sociais (OS's) foram criadas pelo governo FHC em 1998, através das leis 9637 e 9648. As OS's entregam o serviço público para empresas privadas de "terceirização". Degradam a sua qualidade e pioram as condições de trabalho dos servidores. Atrás das OS's estão empresas, universidades privadas e entidades filantrópicas que, apropriando-se de recursos públicos, desrespeitam os direitos trabalhistas dos servidores, contratando sem concurso e formação, lucrando também com "quarteirizações" que desmontam e desqualificam os serviços públicos. A exemplo do que já vem sendo feito na área da saúde pública municipal, está em tramitação na Câmara Municipal o projeto de Lei no. 196 que prevê a introdução das OS's na gestão das unidades de educação. A municipalização da saúde e da educação favorecem as OS's, pois os equipamentos e o pessoal de unidades federais e estaduais são repassados para os municípios sem as verbas necessárias. Como a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) prioriza o pagamento da dívida com os banqueiros, falta verbas para investir no serviço público. Sem verbas, os prefeitos recorrem às OS's e ONG's. Uma das consequências dessa política é a corrupção. Isso traz o caos, pois sem o serviço público a população fica nas mãos das máfias, como é o caso dos transportes. Onde não há posto de saúde, creche e escola, quem manda são os traficantes e bandidos acobertados pelo setor privado.

### Emenda aditiva

31 – **DEFENDEMOS:**

I – Todo combate pela retirada do PL 196!

## PROGRAMAS E PROJETOS DO GOVERNO MUNICIPAL

### Emenda Modificativa

43 – Reconhecendo implicitamente que a solução para a melhoria no processo ensino/aprendizagem, especialmente nos primeiros passos do aluno, para consolidar suas experiências, no que tange a saber ler, escrever e dominar os fundamentos para poder calcular, passa obrigatoriamente pela redução do número de alunos por sala, pela construção de novas unidades, pela realização de concursos públicos. Ao contrário disso a SME propõe, sem nenhum compromisso com a formação, a qualificação em serviço ou a remuneração condigna, a contratação de estagiários, via convênio com as faculdades de educação.

44 – **DEFENDEMOS:**

### Emenda aditiva

I – A realização de concursos públicos;

J – A construção de novas unidades de administração direta.

## DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ATUAL

### Emenda aditiva

59 – (após... e pelo autoritarismo neoliberal.) O que se esconde por trás desse discurso sobre qualidade é a tentativa da burguesia de desqualificar os serviços públicos, isentando-se da sua participação no desmonte proposital que prepara a privatização generalizada dos serviços públicos. Os setores públicos são cogitados como a áreas de expansão da lucratividade para as empresas privadas e, sendo uma conquista dos trabalhadores, devem ser destruídas para abrir caminho ao repasse de verbas para garantir as altas taxas de lucro das empresas privadas. Isso nada tem a ver com qualidade, mas sim com a pilhagem do povo trabalhador e a concentração de renda na mão de poucos. Para compreendermos o que está em jogo, basta comparar os processos de privatização dos transportes públicos, em que primeiro se sucateou questionando a qualidade, depois veio a privatização e hoje não temos melhoria de qualidade, mas o contrário, com o agravante das altas tarifas e a ação das máfias no setor.

## ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

### Emenda aditiva

65 – (após... em nada para uma educação de qualidade.) As avaliações, sejam do município ou do governo federal, cujos resultados ruins são atribuídos aos professores, criam “rankings” para as unidades. Qualquer semelhança com o Estado não é mera coincidência! Lembramos bem das cores atribuídas às escolas e penalizações às com pior resultados! É inaceitável que avaliem os desempenhos da educação sem levar em conta todas as variáveis que influenciam os resultados! O governo Serra/Kassab, aprofundando sua política de destruição da educação, quer nos impor uma reestruturação do ensino, em parceria com o Estado, fechando salas de aula e reduzindo turnos, estabelecendo uma média de 40 alunos por classe, o que agrava as condições de trabalho e nos coloca o risco de desemprego. Enquanto o Governo gasta milhões com ONG’s e terceirizadas, nosso salário continua defasado, os mandados judiciais continuam superlotando os CEI’s, prioriza-se contratações sem concurso público. Nossos 16 dias em greve demonstram nossa força contra esse quadro de desmonte da educação. É preciso que os profissionais de educação se mantenham unidos e mantenham a unidade com as demais entidades para impor a pauta unificada do funcionalismo público através da mobilização em defesa dos serviços públicos!

### Emenda Modificativa

67 – **DEFENDEMOS:**

B – não às terceirizações, não à privatização;

G – Não às ONG’s e OS’s no serviço público, não a aplicação de verbas da educação nessas empresas;

H – educação pública de qualidade sob a administração direta do poder público.

*Assinam: Alani Widniczek - Loide de Oliveira Araújo - Nelson Galvão - Rogério Marinelli - Izabel de L. Alves*

## EMENDA 4 – COLETIVO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

**Emendas modificativas: Parágrafos 34 a 44 “Programas e Projetos do Governo Municipal”**

**“Programas e Projetos educacionais do Governo Municipal”**

1 - Os governos federal, estadual e municipal seguem a lógica neoliberal de redução de custos, principalmente nos serviços públicos.

2 - Seguindo esta lógica, apresentam projetos e programas que tentam mascarar os ataques aos direitos dos trabalhadores, principalmente os da Educação. Sendo seu principal programa “São Paulo é uma Escola”, implantado de forma autoritária logo no início do ano, Tal programa abalou a organização das escolas, pois mexeu com a vida funcional dos professores, com a grade curricular e horária, sobrecarregou funcionários e espaços, além de contar com acordos milionários com Ongs e outras instituições para fins de cursos, oficinas e estágios.

3 - Desdobrando-se em alguns projetos como TOF, consiste em resolver o problema da alfabetização na 1ª série contratando 2000 estudantes de Pedagogia e Letras de Universidades Privadas para auxiliarem professores desta série. Para atraí-los, propõe-se uma pontuação diferenciada, que sejam optantes de jornada integral.

4 - Tal projeto beneficia particularmente os donos de Universidades que terão mensalmente em seus caixas cerca de um milhão de reais mensais. Ou seja, desvio de recursos públicos para o setor privado.

Fere também o plano de carreira (ao propor pontuação diferenciada) e a autonomia da escola.

5 - O PIC visa agrupar os alunos retidos da 4ª série e aumentar sua carga horária. Este projeto rotula as crianças, desrespeita o ECA e o Estatuto do magistério.

6 - O Pré e Pós aula, consiste em prolongar a permanência do aluno na escola através de oficinas, das aulas com Poie e Posl, este, foi o principal desorganizador da estrutura funcional e escolar.

7 - O Pró Jovem, Política de parceria público-privado (desvio de verbas), visa contratar professores pela CLT e dar ajuda de custo para alunos-jovens e adultos.

#### 8 - **Defendemos:**

A - O fim da terceirização e privatização dos serviços públicos.

B - Fim das parcerias público-privadas.

C - A diminuição do número de alunos por sala.

D - Fim dos Projetos São Paulo é uma Escola e Pró-Jovem.

E - Fim da Redução de turnos.

*Assinam: José Juvêncio Junior - Marcelino Fernandes - Marcos Vitorino da Silva - Renato Rodrigues*

## **EMENDA 5 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO**

### **Emenda substitutiva § 24 ao 30**

1. Serra/Kassab avançou com a política privatista dos serviços públicos. Aprofundou as terceirizações e parcerias por meio de ONG's, OS's e com empresas privadas. Na educação, com o programa “São Paulo é uma Escola”, introduziu as ONG's. Na saúde, aprovou entregou o gerenciamento às OS's.

2. Esse governo é de oposição burguesa ao governo Lula. As denúncias que faz do governo petista não o isenta do mesmo mal. A corrupção e a repressão aos movimentos são a marca da gestão municipal. Kassab, no governo Pitta, enriqueceu em mais de 316% seu patrimônio. Neste ano, triplicou as verbas com propagandas e obras para, certamente, financiar a campanha eleitoral. Loteou cargos em troca de apoio ao projeto das OS's.

3. Da mesma forma que o governo Alckmin/Lula, a prefeitura atende aos interesses da burguesia e pune os trabalhadores. Os camelôs e os sem-teto foram duramente reprimidos. No transporte coletivo beneficiou os empresários prorrogando o acordo que visava à renovação de frota. Prevê, atendendo a pedidos dos empresários do transporte o aumento de tarifas.

4. Para o trabalhador, o prefeito mantém o arrocho salarial e a eliminação de direitos do funcionalismo, impôs um piso salarial abaixo de 2 salários mínimos e a política de gratificações. Cortou recursos, sucateando ainda mais a saúde, a educação e demais serviços municipais. Alega não ter verbas para reajustar salários, mas sustenta os banqueiros e empresários credores, cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) imposta por FHC/Lula.

5. Mesmo diante destes ataques, os sem-teto e camelôs têm dado demonstrações de enfrentamento à repressão

policial. Os funcionários municipais, diante dos ataques, têm reagido com protestos e greves. A greve da educação de 12 dias é o melhor exemplo. As paralisações e manifestações ainda que limitadas pela burocracia sindical ganharam força no último período.

#### **Emenda supressiva § 31 item C**

Emenda substitutiva § 31 item F  
Escala Móvel de Reajuste Salarial;

#### **Emenda aditiva § 31 item I**

Estatização de todos os serviços públicos, sob o controle de quem trabalha e estuda.

### **PROGRAMAS E PROJETOS DO GOVERNO MUNICIPAL**

#### **Emenda substitutiva § 34 ao 43**

1. Serra, ao deixar a prefeitura, qualificou o “Programa Ler e Escrever” como “o mais importante em sua gestão”. Este programa, que engloba principalmente o PIC e TOF, tem como objetivo, segundo o governo, superar os problemas na leitura e escrita. No entanto, beneficia as universidades particulares, que terão em seus cofres cerca de 1 milhão de reais/ mensais.

2. Ainda na educação, a prefeitura pretende dar continuidade ao programa “São Paulo é uma Escola”, ou seja, entregar a escola para as ONG’s com o pré e pós-aula. Prevê aumentar as terceirizações na cozinha e na limpeza. Incrementar a avaliação externa via parcerias com empresários e ONG’s, a exemplo do *Protagonistas*. Eliminar o “turno da fome”, sem construir escolas, gerando salas superlotadas, subemprego e desemprego.

3. A SME tem atuado integrada à SEE quanto às matrículas. Prevê a padronização dos currículos, que implicará um novo plano de carreira e eliminação de direitos.

4. Outro projeto visa a ampliar os convênios com universidades aos moldes do “programa Ler e Escrever”, a exemplo dos “Jovens Acolhedores”. E do proposto pela Secretaria de Meio Ambiente de utilizar estudantes de arquitetura para fiscalizar a cidade no que tange a publicidade, nos moldes dos “zeladores urbanos”.

5. Os programas assistencialistas ganharam força seguindo os passos do governo federal. O município conta com o “Renda Mínima” e “Ação Família - Viver em Comunidade”. O “Renda Mínima”, distribui pouco mais de R\$ 100,00, que pode ser cortado a qualquer momento. O “Ação Família” é o programa de “inclusão social” administrado por ONG’s. Além do “Remédio em Casa” e “Cestão de Medicamentos”. Na escola permanece a distribuição das migalhas como kit material, uniformes, leite, tênis, mochila etc.

6. A parceria com o estado se deu também nos projetos da frente de trabalho, que não cria novos empregos, mas subemprega os moradores de rua pagando uma bolsa auxílio.

#### **Emendas supressivas § 44 itens C e F**

#### **Emenda substitutiva § 44 item H**

Fim do programa “São Paulo é Uma Escola”; fora ONG’s; fim das avaliações externas; não ao fechamento de turnos.

### **DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ATUAL**

#### **Emenda substitutiva § 45 ao 59**

1. Defendemos a escola única, pública, gratuita, laica e vinculada à produção social.

2. A educação (como um fenômeno social) está condicionada pelas relações econômicas. Sofre as conseqüências

das contradições de um sistema econômico que se desagrega.

3. O potencial produtivo esbarra na propriedade privada monopolista dos meios de produção. Os efeitos sobre o ensino são violentos: a) impossibilidade da escola como formadora de mão-de-obra para a maioria da população; b) separação cada vez mais aguda entre a produção social e a aprendizagem; c) rebaixamento geral do nível cultural das unidades escolares; d) crescimento da seletividade, como forma de exclusão dos filhos dos trabalhadores dos níveis mais elevados de ensino; e) educação se transforma em mercadoria que passa a ser adquirida por aqueles que podem comprá-la.

4. Os defensores da “escola de qualidade” propõem mudanças curriculares, inclusão de disciplinas, projetos interdisciplinares e outras metodologias para “corrigir” lacunas das reformas governamentais. Denunciam os subsídios às escolas privadas (consideradas de qualidade) e exigem verbas estatais somente para as públicas, mantendo a coexistência da rede pública e privada como natural de uma sociedade onde impera a democracia (direito de escolha). Defendem que é possível uma escola de qualidade a ser alcançada pela pressão popular aos governantes ou pela mudança na correlação de forças no Estado. Nada disso tem a ver com a essência da escola na sociedade em que vivemos.

5. No capitalismo, não é possível uma escola de qualidade para todos, só a discriminadora. A educação como mercadoria tem sua qualidade imposta pelos interesses do capital que não imporá tal qualidade, porque não necessita do desenvolvimento das potencialidades da maioria da população. Sem eliminar as desigualdades sociais, a escola será elitista.

#### **Emenda substitutiva § 60**

A - Educação pública, gratuita, laica, vinculada à produção social;

B - Fim da rede privada e estatização de todo o sistema sob o controle de quem trabalha e estuda;

C - Fim da reforma educacional e acesso a todos em todos os níveis de ensino.

### **ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

#### **Emenda substitutiva § 62 ao 66**

1. O governo Serra/Kassab trilha a mesma política educacional orientada pelo MEC a mando do Banco Mundial. Manteve o arrocho salarial e a política de bônus. Implantou o programa privatista “São Paulo é uma escola”, que beneficia em particular as ONG’s. Incrementa as parcerias com empresas privadas de cursos de gestão para Diretores de escolas. Implementou o programa do PT/Lula Pró-Jovem. Aumentou as terceirizações nos serviços de cozinha e limpeza. Empregou recursos da Educação para a chamada “políticas sociais” de distribuição de material escolar, uniformes, leite etc. Encaminhou à Câmara e aprovou o projeto de lei da inclusão na grade da disciplina ensino religioso nas escolas.

2. O “Programa Ler e Escrever” que engloba, principalmente, o PIC beneficia as universidades particulares. Anunciou para a continuidade ao programa “São Paulo é uma escola” e a eliminação do “turno da fome” (período intermediário).

3. O projeto neoliberal de diminuição da responsabilidade do estado para com os serviços públicos se evidencia por meio da política de parcerias e terceirizações.

#### **Emenda substitutiva § 67**

A. Fim da farsa dos projetos educacionais do governo;

B. Combate às parcerias com as ONG’s, universidades particulares e empresas privadas. Não às terceirizações;

C. Educação pública, estatal, científica sob a responsabilidade financeira do estado.

## EDUCAÇÃO BÁSICA

### EDUCAÇÃO INFANTIL

#### Emenda substitutiva § 68 ao 73

1. Na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) está a essência da reforma educacional traçada pelo Banco Mundial e aceita pelos governos, que é a redução da responsabilidade do Estado. Por isso, impôs a municipalização do ensino fundamental às custas do fechamento de escolas/salas e atribuiu aos municípios o sustento da educação infantil.

2. Nesse quadro, o ensino público sofreu um duro golpe. Há mais de uma década que os governos não ampliam os recursos à educação gratuita; em alguns estados, há redução. A população carente é a que mais sofre com a ausência de creches. A creche em 2004 atendia a 110.315 crianças. Este nível de ensino atende a 20% de população desta faixa etária, isto é, há uma demanda reprimida em torno de 80%. Observa-se, no entanto, um aumento das creches indiretas e conveniadas / particulares em detrimento das diretas. Um indício claro da privatização do ensino.

3. Os resultados foram violentos para os trabalhadores da educação, que viram seus salários arrojados, se depararam com a superlotação das salas de aula, perderam direitos contidos nos Planos de Carreira. A situação dos profissionais das EMElS não fugiu à regra, condições de trabalho, salário e de ensino foram ainda mais precarizadas.

#### Emenda substitutiva § 74 item B

Ensino fundamental .....	1 .....	25
Ensino médio .....	1 .....	25
Ensino de jovens e adultos .....	1 .....	25

#### Emenda aditiva § 74 após item L

Fim das creches indiretas e conveniadas / particulares.

### EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

#### Emenda substitutiva § 75 ao 79

1. A decisão do governo federal de ampliar a duração do ensino fundamental para nove anos faz parte da reforma educacional. O governo Lula manteve a LDB e o mecanismo de financiamento. A substituição do Fundef pelo Fundeb não significa mais investimentos à educação pública. A implementação da escola de 9 anos é mais um arranjo contábil para inserir alunos na partilha dos miseráveis recursos.

2. Cabe aos trabalhadores rechaçar a reforma educacional de conjunto e defender a estatização de todo o sistema de ensino e a ampliação de verbas para a educação, o que pressupõe o fim da DRU e o não pagamento da dívida externa.

#### Emenda substitutiva § 80

- A) acesso livre a todos os níveis de ensino;
- C) manutenção das salas de leitura e informática educativa;
- D) criação de mais escolas/salas de aulas. Redução do número de alunos por sala, máximo de 25.

**Assinam:** Denise Assis da Silva - Dilma Corrêa de Oliveira - Ana Paula Carvalho - Irvana Maria Vieira Silva - Lucélia Cristina de Lima

## EMENDA 6

### EDUCAÇÃO INFANTIL

Parágrafo 74

#### **Item-E: (emenda aditiva)**

Garantia do cumprimento das horas/ atividades para ADIs/PDIs, sem prejuízo no atendimento à criança, sem sobrecarga de trabalho para as ADIs/PDIs, e cumprindo a defesa que faz o SIMPEEM quanto ao número de educadores por sala.

#### **Item-H: (emenda aditiva)**

Após:... Pessoal de apoio “manutenção do quadro de auxiliares de enfermagem nos CEIs”

#### **Item-I: (emenda aditiva)**

Garantia de direitos, inclusive o reconhecimento do tempo de ADI como tempo de magistério para fins de evolução funcional e aposentadoria especial.

*Assinam: Suzete Natalina dos Santos - Luciana Clélia Nery Freitas de Souza - Lusía Sassá - Roseli Santos Gomes Cocoli - Eunice Costa de Lima*

# FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

## EMENDA 1 – OPOSIÇÃO SINPEEM

### **EMENDA SUBSTITUTIVA parágrafo 101 a 107 POLÍTICA DE FUNDOS = POLÍTICA DE EXCLUSÃO**

A política de fundos tem sido uma prática comum dos governos neoliberais. O FUNDEF, criado durante o governo de FHC, foi o passo inicial. O governo Lula mantém a mesma política.

O FUNDEB apresenta um primeiro problema que consideramos central, não pressupõe o aumento do percentual do PIB destinado à educação, mantendo o pífio índice de 4%.

Embora o Projeto aponte o aumento do percentual em 5%, o nº de alunos aumentará significativamente, visto que incorporará o Ensino Infantil, Médio e EJA.

Quanto ao Ensino infantil, sabemos que num artifício criminoso, reduzir-se-á um ano deste nível de ensino, para contemplar o projeto de educação fundamental a partir dos 06 anos sem respeitar o desenvolvimento da criança e desconsidera a falta de estrutura das EMEFs para atender estas crianças.

Exceto o ensino fundamental, que terá 100% da demanda atendida com recursos do FUNDEB já no primeiro ano, os outros níveis de ensino levarão três anos para serem atendidos com os poucos recursos do fundo. A base prevista para o atendimento da demanda refere-se sempre ao número de matrículas do ano anterior, sem pressupor a demanda não atendida pelo poder público. Indica, ainda, uma priorização do ensino fundamental, sacramentando a Constituição Federal que obriga apenas o atendimento deste nível de ensino, portanto, um atraso...

Ao excluir o ensino superior público, o FUNDEB favorece o ensino superior privado, que sabemos ser a maioria de qualidade duvidosa. Outro aspecto negativo deste fundo é a municipalização de toda a educação básica, que traz toda sorte de problemas: clientelismos, diminuição salarial, desemprego, etc.

Repudiamos a concordância da – CNTE, com esta proposta. Quando deveria lutar pelo aumento real dos percentuais para a educação, faz coro com o governo e referenda uma política nefasta ao conjunto dos trabalhadores em educação.

#### **PROPOMOS**

Revogação da LDB

Abaixo a política de fundos, não ao Fundeb

Educação pública e gratuita em todos os níveis

#### **EMENDA SUPRESSIVA**

Suprimir parágrafo 108 letra H

*Assinam: Rosa Palmiro - Marcos O. Soares - Renato Rodrigues - Lourdes Quadros - Daniela Farias*

## **EMENDA 2 – OPOSIÇÃO E LUTA**

107 - ADITIVA: Contudo a política de Fundos para a Educação, qualquer que seja, prioriza a quantidade em detrimento da qualidade. Parcela o dinheiro público, com gerenciamento burocrático e favorecimento do seu desvio e de redes de corrupção. O FUNDEB não garante aumento de porcentagem do PIB para a educação. Propõe a divisão da mísera verba que era do Ensino Fundamental para outros níveis de ensino, além de estipular que cada etapa da educação tem custo diferenciado, sendo necessárias outras fontes para custeá-las, favorecendo as parcerias com a iniciativa privada.

#### **108 - DEFENDEMOS**

H) MODIFICATIVA: Abaixo o FUNDEF e FUNDEB;

G) SUPRESSIVA

K) MODIFICATIVA: estatização de todas as escolas pagas, sem indenização;

*Assinam: Angela Maria Costa - Celma Luiz Gonçalves - Claudia Chabloz - Conceição N. Azzini - Donizete Antonio Sudário*

## **EMENDA 3**

#### **Emenda aditiva**

107 – (após... no montante de 25% a cada ano.) No entanto basear o custeio da educação em fundos não é o suficiente para sanar as demandas por qualidade na educação pública, posto que o FUNDEB prevê repasse apenas do que é arrecadado com impostos e a fiscalização deste nos municípios ainda mantém as debilidades que sustentaram vários desvios de verbas e corrupção nos municípios em que se aplicou o FUNDEF. Para realmente chegarmos à educação com a qualidade que o povo trabalhador deve ter por direito o Governo deve se comprometer com investimentos atrelados ao Produto Interno Bruto (PIB).

### **Emenda aditiva**

108 – **DEFENDEMOS:**

K – Não à política de Fundos para a Educação.

*Assinam: Alani Widniczek - Loide de Oliveira Araújo - Nelson Galvão - Rogério Marinelli - Izabel de L. Alves*

## **EMENDA 5 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO**

### **Emenda substitutiva § 108 itens C e D**

C. estatização de todo o ensino, criação de um só sistema de ensino sob o controle de quem trabalha e estuda;  
D. Fim da LDB, que é o suporte legal à reforma do ensino do Banco Mundial.

### **Emenda supressiva § 108 itens F e G**

### **Emenda substitutiva § 108 item J**

J. Que os trabalhadores e alunos determinem o percentual de recursos necessários para a manutenção da escola única e para que haja o acesso a todos.

*Assinam: Denise Assis da Silva - Dilma Corrêa de Oliveira - Ana Paula Carvalho - Irvana Maria Vieira Silva - Lucélia Cristina de Lima*

# **QUESTÃO SALARIAL**

## **EMENDA 1 – OPOSIÇÃO SINPEEM**

### **Emenda questão salarial ADITIVA após parágrafo 113**

Neste ano a categoria demonstrou sua disposição de luta em defesa da Escola pública, contra o Programa São Paulo é uma Escola e também sua luta pelo reajuste salarial. Acumulamos muitas perdas nos últimos governos e não podemos nos iludir com a política de gratificações do governo. A nossa luta deve ser por reajuste salarial para todos incorporado ao padrão de vencimentos. A direção majoritária do Sinpeem aceitou a proposta de gratificação do governo passando por cima da Assembléia do dia 05/08/06. A gratificação apresentada pelo governo e aceita pela direção majoritária além de comprometer o Plano de Carreira, exclui vários segmentos, divide a categoria e penaliza os profissionais readaptados, em licença médica, aposentados, etc...

### **Emenda Aditiva – Defendemos**

Letra M - Defesa do plano de Carreira

Letra N - Defesa das jornadas do magistério – JEI, JEA, JB

Letra O - Revogação da Lei de responsabilidade Fiscal

Letra P - Campanha de denuncia de desmonte do serviço público do governo Serra/Kassab

*Assinam: Rosa Palmiro - Marcos O. Soares - Renato Rodrigues - Lourdes Quadros - Daniela Farias*

## EMENDA 2 – OPOSIÇÃO E LUTA

### 114 - DEFENDEMOS

C) MODIFICATIVA: não queremos bônus! Queremos aumento salarial e reposição das perdas salariais de 100%;

E) SUPRESSIVA

J) ADITIVA: e ONGs;

M) MODIFICATIVA: Por uma evolução funcional aberta para o Quadro de Apoio;

R) MODIFICATIVA: direito a vaga na universidade pública para todos os trabalhadores da educação;

Z) ADITIVA: fim do aumento do desconto previdenciário.

*Assinam: Angela Maria Costa - Celma Luiz Gonçalves - Claudia Chabloz - Conceição N. Azzini - Donizete Antonio Sudário*

## EMENDA 5 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

### Emenda substitutiva § 109 ao 113

1. A política de diminuição de recursos do governo municipal tem aumentado o arrocho salarial. As medidas de gratificações não combatem este arrocho, ao contrário, buscam escamoteá-lo e conter a luta dos profissionais da educação por aumento salarial real.

2. A política de gratificações amortece a luta dos trabalhadores porque os divide. Não foi por outro motivo que o prefeito lançou as Gratificações de Regência, para Especialistas, de Resultados e Complemento de Vencimento Padrão. O prefeito quer quebrar a unidade e a força dos trabalhadores da educação, demonstrada com a greve do primeiro semestre.

3. Os profissionais da educação devem se opor à política de gratificações e defender um piso salarial que realmente atenda as suas necessidades e de sua família. Trata-se do **salário mínimo vital**, a ser calculado e aprovado por uma assembléia de base.

4. De acordo com nossos cálculos o salário mínimo vital deverá ser de R\$ 2.500,00. Este valor busca superar as distorções do cálculo do Dieese, que se apóia na Tabela de Provisões Mínimas, de 1938 (do Governo Vargas), com uma quantidade e variedade de alimentos ínfima. A defesa do salário é a defesa da vida, das condições de sobrevivência. Quanto maior o salário menor a exploração do trabalhador.

### Emenda substitutiva § 114 itens A, E, M, S, T e U

A - escala móvel de reajuste salarial;

E - incorporação da GDE ao salário;

M - Por um plano de carreira que atenda às reivindicações do quadro de apoio;

S e T - salário mínimo vital a ser calculado e aprovado por uma assembléia de base;

U - escala móvel de trabalho;

### Emenda supressiva § 114 itens H e R

### Emenda aditiva § 114 após item X

rejeição das recentes de gratificações (Gratificação de Regência, Complemento de Vencimento Padrão, Gratificação para Especialistas, Gratificação de Resultados) que fere a unidade dos trabalhadores da educação.

*Assinam: Denise Assis da Silva - Dilma Corrêa de Oliveira - Ana Paula Carvalho - Irvana Maria Vieira Silva - Lucélia Cristina de Lima*

## EMENDA 6 – APRA

### PELA PROMOÇÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Um dos ataques do governo foi à retirada do direito às licenças de curta duração afirmando que há abuso dos servidores quanto a esse direito e vinculou o pagamento da GDE a frequência do servidor a unidade de trabalho. Houve um recuo da categoria na utilização das licenças de curta duração.

Os salários cada vez mais arrojados levam o servidor a não ter qualidade de vida e a ampliar sua jornada de trabalho. Além disso, a falta generalizada de funcionários acarreta uma sobrecarga de trabalho e a consequência imediata é a doença. A descentralização da autorização para as licenças médicas foi consequência da falta de médicos no Departamento de Saúde do Servidor, que não consegue atender sequer a demanda dos exames médicos admissionais.

Há dados sobre o número de readaptações de servidores, as unidades possuem em média de 5 a 8 trabalhadores readaptados. São números alarmantes. Restringir o tratamento ou obrigar o funcionário a trabalhar doente gera problemas crônicos e conseqüentemente, readaptações definitivas. Precisamos avançar no debate sobre a promoção da saúde do trabalhador e não punir aqueles que ficam doentes.

A solução esta relacionada às formas de prevenção e a melhoria das condições de trabalho. Vejam alguns dos problemas aos quais estamos submetidos.

- jornadas extensas – dupla jornada de trabalho do professor(a), agentes escolares com subempregos;
- número excessivo de alunos na escola ocasionando o trabalho estressando para o professor(a) e uma sobrecarga para os agentes escolares na limpeza e na alimentação servida;
- estrutura de prédios e equipamentos inadequados e antigos – obrigando o funcionário a se adequar à estrutura e este improvisado acaba adoecendo o trabalhador;
- riscos como biológicos, ruídos, químicos, ergonômicos, iluminação inadequada, gases e falta de condições térmicas (escola de latinhas);
- insegurança – a violência é uma realidade cotidiana nas nossas escolas, alunos, professores e equipe técnica sofrem um desgaste diário.

*Assinam: Rosa Palmiro - Antonio Bonfim Moreira - Agostinho de Paula Pereira - José Carlos Carvalho de Lima - João Kleber de Santana Souza*

## EMENDA 7

### POR QUE A IMPLANTAÇÃO DAS CIPAs É ESTRATÉGICO

Após cinco anos de publicação da lei de nº13.174/01 que torna obrigatória a criação das CIPAs por unidade de trabalho na rede municipal. Não foi criada uma política de saúde permanente pela administração municipal ou pelo Sinpeem de denúncia quanto a esta inoperância. Uma política capaz de modificar, formar, orientar e construir propostas capazes de enfrentar o debate sobre a melhoria das condições de trabalho.

O forte processo de desmoralização que estamos enfrentando, ministrado pelo governo Serra/Kassab com relação às doenças dos servidores com uso da grande imprensa, merece resposta consistente do Sinpeem. O governo tem fabricado dados a respeito das licenças de curta duração e ganhado a opinião publica, isto tem servido como justificativa para a retirada do direito iniciada com a licença de curta duração e com certeza servirá para retirada de outros direitos que tratam de nossa assiduidade e jornada de trabalho.

O governo avança ganhando terreno na construção de políticas de bonificação que acentuam pressões no local de trabalho e dão as relações de trabalho um caráter de assedio moral. Colocando trabalhador para fiscalizar a frequência do outro, por exemplo.

## **DEFENDEMOS:**

- O Sinpeem deve destinar recursos para enfrentamento de política que atacam nossos direitos e defender nossa identidade profissional;
- Que o governo apresente uma política de promoção à saúde dos trabalhadores em educação debatida com as entidades sindicais;
- Aplicação da lei 13.174/01 e portaria SGP 374/02 que institui as Cipas (comissão de prevenção de acidentes) em todas as unidades escolares com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e prevenir acidentes e doenças profissionais;
- Que o Sinpeem realize a campanha aprovada no congresso anterior por melhores condições de trabalho e defesa da saúde dos trabalhadores em educação;
- Elaboração consistente da defesa de melhores condições de trabalho;
- Defesa dos readaptados como profissionais, não ao abandono ou atribuição de funções que gerem novas doenças ou desvalorização profissional.

*Assinam: Rosa Palmiro - Antonio Bonfim Moreira - Agostinho de Paula Pereira - José Carlos Carvalho de Lima - João Kleber de Santana Souza*

# QUESTÃO FUNCIONAL

## EMENDA 1 – OPOSIÇÃO SINPEEM

### **Modificativa - parágrafos 117 e 118**

Desde a vitória na obtenção do plano de carreira, arrancado a duras penas do governo Jânio Quadros e consolidado com o Estatuto do Magistério, durante intensas manifestações na gestão Luiza Erundina, os profissionais da educação aprenderam uma lição que deve ser lembrada: todas as vezes que a categoria foi para as ruas pressionando o governo obteve vitórias. Mas desde o momento em que as mobilizações e as greves foram boicotadas pela diretoria majoritária, a categoria não tem conseguido ampliar as conquistas para todos os profissionais da educação. Ao contrário, vem perdendo os direitos adquiridos com muita luta, seja pelo arrocho implacável, combinado com o autoritarismo explícito de diferentes governos, seja pelos ataques das avaliações que retiram a autonomia das escolas e que são utilizada pelo governo para implementar sua política de destruição da carreira do magistério e da escola pública, superlotando as salas de aula, reduzindo os turnos das escolas, fechando salas de aula, imprimindo um desgaste maior a todos os trabalhadores, instituindo o pré e o pós-escola, mercantilizando, por meio das ONGs, a educação e aumentando a contribuição do IPREM de 5% para 11%, no mesmo ano em que o reajuste salarial foi de 1,17%.

Não podemos permitir que o governo avance sobre as nossas conquistas como o plano de carreira e as jornadas do magistério. O PL que institui as diversas gratificações deixa explícito quais são as intenções do governo: as gratificações e o abono complementar só serão pagos até a reestruturação da carreira do magistério, após isso “cessará seu pagamento”. A reestruturação da rede, com fechamento de turnos e salas e a política de gratificações são passos importantes para o governo promover o enxugamento da rede, dificultar o acúmulo, aumentar a hora/aula, acabar com as jornadas do magistério e destruir a carreira.

A nossa tarefa é impedir qualquer ataque aos nossos direitos, bem como impedir a divisão da categoria promovida, especialmente, pela política de gratificações e projetos como PIC e TOF que prevêm pontuação diferenciada

aos professores que assumem essas salas. Por isso a nossa mobilização e unidade são fundamentais para garantir-mos as nossas conquistas.

*Assinam: Rosa Palmiro - Marcos O. Soares - Renato Rodrigues - Lourdes Quadros - Daniela Farias - Denise Assis da Silva*

## EMENDA 2

### EMENDA ADITIVA QUESTAO FUNCIONAL PARÁGRAFO 115

Sistema de avaliação municipal, saúde dos trabalhadores em educação e política de gratificação

O governo municipal procura penalizar professores que faltam. Fica exigindo das unidades de trabalho planilhas com a frequência, repetindo dados que a administração já possui na folha de pagamento. Faz ameaças aos servidores doentes como redução de salário e/ou penalização de acordo com a Lei 8989/79. Alguns dados objetivos:

- A rede municipal de ensino possui mais de 60% de seus servidores em situação de acúmulo de cargo;
- Acima de 10% dos servidores encontram-se em situação de readaptação funcional;
- O número de licenças médicas continua elevado;
- 70% dos chamados no concurso de adjuntos não assumem o cargo.

E, mais uma vez, o governo de plantão ao invés de procurar resolver os problemas estruturais da rede municipal de ensino, tais como: complementação do módulo de funcionários, valorização profissional e salarial; superlotação de salas e turnos; manutenção de escolas gigantes; descumprimento da lei das CIPAs (comissão interna de prevenção de acidentes) para um diagnóstico técnico das condições de trabalho e encaminhamento de soluções, prefere punir os funcionários.

E uma das formas de punir é com a política de gratificações que tem a forma e o tamanho ideal para as intenções do governo: 1. destrói o plano de carreira e rebaixa os salários, por meio do “congelamento” do QPE; 2. não há reajuste salarial; 3. é instrumento para punir, em termos de vencimentos, o profissional uma vez que está atrelada à assiduidade e avaliação de desempenho; 3. divide a categoria ao excluir aposentados e Quadro de Apoio.

A administração não irá resolver os problemas de frequência de servidores com ameaças, punições ou política de gratificações. Chega de amadorismo na gestão de pessoal está na hora de implantação de uma política de promoção de saúde dos servidores municipais e de valorização salarial.

*Assinam: Rosa Palmiro - Marcos O. Soares - Renato Rodrigues - Lourdes Quadros - Daniela Farias - Denise Assis da Silva*

## EMENDA 3

**Aditiva - parágrafo 119 – defendemos após a letra B  
C – defesa do plano de carreira**

*Assinam: Rosa Palmiro - Marcos O. Soares - Renato Rodrigues - Lourdes Quadros - Daniela Farias*

## EMENDA 4 – OPOSIÇÃO E LUTA

117 - MODIFICATIVA: Outro ataque do governo é o fechamento de salas da EJA e de turnos, causando desemprego e redução de jornadas e salários e ocasionando ainda a superlotação das salas, precarizando mais as condições de trabalho.

118 - MODIFICATIVA: Por isso, temos que organizar uma greve, para barrar todos esses ataques.

### 119 - DEFENDEMOS

C) ADITIVA: contra a reestruturação da carreira, jornadas e cargos de Kassab/Serra/FMI! Manutenção e incorporação das jornadas;

D) ADITIVA: manutenção do estatuto do magistério;

E) ADITIVA: manutenção da EJA no período noturno. Abaixo o Projovem;

F) ADITIVA: fim da avaliação de desempenho e seu conteúdo demissionário;

G) ADITIVA: derrotar o governo e construir uma direção de luta para o sindicato;

### QUADRO DE APOIO

120 - SUPRESSIVA

121 - SUPRESSIVA

122 - MODIFICATIVA: ...apoio aprovada pelo governo foi a destruição da carreira dos trabalhadores em Educação, já que estipulou uma carreira fechada. A primeira mudança só acontece depois de 06 anos de trabalho, depois com 11 e 19 anos. Dessa forma, entrava qualquer melhoria salarial, além de ter desconsiderado o tempo de trabalho que funcionários trabalharam como comissionados. Outra demonstração do engodo dessa Evolução é que está atrelada a Avaliação de Desempenho, só sendo computada para fins da Evolução quem atingiu a média de 600 pontos dos últimos três anos, somando ainda tempo de serviço, de carreira e títulos.

124) SUPRESSIVA

125 - DEFENDEMOS

F) SUPRESSIVA

I) MODIFICATIVA: abaixo a evolução funcional restrita e fechada do quadro de apoio! Por uma evolução funcional aberta para todos;

J) ADITIVA: fim da multifuncionalidade;

K) ADITIVA: redução da jornada do quadro de apoio sem redução de salários;

L) ADITIVA: organizar os trabalhadores em Educação para barrar os ataques do governo Kassab/Serra;

### HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

128 - MODIFICATIVA: ...em Poder Público garantir melhores condições de trabalho.

129 - DEFENDEMOS

A) SUPRESSIVA

H) ADITIVA: fim da contribuição compulsória de 3% para o HSPM;

*Assinam: Angela Maria Costa - Celma Luiz Gonçalves - Claudia Chabloz - Conceição N. Azzini - Donizete Antonio Sudário*

## EMENDA 5

### HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

#### Emenda aditiva

126 – (após... sistematicamente pelo SINPEEM.) A precarização do atendimento no HSPM está diretamente relacionada com o sucateamento generalizado dos serviços públicos e se intensifica com a terceirização e privatização sustentada pelo SUS. Os governos em todas as instâncias deixam de investir na construção de unidades e realização concursos públicos onerando as unidades de saúde já existentes. É impossível ampliar a qualidade de atendimento para os servidores que contribuem para o HSPM dividindo seu espaço com a população atendida pelo SUS que abre caminho para a privatização da Saúde e não repassa verbas a contento.

#### Emenda aditiva

129 – **DEFENDEMOS:**

H – que o HSPM atenda apenas os servidores.

*Assinam: Alani Widniczek - Loide de Oliveira Araújo - Nelson Galvão - Rogério Marinelli - Izabel de L. Alves*

## EMENDA 6 – COLETIVO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

#### Emendas aditivas “Questão Funcionais Parágrafos 118 e 119”.

118 A - Ao propor a redução de turnos o governo fere as condições de trabalho do funcionalismo superlotando salas de aula e acabando com os acúmulos de cargo através da inviabilização e não criando condições para que eles sejam desnecessários

B - O Pró Jovem de parceria público-privado precariza as condições de trabalho dos educadores criando uma outra categoria de funcionalismo regido pela CLT e não pelo regime estatutário como rege a lei do funcionalismo público municipal.

119 -C - A manutenção dos 3 turnos diurnos nas escolas.

D - A manutenção do EJA.

E - A diminuição do número de alunos por sala de aula.

F - Fim do Pró Jovem.

G - Que o professor adjunto que esteja em situação de substituição por mais de trinta dias, e que não havendo o retorno do professor titular a sua unidade de trabalho, mesmo que a continuidade da licença seja inferior aos trinta dias, não sofra qualquer tipo de declínio ou perdas salariais.

H - Que as licenças médicas que terminarem em dias não letivos não causem declínio de jornada ao professor substituto.

I - Que a jornada do professor adjunto que tiver permanecido em sala de aula até o final do ano, ocorrendo retorno do professor titular a unidade de ensino no último mês, permaneça sem declínio e os seus proventos sejam calculados pela jornada que permaneceu durante o ano letivo.

#### Emendas aditivas “Quadro de apoio” parágrafos 124 e 125.

124-A - O governo tenta remendar seus programas com a contratação de pessoal através de parcerias com instituições privadas (Terceirização) que recebem montantes de reais e pagam salários de miséria para seus contratados. Não

é isso que queremos! Exigimos do governo concurso público, condições de trabalho e aumento real de salário.

124-B - A diminuição de turnos também afeta os funcionários do quadro de apoio modificando seus horários de trabalho, suas funções e provocando, até mesmo, o deslocamento de unidades.

*Assinam:* José Juvêncio Junior - Marcelino Fernandes - Marcos Vitorino da Silva - Renato Rodrigues

## EMENDA 7 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

### HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

#### Emenda aditiva antes do § 126

1. Na saúde, ocorre o mesmo que na Educação. O projeto que desobriga o Estado de arcar com a saúde pública avança a passos largos, a exemplo da aprovação das OS's. Os hospitais e departamentos médicos sofrem com a ausência de funcionários, médicos, remédios e equipamentos; os salários estão arrojados.

2. Como na educação, o governo não investe na saúde, implementa a política assistencialista para a população carente, beneficia donos de faculdade quando, em troca de bolsas obtêm o trabalho quase voluntário de universitários, sucateia e culpa os funcionários da saúde pelo seu fracasso.

3. A luta por melhorias na saúde pública é tarefa de todos. É neste marco que está inserido o hospital do servidor público municipal.

#### Emenda aditiva § 126 após item G

Sistema único de saúde, sob o controle dos trabalhadores. Fim da rede e convênios privados.

*Assinam:* Denise Assis da Silva - Dilma Corrêa de Oliveira - Ana Paula Carvalho - Irvana Maria Vieira Silva - Lucélia Cristina de Lima

# QUESTÃO RACIAL

## EMENDA 1 – OPOSIÇÃO E LUTA

### 142 - DEFENDEMOS

B) MODIFICATIVA: contra a Reforma Universitária e o PROUNE;

C) MODIFICATIVA: retirar a frase: "que visem beneficiar alunos negros de baixa renda"

D) SUPRESSIVA

E) SUPRESSIVA

F) ADITIVA: contra a política de cotas;

*Assinam:* Angela Maria Costa - Celma Luiz Gonçalves - Claudia Chabloz - Conceição N. Azzini - Donizete Antonio Sudário

## EMENDA 2 – CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

### Emenda substitutiva § 130 ao 141

1. A idéia de levar o Estado burguês a reconhecer gradativamente a discriminação – tal como queriam os escravocratas no processo de libertação dos escravos – e assumir medidas compensatórias é utópica e restringe a violência de classe (autodefesa) das massas. Esse elemento é preocupante porque o ponto de partida da luta contra a discriminação racial está na organização das camadas proletárias negras mais profundamente atingidas pela exploração capitalista.

2. A política proletária parte da situação das classes sociais, sem desconhecer por um só segundo outras formas de opressão – a racial é de suma importância no Brasil. A revolução proletária depende da massa negra trabalhadora; da mesma maneira a sobrevivência do capitalismo depende de manter na inércia essa multidão oprimida.

3. A revolução proletária tem uma tarefa particular no Brasil (como tem nos Estados Unidos, Haiti, África do Sul etc.): pôr fim à opressão racial, que tem sua raiz na escravidão. Ocorre que entre os outros 50% da população branca, também a maioria faz parte do proletariado e dos camponeses, contando com uma classe média mais vasta, cujos laços com o capitalismo são mais amplos e profundos. Por isso, para arrancar as reivindicações da burguesia, qualquer que seja, é necessário unir negros e brancos explorados e oprimidos.

### Emenda substitutiva § 142

A. Rejeição ao Estatuto da Promoção da Igualdade Racial;

B. Luta pelas reivindicações contrárias à discriminação: trabalho igual, salário igual, escola a todos em todos os níveis e emprego a todos por meio da imposição da escala móvel das horas de trabalho.

*Assinam: Denise Assis da Silva - Dilma Corrêa de Oliveira - Ana Paula Carvalho - Irvana Maria Vieira Silva - Lucélia Cristina de Lima*

## EMENDA 3 – APRA E OPOSIÇÃO ALTERNATIVA

### EMENDA ADITIVA QUESTÃO RACIAL - PARÁGRAFO 131

#### UMA LUTA, CADA VEZ MAIS, DE RAÇA E CLASSE

Recentemente, na II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, realizada de 12 a 14 de julho, em Salvador, pudemos constatar as absurdas posições que as correntes majoritárias do movimento negro, nacional e internacional, assim como o governo, possuem em relação ao combate ao racismo.

São raros os exemplos daqueles que localizam as enormes tensões raciais que verificamos em todo mundo na sua verdadeira origem: as políticas neoliberais e a ganância sem limites do capitalismo que, para sobreviver, não vacila, além de explorar o conjunto da classe trabalhadora, em oprimir e marginalizar gigantescos setores da população, como negros e mulheres, para extrair ainda mais lucros.

No II CIAD, representantes do movimento negro e de vários países desconsideraram completamente o papel do Imperialismo tanto no que se refere à diáspora negra quanto no que diz respeito à miséria que a maioria dos descendentes de africanos enfrenta mundo afora.

Neste sentido, o governo Lula é um dos piores e mais lamentáveis exemplos. Lula e seus aliados, comprometidos até a medula com os interesses do capital financeiro, vendem a idéia de que o Brasil é um exemplo do combate ao racismo. Para tal, listam “iniciativas” que vão da implementação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) a programas como o ProUni e a proposta de cotas.

O que o governo e seus aliados “omitem” é que o Seppir é um órgão que sequer tem verba, que o ProUni está

jogando a população negra e carente em escolas privadas de baixa qualidade e que a proposta de cotas está inserida no projeto de Reforma Universitária que tem como objetivo fundamental privatizar o ensino público.

### **EMENDA SUBSTITUTIVA QUESTÃO RACIAL PARÁGRAFO 133, 134 ,135, 136 E 137 EM DEFESA DAS COTAS RACIAIS**

A defesa das cotas raciais deve ser combinada com a ampliação dos serviços públicos e um plano de obras, para gerar emprego e moradia para a população negra.

Neste ponto, nos diferenciamos tanto daqueles que se opõem às cotas com argumentos reacionários (como os intelectuais que assinaram o manifesto “Todos têm direitos iguais na República Democrática”) quanto dos governistas, que inseriram a proposta no projeto de Reforma Universitária.

Para nós, as cotas raciais são justas e necessárias para que o Estado comece a reparar a população negra pelos séculos de racismo e escravidão. Neste sentido, também, defendemos cotas raciais proporcionais ao percentual de negros existentes nas regiões em que se encontram as universidades, escolas técnicas, serviços públicos etc.

Evidentemente, toda a discussão racial, no nosso entender, deve-se combinar com as lutas gerais dos trabalhadores e trabalhadoras, no sentido de discutir, como afirmava Malcolm X, que “não existe capitalismo sem racismo”. Por isso, a luta pela real libertação de negros e negras deve-se combinar com o não pagamento das dívidas, a ampliação de verbas para a educação, saúde e demais serviços públicos, a redução da jornada de trabalho sem redução de salários etc.

*Assinam: Lourdes Quadros Alves - Almir Bento Freitas - Rosa Palmiro - Antonio Bonfim Moreira*

## **QUESTÃO DE GÊNERO**

### **EMENDA 1 – OPOSIÇÃO ALTERNATIVA / ALTERNATIVA PARA RESISTIR E AVANÇAR**

#### **EMENDA ADITIVA APÓS PARÁGRAFO 142 A SITUAÇÃO DAS MULHER TRABALHADORA**

A implementação de políticas neoliberais, como resposta do capitalismo mundial à sua crise, tem atingido todos/as trabalhadores/as, fechando postos de serviços, flexibilizando trabalhos e contratos, retirando direitos, reduzindo salários.

A luta das mulheres trabalhadoras segue combatendo esse modelo, que se pauta em ajustes fiscais brutais para o pagamento de juros das dívidas públicas, enriquecendo vergonhosamente banqueiros a custa do suor e sangue dos trabalhadores, principalmente das trabalhadoras.

As mulheres junto com os demais setores oprimidos deste país são as principais vítimas da pobreza, do salário mínimo de fome; da ausência de políticas públicas tais como saúde, educação e moradia; constituem a maioria dos/as desempregados/as; as mulheres ocupam o mercado de trabalho em maior número nas últimas décadas, empurradas principalmente pelo desemprego dos companheiros e filhos, como mão-de-obra mais barata, sem a garantia de direitos essenciais tais como creche, auxílio maternidade etc.

Essas trabalhadoras foram duramente atacadas com a Reforma da Previdência do governo Lula, ao exigir de milhares de trabalhadoras rurais e domésticas comprovação do tempo de serviço, aprofundando-o, ao ampliar em 7 anos a idade mínima para efeito de aposentadoria, desconsiderando as múltiplas jornadas de trabalho.

O aprofundamento de medidas neoliberais ameaça retirar direitos conquistados pelos/as trabalhadores/as como

o 13º salário, férias, multa sobre o FGTS, e uma medida que atinge em cheio as mulheres, a redução da licença maternidade.

As mulheres lutam fundamentalmente combatendo o capitalismo que sobrevive da fome e da pobreza de mais da metade da população mundial, da opressão, do racismo, do machismo, da homofobia, da xenofobia e de tantas outras formas de intolerância no intuito de dividir para reinar.

O ensino pré-escolar no Brasil é 94,8% exercido por mulheres; no ensino fundamental, 92,6%, ao passo que no ensino superior somos minoria, 40,8% (IBGE). A maior participação da mulher num ou noutro nível de ensino está fortemente vinculado ao valor salarial e ao prestígio social, apesar da guetização atingir toda categoria. Outro fator a se verificar é a presença maior ou menor de negras e afrodescendentes nesses níveis de ensino.

As professoras têm múltipla jornada de trabalho; enfrentam cargas horárias estafantes e mal remuneradas, com salas superlotadas, falta de materiais didáticos, sob a pressão constante de gestores exigindo produtividade.

### **EMENDA ADITIVA APÓS PARÁGRAFO 142 CONDIÇÕES DE TRABALHO DA MULHER TRABALHADORA**

As péssimas condições de trabalho têm levado a uma incidência cada vez maior do número de doenças e registros de acidentes no trabalho. Segundo a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, as mulheres adoecem e se acidentam 50% a mais que os homens no desempenho de suas funções. A OIT registrou uma alta taxa de doenças relacionadas ao estresse entre as mulheres. Segundo a UFRJ, a LER é a maior causa de doença nas trabalhadoras brasileiras, seguidas das doenças mentais e cardiovasculares. De acordo com as OMS, as mulheres de todas as idades são 70% dos consumidores de medicamentos psiquiátricos.

A CNTE realizou uma pesquisa revelando que a categoria está doente, vítima da Síndrome de Bournout. Somado a isso, não há política de creches, obrigando as/os profissionais da educação a delegar a terceiros os cuidados com os/as filhos/as.

No tocante a violência que sofre cotidianamente em seu ambiente de trabalho, inclusive os casos de assédio moral e sexual, a professora encontra-se desamparada.

### **EMENDA ADITIVA APÓS PARÁGRAFO 142 HOMOFOBIA EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO**

Homofobia é o ódio ou aversão aos homossexuais, que se manifesta contra todos aqueles que têm um comportamento que foge aos padrões heterossexuais. Seus alvos são gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros (GLBTT), cuja orientação sexual, ao escapar dos papéis pré-determinados para homens e mulheres, questiona a moral e a estrutura da sociedade burguesa.

Os estigmas decorrentes disto são muitos. Na sociedade em geral, a discriminação e o preconceito são constantes nos locais de trabalho, nos discursos e práticas religiosas, nas relações sociais, nos meios de comunicação etc. Não raramente, o preconceito é fatal, o que faz com que o Brasil contabilize cerca de 2 mil homossexuais assinados no Brasil somente nos últimos 20 anos.

Lamentavelmente, nas escolas a situação não é diferente. A homofobia é prática constante no interior das salas de aula e dos professores. A violência (física, moral ou psicológica) atinge centenas diariamente. Como também, o próprio conteúdo programático tende a acentuar os preconceitos.

#### **DEFENDEMOS:**

A - Queremos leis, como a de Parceria Civil, que obriguem o Estado a reconhecer nossos direitos. Como também queremos uma legislação que puna quem nos discrimine ou nos ataquem.

B - Queremos nos organizar em coletivos no sindicato e nas subseções e abrir um processo de discussão, organização e luta dentro de nossa categoria, construindo conjuntamente as lutas e o combate a todos aqueles que nos dividem.

*Assinam: Lourdes Quadros Alves - Almir Bento Freitas - Rosa Palmiro - Antonio Bonfim Moreira*

# SINDICAL

## EMENDA 1 – OPOSIÇÃO SINPEEM

### **SUBSTITUTIVA parágrafos 151 a 172**

#### **Greve histórica mostra força dos profissionais da educação Diretoria majoritária foge da luta e trai a categoria**

Após 19 anos sem decretar uma greve por tempo indeterminado, os profissionais de educação demonstraram grande disposição de luta e capacidade de mobilização. A adesão à greve se iniciou de quase espontânea e se fortaleceu com a presença marcante dos comandos de greve dos setores da oposição.

A categoria mostrou-se resistente a toda e qualquer ameaça do governo, permanecendo unida em torno do mesmo objetivo: derrotar o programa “São Paulo é uma escola”, sem desvincular a luta da questão salarial e as péssimas condições de trabalho.

O presidente da entidade, agora filiado ao PSB, cumpriu um papel nefasto neste processo, desmontou a greve e fez terror na assembléia do dia 12 de abril, chegando a usar a mesma ameaça que o governo fez durante toda a greve: a do não pagamento dos dias parados e até ressuscitou Jânio Quadros, ameaçando os educadores de possível demissão. Cumpriu bem o papel do governo. O presidente da entidade que durante toda a greve fez o discurso da unidade, optou por unificar-se com o governo em detrimento de todos os trabalhadores em educação, ao invés de usar todos os recursos do sindicato, que não são poucos, denunciando os governos Serra/Kassab e seus programas privatistas e eleitoreiros.

#### **DEFENDEMOS:**

Unidade do funcionalismo para derrotar as políticas privatistas e eleitoreiras do governo Serra/Kassab

Continuidade da luta em defesa dos direitos; Recuperação das perdas salariais;

Utilizar a imprensa para denunciar os governos Serra/Kassab denunciando a política de desmonte da escola pública com as terceirizações, pré e pós escola e a ingerência das ONGS.

*Assinam: Rosa Palmiro - Marcos O. Soares - Renato Rodrigues - Lourdes Quadros - Daniela Farias*

## EMENDA 2 – OPOSIÇÃO SINPEEM

### **SUBSTITUTIVA PARAGRAFOS 173 ATE 178**

A greve da categoria demonstrou a necessidade do fortalecimento dos conselhos de representantes das regiões. Os comandos de greve que se organizaram nas regiões ocorreram por iniciativa dos setores de oposição, sem nenhum apoio material e nem financeiro da diretoria para cobrir as escolas das regiões, os comandos de greve tiveram que se virar para custear alimentação e combustível para as visitas as escolas, as subsedes existentes não têm autonomia para elaborar material e nem recursos financeiros, estas subsedes são controladas a mãos de ferro pelos membros da diretoria sob o comando do presidente Cláudio Fonseca.

Os conselheiros, REs e educadores ligados a oposição cumpriram papel fundamental e determinante na construção da greve.

#### **DEFENDEMOS:**

Ampliação do número de subsedes: região Sul, Oeste, Norte e Centro

Democratização do Conselho de Representantes:

Eleição da Coordenação das subsedes que deve se realizar até 30 dias após o pleito, dentre os conselheiros eleitos nas subsedes;

Recursos financeiros para as subsedes para custear material de acordo com a necessidade e realidade de cada região, custear visitas as escolas, etc...

Reuniões mensais dos Conselheiros nas subsedes;

Reuniões de representantes de escola descentralizadas;

Realização de cursos de formação sindical aos representantes de escola e Conselheiros nas regiões.

*Assinam: Rosa Palmiro - Marcos O. Soares - Renato Rodrigues - Lourdes Quadros - Daniela Farias*

## **EMENDA 3 - COMPROMISSO E LUTA**

Com o crescimento do sindicato e também com a nova forma de organização administrativa da cidade através das Subprefeituras, ampliou-se ainda mais a necessidade de maior inserção do sindicato nos locais de trabalho e forte presença regional. Para atender as exigências postas para o dia-a-dia de nossa luta e representação, apresentamos a proposta de uma nova organização criando as Áreas de Atuação Sindical Assim apresentamos a seguinte proposta de organização regional e composição de suas Coordenações:

### **ÁREAS DE ATUAÇÃO SINDICAL**

1º) organizar o trabalho sindical de base através das **Áreas de Atuação Sindical (ATS)**.

Objetivos: intensificar e fortalecer a presença política e organizativa do SINPEEM por local de trabalho e em todas as regiões.

### **A PROPOSTA LEVA EM CONTA:**

- a organização administrativa da cidade através das subprefeituras;
- a organização administrativa da secretaria de educação através das coordenadorias de educação;
- a localização das unidades escolares; -os limites territoriais dos distritos e;
- as condições e a organização do SINPEEM.

### **ORGANIZAR 13 ÁREAS DE ATUAÇÃO SINDICAL (ATS/SINPEEM)**

2º) o trabalho regional de base será organizado com a criação de 13 Áreas de Atuação Sindical com as seguintes abrangências e coordenações:

**a)** Área I - correspondendo aos seguintes distritos:

Ipiranga (46); Jabaquara (16); Sé (18); Vila Mariana (13)

Total de escolas = 93

Coordenação = Diretor Geral + 2 coord/área + 5 rep - coordenadoria

**b)** Área II - correspondendo aos seguintes distritos:

Santana/Tucuruvi (30); Tremembé/Jaçanã (31); Vila MariaNila Guilherme (39)

Total de escolas = 100 escolas

Coordenação = Diretor Geral + 2 coor/área + 4 rep - coordenadoria

- c)** Área III - correspondendo aos seguintes distritos:  
Freguesia do Ó/Brasilândia (49); Casa Verde/Cachoeirinha (29)  
Total de escolas = 78  
Coordenação = Diretor Geral + 2 coord/área + 3 rep - coordenadoria
- d)** Área IV - correspondendo aos seguintes distritos:  
LapalPerus/Pi rituba  
Total de escolas = 116  
Coordenação = Diretor Geral + 3 coord/área + 5 rep - coordenadoria
- e)** Área V - correspondendo aos seguintes distritos:  
Campo Limpo (78); M Boi Mirim (63)  
Total de escolas = 141  
Coordenação = Diretor Geral + 3 coord/área + 6 rep - coordenadoria
- f)** Área VI - correspondendo aos seguintes distritos:  
Cidade Ademar (34); Parelheiros (11); Santo Amaro (23); e Socorro (74)  
Total de escolas = 142  
Coordenação = Diretor Geral + 3 coord/área + 8 rep - coordenadoria
- g)** Área VII - correspondendo aos seguintes distritos:  
Moóca (32); Penha (51)  
Total de escolas = 83  
Coordenação = Diretor Geral + 2 coord/área + 5 rep - coordenadoria
- h)** Área VIII - correspondendo aos seguintes distritos:  
Vila Prudente/Sapopemba (75)  
Total de escolas = 75  
Coordenação = Diretor Geral + 2 coord/área + 3 rep - coordenadoria
- i)** Área IX - correspondendo o seguinte distrito:  
Itaquera (70)  
Total de escolas = 70  
Coordenação = Diretor Geral + 2 coord/área = 3 rep - coordenadoria
- j)** Área X - correspondendo aos seguintes distritos:  
Ermelino Matarazzo (31); Itaim Paulista (59); São Miguel (59)  
Total de escolas = 149  
Coordenação = Diretor Geral + 4 coord/área = 8 rep - coordenadoria
- k)** Área XI - correspondendo aos seguintes distritos:  
Cidade Tiradentes (50); Guaianazes (38)  
Total de escolas = 88  
Coordenação = Diretor Geral + 2 coord/área = 4 rep - coordenadoria

**l)** Área XII - correspondendo o seguinte distrito:

Butantã (68)

Total de escolas = 68

Coordenação = Diretor Regional + 2 coord/área + 3 rep. - coordenadoria

**m)** Área XIII - correspondendo aos seguintes distritos:

Aricanduva (19); São Mateus (70)

Total de escolas = 89 unidades

Coordenação = Diretor Regional + 2 coord/área + 4 rep. - coordenadoria

## **COMPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO POR ÁREA DE ATUAÇÃO SINDICAL**

3º) Cada Área de Atuação Sindical terá uma Coordenação Sindical Regional constituída por:

- Um membro da Diretoria (Diretor Regional) e;

- Dois Coordenadores de Área de Atuação Sindical, para áreas com até 80 escolas, eleitos entre e, pelos Conselheiros Regionais. Áreas com mais de 80 escolas, terão direito a mais um Coordenador para cada grupo igualou superior a 30 escolas;

- Representantes por Coordenadoria de Educação integrante de cada Área de Atuação Sindical, eleitos na 1ª Reunião de Representantes de Escolas de cada ano, obedecendo o seguinte critério:

- A) Para grupo de até 20 escolas por Coordenadoria a Área de Atuação Sindical terá 2 (dois) representantes, acrescido de mais um representante para cada grupo igual ou superior a 30 escolas. Será considerada para fins de acréscimo a fração igualou superior a 5.

4º) O SINPEEM irá atender uma ou mais Áreas de Atuação Sindical.

5º) A instalação de subsedes, será de responsabilidade da Diretoria, após indicação aprovada pelo Conselho Geral. Para a instalação de subsedes, a Diretoria deverá levar em consideração a necessidade de infra-estrutura material e logística para cada Área de Atuação Sindical, bem como os recursos disponíveis. A Diretoria em conjunto com as Coordenações Regionais desenvolverá seu Plano de Atuação Anual.

Obs: abrangência de cada subsede, será apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho Geral.

## **ESTATUTO DA ENTIDADE**

### **PROPOSTAS DE ALTERAÇÕES**

#### **1ª PROPOSTA:**

Alterar item IV do art. 11.

**IV** - votar nas eleições gerais desde que tenha se associado até dois meses antes da data das eleições gerais para a Diretoria;

Alterar para:

Votar e ser votado nas eleições gerais para a Diretoria, desde que tenha se associado ao sindicato, até 12 meses antes da data da eleição;

#### **2ª PROPOSTA:**

Suprimir o item VI do art. 11:

**VI** - ser votado as eleições gerais para a diretoria, quando tiver o mínimo 6 (seis) meses sindicalização;

Justificativa: As alterações quanto a ampliação do tempo de sindicalização para exercer o direito de votar e ser votado, foi imposta pelo procedimento da Prefeitura de expedir holerites eletronicamente, entre outras necessidades impostas pelo processo eleitoral que envolve milhares associados.

### **3ª PROPOSTA:**

**Alterar o Art. 19** - O Congresso reunir-se-à ordinariamente uma vez por ano, em data e local definidos pela Diretoria aprovados pelo Conselho Geral, sob a presidência do SINPEEM - Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo para:

**Art. 19** - O Congresso reunir-se-á uma vez a cada dois anos, em data

### **4ª PROPOSTA:**

Introduzir parágrafo único ao art. 19.

§ único: entre um Congresso e outro será realizada a Conferência Intercongressual de Educação do SINPEEM em data e local, definidos, pela Diretoria.

## **EMENDA 3 - FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)**

**1) EMENDA SUPRESSIVA – (Após o parágrafo 174 “Sinpeem se consolida como entidade democrática, independente e de luta”)**

### **CAPÍTULO II**

Art. 11º - Suprimir do Inciso IV: “...desde que tenha se associado até dois meses antes da data das eleições gerais para a diretoria”.

Art. 11º - Suprimir do Inciso VI: “...quando tiver no mínimo 6 (seis) meses de sindicalização”.

**2) EMENDA SUBSTITUTIVA – (Após o parágrafo 174 “Sinpeem se consolida como entidade democrática, independente e de luta”)**

Art. 11º - Substituir o Inciso XII por: “Ao assumir um cargo no legislativo o diretor da entidade licenciar-se-á automaticamente de suas funções na diretoria”.

**3) EMENDA SUBSTITUTIVA - (Após o parágrafo 174 “Sinpeem se consolida como entidade democrática, independente e de luta”)**

### **CAPÍTULO III**

Art. 24º - Substituir o Parágrafo 6º por: “O quorum da Assembléia Geral Extraordinária será igual ou superior a 1% (um por cento) dos associados”.

**4) EMENDA SUPRESSIVA - (Após o parágrafo 174 “Sinpeem se consolida como entidade democrática, independente e de luta”)**

Art. 30º - Suprimir todo o artigo

**5) EMENDA ADITIVA - (Após o parágrafo 174 “Sinpeem se consolida como entidade democrática, independente e de luta”)**

Art. 32º – Adicionar ao Parágrafo 14º do artigo o seguinte: “O SINPEEM terá 5 Subsedes nas regiões: Leste I; Leste II; Norte; Sul; Oeste que contarão com autonomia financeira (repasso de verbas da sede central, de acordo com a quantidade de associados por subseção) e política (atuação política dos conselheiros eleitos na região).”

Art. 32º - Adicionar ao Inciso V do Parágrafo 14º: “Departamento de assuntos culturais e Departamento de assuntos jurídicos”.

6) EMENDA SUBSTITUTIVA - (Após o parágrafo 174 “Sinpeem se consolida como entidade democrática, independente e de luta”)

Art. 32º - Substituir o Inciso II do Parágrafo 14º por: “As Subsedes/Regionais terão uma coordenação executiva, eleita na primeira reunião de posse, após as eleições, devendo essa acontecer em até um mês após o pleito”.

Art. 32º - Substituir as letras “a” e “b” do Parágrafo 15º do artigo por: “a) Cada Subsede receberá um repasse de verba mensal, proveniente da sede central, referente ao número de associados da região”.

“b)O repasse de verba às subsedes será no valor de 20% (vinte por cento) referente ao número de associados da região”.

7) EMENDA SUPRESSIVA - (Após o parágrafo 174 “Sinpeem se consolida como entidade democrática, independente e de luta”)

Art. 32º - Suprimir o Inciso III do Parágrafo 14º do artigo.

8) EMENDA SUBSTITUTIVA - (Após o parágrafo 174 “Sinpeem se consolida como entidade democrática, independente e de luta”)

Art. 33º - Substituir ao artigo o seguinte: “O Conselho Regional terá no mínimo um Coordenador, um Secretário Geral, dois Tesoureiros (1º e 2º tesoureiros), eleitos na primeira reunião de posse após as eleições regionais, devendo essa acontecer em até um mês após o pleito”.

9) EMENDA ADITIVA - (Após o parágrafo 174 “Sinpeem se consolida como entidade democrática, independente e de luta”)

## **CAPÍTULO VII**

Art. 70º - Adicionar ao artigo: “...e referendada pela Assembléia Geral”.

10) EMENDA SUBSTITUTIVA - (Após o parágrafo 174 “Sinpeem se consolida como entidade democrática, independente e de luta”)

Art. 74º - Substituir o artigo por: “A diretoria será composta por proporcionalidade direta, qualificada e sem cortes, mediante o percentual de votos que as chapas inscritas obtiverem no pleito”.

11) EMENDA SUBSTITUTIVA - (Após o parágrafo 174 “Sinpeem se consolida como entidade democrática, independente e de luta”)

Art. 75º - Substituir as letras “a”, “b”, “c” e “d” por:

“a) ...10% (dez por cento) dos votantes”

“b) ... antecedência de 10 (dez) dias”

“c) ...quorum de 5% (cinco por cento)”

“d) ...tomada por maioria simples”

**Assinam:** Marcos O. Soares - Gicélia S. Silva - Evaldo de Assis - Plínio Roberto - Verônica Maria da Silva

## **EMENDA 5 – OPOSIÇÃO E LUTA**

143 - MODIFICATIVA: mudar o texto para: A campanha salarial dos Trabalhadores em Educação do Município São Paulo, em 2006, foi marcada pela intensa capacidade de luta e mobilização da categoria, mas com a capitulação da direção do Sinpeem as políticas do Governo Kassab/Serra nosso movimento não conquistou nossas reivindicações. Pior, facilitou para que o governo atacasse mais, com a política de bônus e com o fechamento de turnos e salas, além da ampliação do horário dos alunos. Também veiculou a ilusão de que alcançamos alguns avanços na campanha salarial desse ano quando a NOSSA MAIOR VITÓRIA SERIA O AUMENTO REAL DE SALÁRIOS, A MANUTENÇÃO DOS NOSSOS DIREITOS E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA.

145 - SUPRESSIVA

146 - MODIFICATIVA ...reação deveria ter sido imediata, para construir a greve e barrar os planos do governo e a reorganização das escolas, logo no início do ano letivo.

147 - SUPRESSIVA

148 - MODIFICATIVA...únicos dos ataques do governo.

159 - MODIFICATIVA: ...assembléia geral. A realização dessa reunião foi uma manobra política da direção do sindicato, porque apenas participaram os REs que não estavam nos comandos de greve. Serviu apenas para embasar o golpe da diretoria do sindicato, quando estávamos em momento de ascensão, diferente do que caracterizaram naquele momento.

160 - SUPRESSIVA

161 - SUPRESSIVA

162 - SUPRESSIVA

163 - SUPRESSIVA

164 - MODIFICATIVA: A assembléia encaminhada para o fim da greve demonstrou que

167 - MODIFICATIVA: ...paralisar parcialmente as ações...escola". A retirada do PL que criava pré e pós aulas foi um recuo tático do governo. As portarias que alteraram a função de POIE e OSL não foram extintas. O processo de privatização dos serviços públicos continuam com as ONG's e as terceirizações.

168 - SUPRESSIVA

169 - MODIFICATIVA: Nossas reivindicações não foram atendidas, mas o governo demonstra que tem dinheiro em caixa, para aplicar a política de gratificação.

Não podemos esquecer as campanhas salariais dos anos anteriores. A política da direção sempre foi a de desviar nossa luta para o parlamento (pressão aos vereadores para conquistarmos aumentos), como está propondo agora para barrar a política de bônus de Kassab/Serra. Mas a realidade demonstrou que esse é o caminho das nossas derrotas. Não podemos esquecer da Avaliação de Desempenho e do aumento do desconto da Previdência.

Devemos reabrir a campanha salarial. O Congresso do Sinpeem tem que aprovar um plano de lutas que aponte esse caminho para a conquista de nossas reivindicações.

173 - MODIFICATIVA: Considerando todo o quadro apresentado, é necessária o fortalecimento do sindicato, baseado na sua democratização. Para tanto, propomos a alteração do ESTATUTO do Sinpeem, nos seguinte itens:

Capítulo III - Dos órgãos deliberativos

ARTIGO 15

Acrescentar item VI: as reuniões de Representantes de Escolas e abaixo delas o de Conselheiros das subsedes, são deliberativos para as suas respectivas regiões, podendo deliberar e encaminhar políticas e ações na abrangência da subsede.

ARTIGO 31

Parágrafo 13: suprimir

Parágrafo 14, item III: modificar para: as subsedes e regionais terão uma coordenação executiva formada pelos seus membros, eleitos na primeira reunião de representantes de escola, sendo que essa deverá ocorrer descentralizada na própria subsede. Até dois diretores de subsedes/regionais do Sinpeem poderão acompanhar as reuniões de conselheiros regionais, com direito a voz, mas sem compor sua executiva.

ARTIGO 33

Suprimir expressão final: "mais membros da diretoria", devendo ficar: O conselho geral do sinpeem é a somatória dos Conselhos Regionais. "

ARTIGO 35 (criar)

As subsedes e regionais serão instâncias regionais, autônomas, com verba própria, destinadas pelo Sinpeem, em reunião de Conselho Geral.

Parágrafo 1: As subsedes devem estar submetidas regionalmente às reuniões de representantes de escola; no

município ao Congresso do Sinpeem, às assembléias gerais ordinárias e extraordinárias e às Reuniões do Conselho Geral.

#### ARTIGO 65

Modificar para: A reunião regional bimestral dos Representantes das Unidades de Trabalho é aberta a todos os sócios, com direito a voz. Os representantes eleitos de unidades de trabalho e os conselheiros regionais terão direito a voz e voto.

Suprimir parágrafo 6º.

#### ARTIGO 68

Parágrafo 3º: acrescentar: sendo que a numeração das chapas será através de sorteio.

#### ARTIGO 73

A nova diretoria será composta por proporcionalidade direta e qualificada.

#### DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS:

Suprimir artigos 1º, 2º, 4º, 6º e 8º.

Artigo 7º: As alterações realizadas no presente estatuto pelo XVI Congresso Anual do Sinpeem valem a partir da sua aprovação no mesmo.

*Assinam: Angela Maria Costa - Celma Luiz Gonçalves - Claudia Chabloz - Conceição N. Azzini - Donizete Antonio Sudário*

## EMENDA 4 - CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO

### Emenda aditiva

#### PROPOSTAS DE MUDANÇA NO ESTATUTO - SINPEEM

O jornal e demais materiais de imprensa da entidade deverão reservar um espaço para expressar as diferentes posições políticas das correntes que intervêm no movimento dos educadores.

### Emenda substitutiva ao artigo 10

A contribuição dos associados corresponderá ao valor de 1h/aula.

### Emenda substitutiva ao item IV do artigo 11

IV- votar nas eleições gerais desde que tenha se associado 1 mês antes da data das eleições gerais para a diretoria.

Emenda supressiva ao item XII do artigo 11

### Emenda supressiva ao item III do artigo 18

### Emenda aditiva ao § 2º do artigo 24

As AGOS serão convocadas:

a) uma vez por semestre, sendo a primeira no mês de março.

### Emenda aditiva ao artigo 24 ( depois do parágrafo 6º)

Os delegados do SINPEEM aos congressos da CUT, CNTE serão eleitos em Assembléia Geral especificamente para esse fim.

### **Emenda substitutiva ao § 14º do artigo 32**

A executiva de cada subsede/ regional será composta pelos representantes do Conselho Geral de representantes, eleitos na forma deste Estatuto, cujas unidades escolares ou postos de trabalho acham-se classificados na região. Os suplentes participam apenas com direito à voz. No caso de ausência dos membros efetivos, os suplentes participam também com direito a voto, observada a ordem de votação nas eleições do Conselho Geral de Representantes;

Dentre os membros da executiva da subsede/ regional haverá um coordenador, um secretário e um tesoureiro;

As subsedes/regionais funcionarão com um regimento interno, o qual poderá receber acréscimos não contraditórios com este estatuto, desde que aprovados em Assembléias Regionais ou nas reuniões de representantes (RE).

### **Emenda aditiva ao § 14 do artigo 32**

Fica proibida a condição de Conselheiro Liberado.

### **Emenda substitutiva ao § 15º do artigo 32**

a) as subsedes/ regionais receberão um reforço de caixa, composto por 20% sobre o valor da consignação bruta, descontada da folha de pagamento dos associados, ficando a subsede /regional com a responsabilidade administrativa e financeira sobre o trabalho sindical dos seus conselheiros.

### **Emenda supressiva à letra b do §15º do artigo 32**

### **Emenda substitutiva ao Único do artigo 36º**

A Diretoria será constituída por 35 membros dos quais 3( três) ocuparão o cargo de presidente, secretário geral e secretário de finanças no sistema colegiado.

Emendas supressivas aos artigos 39, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59 e 60.

### **Emenda substitutiva ao item VI do §3º do artigo 62**

Ao Conselho Fiscal compete:

VI-apreciar, avaliar e submeter à assembléia, para aprovação, o orçamento anual elaborado pela Diretoria, bem como reforçar valores ou verbas que se ofereçam às necessidades econômicas e financeiras do sindicato.

Emenda supressiva ao §6º do artigo 66.

### **Emenda substitutiva ao artigo 74**

A Diretoria colegiada será composta pelo critério da proporcionalidade direta, de acordo com os votos obtidos por cada chapa na eleição (sem cortes).

- Para fins de composição proporcional da Diretoria Colegiada, do total de votos colhidos no pleito, não serão considerados os nulos e brancos, servindo esse resultado para o cálculo final da proporcionalidade que cabe a cada uma das chapas;

- Definidas as chapas, estas passarão a escolher as secretarias e comissões que desejam ocupar pela ordem decrescente de números de votos obtidos.

### **Emenda substitutiva à letra d do artigo 75**

Por decisão soberana da Assembléia Geral, a diretoria poderá ser substituída no seu todo ou em parte, desde que a Assembléia Geral tenha:

d) a decisão seja tomada por maioria simples.

**Assinam:** Denise Assis da Silva - Dilma Corrêa de Oliveira - Ana Paula Carvalho - Irvana Maria Vieira Silva - Lucélia Cristina de Lima

## EMENDA 5

### ASSEMBLÉIA DECIDE SUPENDER A GREVE E CONTINUAR A LUTA

#### Emenda Modificativa

160 – Parte da diretoria defendeu que teríamos um movimento com menor participação, na semana seguinte ao dia 12 de abril, em particular pelo fato de o governo ter condicionado o pagamento dos dias parados e a continuidade das negociações sobre nossas reivindicações salariais ao retorno ao trabalho. Mas, apesar dos ataques da administração, da avaliação de alguns Representantes de Escola, a greve estava em ascensão, a imprensa já o reconhecia e o próprio governo quando nos ameaçava com punições. Mais uma semana de greve, com sua generalização e a entrada das demais entidades do serviço público na luta, chegando à greve geral do funcionalismo municipal, e o desgaste político para o Governo do PFL/PSDB imporia o atendimento de nossas reivindicações.

### SINPEEM SE CONSOLIDA COMO ENTIDADE DEMOCRÁTICA, INDEPENDENTE E DE LUTA

#### Emenda aditiva

173 – (após... SINPEEM é um sindicato organizado, democrático, independente e de luta.) Mais do que nunca devemos assumir nossas posições no sindicato unindo-nos para defendê-lo daqueles que pregam a desfiliação como forma de combate à diretoria, mas que na verdade servem àqueles que o querem como um instrumento de colaboração com o governo, contra os interesses dos trabalhadores! A mesma lógica é utilizada para destruir a CUT: contra o atrelamento da entidade ao Governo Lula, prega-se a desfiliação. Ou seja, a deserção do combate pela independência da entidade na luta pelas reivindicações e a divisão da classe trabalhadora! Uma política completa a outra com a finalidade de destruir as organizações e a luta dos trabalhadores. É inadmissível aos profissionais da educação que sua entidade esteja dividida em blocos com posições cristalizadas e o que causa a nossa divisão e a paralisia diante dos contínuos ataques do governo à categoria. A resolução de nossas dificuldades em nos mobilizarmos para a defesa da educação passa pela auto crítica dos setores que compõe a diretoria do SINPEEM reconhecendo que é preciso priorizar as reivindicações. Para os profissionais em educação o que importa é ter uma entidade dotada de uma política unitária, que os oriente e realmente faça frente aos ataques do Governo, fortalecendo o SINPEEM como instrumento de luta da categoria.

### MUITOS DESAFIOS PELA FRENTE

#### Emenda aditiva

175 – (Após... e mudanças estruturais.) Conforme estabelece a Lei Municipal nº 13.174/01, todas as unidades, com mais de 20 servidores, das diversas secretarias, bem como as autarquias deverão organizar e manter em funcionamento uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA (art. 1º), visando à detecção de riscos ocupacionais à saúde dos funcionários e a melhoria das condições de trabalho, estabelecendo medidas preventivas ou corretivas para eliminar ou neutralizar os riscos existentes para os servidores municipais. Como exemplo de implementação de CIPAS temos o CEI “Recanto dos Humildes” (Perus) onde, tendo como objetivo a ampliação de direitos para melhor atender as necessidades dos trabalhadores da Unidade, implantaram a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) em dezembro de 2005. Desde então várias solicitações dos trabalhadores estão sendo atendidas por articulação e mediação das cipeiras com a chefia. Entre as inúmeras conquistas destacaremos algumas mais significativas: uniforme dentro dos padrões de segurança para as funcionárias da cozinha como avental anti-chamas, luvas térmicas; luvas descartáveis para as PDIs; preenchimento da CAT (Comunicação de Acidentes de Trabalho); registro no livro de ocorrência de acidentes; orientações sobre a prevenção de acidentes e saúde; antiderrapante nas escadas.

## **DEFENDEMOS:**

- \* Ampliação de direitos com a implantação da CIPA em todas as escolas municipais;
- \* Permanência de dois anos do Cipeiro na Unidade até o término de seu mandato;
- \* Divulgação contínua da Lei 13.174/01 pelo SINPEEM.

### **Emenda aditiva**

176 – (após... política salarial e previdência.) Hoje está mais que comprovado que qualquer vacilação na defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores é um ponto de apoio para os Governos continuarem seus ataques. O SINPEEM é a nossa arma para resistir! Por isso estamos corretos em dar continuidade à campanha salarial com as demais entidades do funcionalismo, por aumento de salários e contra a política de abono, a qual ataca nossa carreira e nos divide. Mais corretos ainda quando sabemos que esta política do governo Serra/Kassab coloca em risco a educação pública no seu conjunto, posto que a redução de turnos com o aumento do número de alunos por sala de aula e a privatização por meio das terceirizadas, OS's e ONG's, são os componentes do tripé que levará a educação dos trabalhadores ao caos. Não seremos reféns dos que hoje se beneficiam da bandidagem do PCC e pregam lei marcial para controlar a população. Defenderemos a educação pública, de qualidade para todos sempre, pois onde não há serviços públicos reina a máfia!

### **Emenda aditiva**

177 – (após...de acomodação ou apatia.) Mas precisamos ir além dos marcos do SINPEEM, pois a luta dos servidores é mais ampla e vem se desenvolvendo em toda a nação com mobilizações e greves ao longo dos últimos anos. Hoje são milhões de servidores reunidos em seus sindicatos exigindo dos governos aumento de salário e recuperação dos serviços públicos. São milhões que exigem do governo Lula medidas para a revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal que prioriza o pagamento da dívida e impõe cortes aos serviços públicos. Para nós do SINPEEM, base combativa da CUT como tantos outros sindicatos hoje em luta, é o momento de intensificar o enfrentamento pelas reivindicações nas ruas, é mais que hora de exigir que as direções da CUT e da CNTE, encampando uma mobilização nacional que exija do Governo Lula medidas pela recuperação dos serviços públicos, pelo fim do superávit fiscal primário, em defesa da soberania da nação brasileira.

***Assinam:** Alani Widniczek - Loide de Oliveira Araújo - Nelson Galvão - Rogério Marinelli - Izabel de L. Alves*

## **EMENDA 6 – COLETIVO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO**

### **Emendas modificativas parágrafos 151 a 172.**

A greve realizada entre 28/03 e 12/04/06 com manifestações históricas que pararam a cidade São Paulo foi abortada pela direção majoritária que usou como indicativo do movimento a reunião de R.E. do dia 11/04/06, onde compareceu apenas a metade dos representantes eleitos, contrariando as avaliações dos comandos de greve regionais que demonstraram que mesmo sofrendo ameaças e intimidações, o movimento não havia recuado ao contrário, ampliava-se.

A abertura das negociações mostrou a força do nosso movimento e a necessidade de sua continuidade.

O presidente e sua diretoria majoritária que durante toda a greve fez o discurso da unidade valorizaram o terrorismo feito pelo governo, que ameaçava cortar o ponto e descontar os dias parados, ao invés de usar todos os

recursos do sindicato que não são poucos.

Ao defender a suspensão da greve em assembléia e determinar a continuidade da luta, o presidente e sua diretoria perderam uma oportunidade histórica de garantir uma vitória política e a afirmação do direito de greve.

Ao se contentar com migalhas oferecidas pelo governo na mesa de negociações esta diretoria causou uma profunda frustração e decepção na categoria, levando-a a um estado de total descrédito com o sindicato e nas futuras lutas, conformando-se com as propostas de gratificação como um prêmio de consolação.

### **Emendas modificativas. Parágrafos 173 a 178**

(Sinpeem se consolida como entidade democrática independente e de luta)

Durante a nossa greve histórica de 16 dias, os comandos de greve de setores de oposição, que se organizaram para visitar as escolas e mobilizar a categoria, tiveram muitas dificuldades para realizar esse papel, devido a falta de recursos nas subsedes regionais como: materiais esclarecendo sobre o direito de greve, período probatório, reivindicações do movimento, apoio logístico e principalmente falta de vontade política ( dos diretores controlados pelo residente do sindicato) da direção majoritária apesar de propagar um discurso da categoria.

Mesmos assim, os comandos de greve foram fundamentais na construção e no fortalecimento, utilizando recursos próprios para alimentação e combustível, e formados em sua maioria por professores, quadro de apoio, especialistas e secretários de escolas.

Essa situação evidenciou a necessidade de subsedes com autonomia político-financeira para organizar e mobilizar a categoria (para legitimar o Sinpeem como entidade democrática, independente e de luta).

#### **Por isso propomos:**

- A - Ampliação de subsedes em todas as coordenadorias;
- B - Repasse de verbas da sede central de acordo de associados por subsedes;
- C - Eleição direta para direção das subsedes a cada dois anos nas regiões que elegeram uma coordenação executiva formada por um coordenador geral, dois tesoureiros e dois secretário dentro do quadro de associados;
- D - Realização de cursos de formação política e profissional a todos os educadores da rede municipal;
- E - A organização de reuniões de R.es e Crues regionais pela subsedes.

*Assinam: José Juvêncio Junior - Marcelino Fernandes - Marcos Vitorino da Silva - Renato Rodrigues*

## **EMENDA 7 – CORRENTE PROLETÁRIA**

### **BALANÇO DA ATUAÇÃO SINDICAL**

#### **Emenda substitutiva parágrafos 143 a 169**

No congresso do ano passado foi aprovada a política da ala majoritária da diretoria do sindicato de não enfrentar o governo através da resistência da classe. Dessa forma, Serra esteve de mãos livres para introduzir sua política privatista, destruidora da educação. Acabou com a JEI nos proventos da aposentadoria; reduziu a GDE; implantou o projeto “SP é uma Escola”; fechou o 2. turno em centenas de escolas; transformou os adjuntos em eventuais; aplicou a avaliação de desempenho e ainda, manteve o confisco de 6% nos holerites.

Neste ano, diante da insatisfação da classe, esta ala burocrática foi obrigada a deflagrar a greve. Os trabalhadores atenderam o chamado do sindicato, realizando um combate nas ruas que há anos não se via. No entanto, enquanto o movimento crescia, a greve que durou 12 dias foi claramente quebrada pela direção. Ela procurou acovardar o movimento, induzindo-o a aceitar apenas o pagamento dos dias parados.

### **Emenda substitutiva ao parágrafo 170 a 172**

Dessa forma o governo conseguiu calar e imobilizar a classe. Semeou ilusões de que havia negociações em torno dos projetos para continuar impondo o arrocho salarial e a superexploração do trabalho com o pré e pós aula. A retirada do projeto “SP é uma Escola” da Câmara, foi uma manobra encontrada para dar continuidade ao fechamento do 2. turno em mais escolas. Esta medida significará destruição de uma parcela do magistério, que sofrerá com o subemprego, perda de vínculo etc. Para obscurecer essas consequências drásticas e a destruição da educação, o governo acenou com as malfadadas gratificações para um setor da classe e faz propaganda enganosa de que está valorizando o magistério. O concreto é que achatam os salários para baixo, reduzindo o piso a 2 salários mínimos.

A direção majoritária ao invés de preparar uma verdadeira campanha de luta nesse semestre que resista ao desemprego e às novas reformas destruidoras que virão após as eleições, preferiu manter o divisionismo dos setores se escondendo atrás de uma falsa campanha unificada com as outras entidades pelegas que não chamam as suas bases para lutar. O concreto é que, com essa atitude a diretoria do sindicato é contra o fechamento de turnos e as gratificações só em palavras. Prefere o caminho do eleitoralismo para continuar enganando os trabalhadores do que organizar a luta nas ruas.

### **Emenda substitutiva ao parágrafo 173 e 174**

Resumindo, a política desenvolvida pela ala majoritária do Sinpeem(ex-PcdoB, hoje PSB/PT e independentes) não é diferente da política encaminhada pela direção da CUT. Privilegia a pressão parlamentar em detrimento da mobilização direta dos trabalhadores. Desenvolve a política propositiva, de fazer remendos aos projetos anti-trabalhadores encaminhados pelo governo à Câmara. Convoca atos e assembleias corporativistas, divisionistas, entendendo a unidade dos sindicatos só de dirigentes burocratas, sem a base. Prefere negociar com o governo em detrimento da organização da luta de resistência da classe. E quando há “luta” é de pressão aos vereadores corrompidos, que são aliados do governo. O resultado dessa política tem sido as perdas sucessivas dos trabalhadores em educação: arrocho salarial, privatização dos serviços públicos, sobrecarga de trabalho e corte de direitos.

### **MUITOS DESAFIOS PELA FRENTE:**

### **ORGANIZAR A LUTA JÁ CONTRA O DESEMPREGO, AS REFORMAS E POR AUMENTO SALARIAL**

#### **Emenda substitutiva ao parágrafo 175 a 178**

O congresso deve se posicionar contra a política eleitoreira e colaboracionista da direção majoritária e apontar pela retomada das lutas, que se traduz na ação direta dos trabalhadores contra a política governamental. Dessa forma propõe:

- a) organizar já! a luta contra o fechamento do 2. turno nas escolas, o desemprego e subemprego dos professores,
- b) rejeitar a política de gratificações e exigir reajuste salarial com reposição das perdas
- c) Assembleia amplamente convocada nos meios de comunicação para combater os projetos do governo e defender as reivindicações da classe
- d) Independência política de fato do sindicato, não apoiando nenhum governo e seus partidos
- e) ampla democracia em todos os organismos do sindicato, desde a direção à base.

**Assinam:** Denise Assis da Silva - Dilma Corrêa de Oliveira - Ana Paula Carvalho - Irvana Maria Vieira Silva - Lucélia Cristina de Lima

## EMENDA 6

### EMENDA SUBSTITUTIVA PARÁGRAFO 143 IMPEDIR A REFORMA SINDICAL E TRABALHISTA

A reforma sindical, em trâmite no Congresso Nacional, ao estabelecer que “o negociado prevaleça sobre o legislado”, abre as portas para que, nos dissídios e acordos coletivos das diversas categorias, as burocracias sindicais possam negociar a retirada de direitos e até mesmo a redução de salários com as empresas e o governo. Além disso, limita a liberdade de organização dos sindicatos, ao subordiná-los às cúpulas das centrais, como a CUT e a Força Sindical, e ao Ministério do Trabalho.

Por outro lado, a reforma Trabalhista foi antecipada na prática com o chamado Super-Simples. Suas regras atingem mais de 90% das empresas do país e cerca de 60% dos trabalhadores empregados e instituem o “Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte”, disciplinando em único diploma legal as obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, o acesso a créditos e ao mercado das microempresas (aquelas com faturamento até R\$ 240 mil) e das empresas de pequeno porte, cujo faturamento não poderá ultrapassar R\$ 2,4 milhões.

O Super-Simples precariza direitos e protege as empresas das fiscalizações trabalhistas, abrindo uma avenida para toda sorte de abusos dos patrões. Possibilita que as empresas acabem com o 13º salário, com as férias e com o pagamento mensal regular dos salários.

#### **DEFENDEMOS:**

Não à Reforma Sindical e Trabalhista. Em defesa de todas as conquistas dos trabalhadores.

*Assinam: Lourdes Quadros Alves - Almir Bento Freitas - Gislene Lopes Bosnich - Alessandro Rubens de Matos*

## EMENDA 7

### EMENDA ADITIVA PARÁGRAFO 115 QUESTÃO FUNCIONAL NÃO À TERCEIRA FASE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA: ANULAÇÃO JÁ!

Para quem pensava que os ataques à aposentadoria haviam cessado com a primeira fase da reforma da Previdência de Fernando Henrique e a sua continuidade por Lula, não perdem por esperar: uma terceira fase está prevista logo após as eleições.

A desculpa esfarrapada para o aprofundamento da reforma é o aumento da expectativa de vida da população do país, atualmente em 71,7 anos, e o pretensão déficit da Previdência. No entanto, levará quase 50 anos para que os idosos representem uma parcela da população semelhante à de países como a Alemanha e Japão. Na verdade, não há nenhum risco de ocorrer, de uma hora para outra, uma disparada das aposentadorias que quebre a Previdência.

O próximo passo prevê o aumento da idade mínima para aposentadoria em até 65 anos e o fim da diferença de idade entre os sexos. Além disso, a manutenção do chamado Fator Previdenciário - um mecanismo de cálculo que reduz proporcionalmente a aposentadoria concedida em idade abaixo da expectativa de vida da população - obrigaria o trabalhador a retardar ao máximo sua aposentadoria.

Por fim, a reforma estabeleceria a transição entre o atual sistema de repartição - onde o trabalhador em atividade paga a aposentadoria do inativo - para o de capitalização - no qual cada trabalhador paga sua própria aposentadoria futura. Segundo algumas estimativas, o novo sistema movimentaria o equivalente a três PIB's: R\$ 3 trilhões. Os bancos já deram a ordem: a terceira fase da reforma da Previdência deve ser prioridade do próximo governo, seja Lula ou Alckmin.

#### **Revogação da Reforma da Previdência. Extinção do Fator Previdenciário**

*Assinam: Lourdes Quadros Alves - Almir Bento Freitas - Gislene Lopes Bosnich - Alessandro Rubens de Matos*

## EMENDA 8

### EMENDA SUBSTITUTIVA PARÁGRAFO 144 SINDICAL A DEGENERAÇÃO DA CUT E SUA TRANSFORMAÇÃO EM DEPARTAMENTO DO GOVERNO LULA

A nomeação de Luiz Marinho para o ministério do Trabalho não deixa dúvidas do papel que a CUT cumpre como correia de transmissão do governo Lula. Não só calou-se, como negociou e colaborou com a elaboração dos projetos das reformas da Previdência, Sindical e Trabalhista, como parte do Fórum Nacional do Trabalho, junto com o governo e empresários.

Antigos dirigentes desta Central - como Meneguelli, Paulo Okamoto e João Felício - ocupam atualmente cargos de confiança na co-gestão do Estado, através da participação nos conselhos das empresas estatais, fundos de pensão e órgãos públicos, formando uma burocracia abastada com as benesses do capital, que se afasta cada vez mais dos interesses e das condições de vida da classe, recebendo altos salários. O maior exemplo desse processo é o próprio Luís Marinho, ex-presidente da CUT, que ocupa a pasta de Ministro do Trabalho.

Essa burocracia sindical convertida em agente dos interesses da burguesia e do seu Estado, representa no interior dos sindicatos os interesses do governo, das direções das empresas e dos patrões para aprovar suas propostas como a criação de fundos de pensão privados, contra a independência de classe e as greves.

### EMENDA SUBSTITUTIVA PARÁGRAFO 144,145 E 146 - SINDICAL CONLUTAS: NASCE UMA NOVA DIREÇÃO

Nos dias 05, 06 e 07 de maio realizou-se em Sumaré, em São Paulo, o Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), que contou com 3.550 participantes entre delegados, observadores e convidados.

A maioria absoluta dos delegados e delegadas aprovou a criação de uma nova entidade nacional para unificar as lutas dos trabalhadores da cidade e do campo, além de representar os movimentos populares e de juventude.

Diante da traição da CUT, que virou parte do governo Lula, atacando os trabalhadores e impedindo suas lutas, a fundação da CONLUTAS dá origem a uma nova referência, combativa, democrática e classista. Ficou deliberado que a CONLUTAS irá organizar com demais setores a luta contra a Reforma Sindical e Trabalhista, que se materializa atualmente no Projeto de Lei do Super-Simples.

Também ficou decidida a realização de uma campanha pela valorização do salário mínimo, para que este atinja o mínimo do DIEESE, e outra contra o pagamento das dívidas aos banqueiros e especuladores.

A CONLUTAS nasce apoiando as reivindicações específicas de todas as categorias, em suas campanhas salariais, e trabalhando pela unificação da luta de todos os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil e do Mundo.

Sem dúvida, esse congresso expressa uma grande vitória da classe trabalhadora brasileira que, a partir de agora, conta com uma alternativa de luta diante da traição da CUT.

A CONLUTAS está aberta a adesão de todos os movimentos, seja sindical, popular ou estudantil, sua direção está aberta à participação de qualquer entidade e também a adesão individual de qualquer trabalhador que queira construir esse organismo de luta.

### PLEBISCITO JÁ! CONSULTAR A BASE SOBRE A FILIAÇÃO À CUT

A - Abrir o debate na base do sindicato sobre o papel da CUT hoje e a relação com essa central, publicando as diferentes opiniões sobre o tema.

B - Debater na base da categoria a disfiliação do Sinpeem da CUT e sua filiação a CONLUTAS que o próximo Congresso do Sinpeem em 2007 refere a posição do plebiscito.

*Assinam: Lourdes Quadros Alves - Almir Bento Freitas - Marcos O. Soares - Gicélia S. Silva*

## EMENDA 9 – FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)

### 1) EMENDA ADITIVA (Após parágrafo 178 “Muitos desafios pela frente”):

#### PLANO DE LUTAS

- Contra a redução de turnos e salas e pela construção de mais escolas;
- Campanha intensiva para redução do número de alunos nos CEIs, nas EMEIs, EMEFs e EMEFMs;
- Campanha na mídia divulgando as inscrições para o ensino regular e EJA;
- Denúncia do governo Serra/Kassab, mostrando as condições de trabalho a que estão submetidos os profissionais da educação, bem como as doenças ocupacionais devido às precárias condições de trabalho;
- Campanha em defesa da escola pública; contra todas as formas de privatização do ensino público: contratos de gestão, parcerias, ONGs, terceirizações;
- Não às creches conveniadas, que a Prefeitura assuma sua administração;
- Defesa do concurso público para provimento dos cargos;
- Unidade na luta com os trabalhadores em educação do estado, visto que, sendo a mesma política educacional (prefeitura e estado), retira direitos do conjunto dos trabalhadores de ambas as redes;
- Complementação dos módulos de trabalhadores em educação do quadro de apoio, através de concurso público;
- Diminuição da jornada de trabalho;
- Manutenção do POIE, POSL e Auxiliar de período nas funções originais;
- Não ao Ensino Fundamental de 9 anos;
- Contra a Formação em Rede (trio gestor);
- Não às políticas assistencialistas;
- Não à ingerência das ONGs na educação pública municipal;
- Contra a política de fundos do governo;
- Contra o FUNDEB;
- Em defesa da carreira do Magistério;
- Mais verbas para a educação pública;
- Em defesa das jornadas docentes (JB, JEA, JEI, JEX, TEX)
- Boicote às avaliações externas, que o Sinpeem se posicione e oriente a não aplicação dessas avaliações;
- Aumento real de salários à todos, com reposição das perdas;
- Contra a política de gratificação do governo (GDE, Gratificação de regência, Gratificação de Atividade Educativa, Gratificação de Apoio Educacional, Gratificação de Atribuição Educacional, Gratificação Especial);
- Assembléia Geral, com paralisação, amplamente divulgada para organizar: atribuição de aulas/2007 (em defesa do emprego), luta contra a redução de turnos e salas, contra a política de bonificação, contra as avaliações externas e em defesa da carreira e da escola pública municipal.

**Assinam:** Marcos O. soartes - Gicélia S. Silva - Evaldo de Assis - Plínio Roberto